



Plano Estratégico para Revitalização da Bacia do Rio Cachoeira

RP 2 – Potencialidades e iniciativas socioambientais

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

nemus •
empowering
sustainability

VS
AMBIENTAL

Fevereiro de 2017 -- t16014-02

Plano Estratégico para Revitalização da Bacia do Rio Cachoeira

Diagnóstico Socioambiental e Institucional

RP 2 – Potencialidades e iniciativas socioambientais

Página deixada intencionalmente em branco

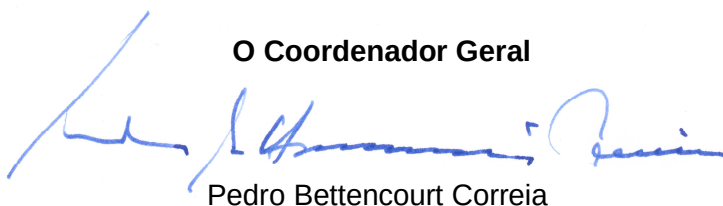
Apresentação

O Consórcio Nemus Lda/ V&S Ambiental Ltda apresenta o **Relatório de Progresso 2 – Potencialidades e Iniciativas Socioambientais**, no âmbito da Elaboração do Plano Estratégico para Revitalização da Bacia do Rio Cachoeira, para a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia.

O Consórcio Nemus Lda/ V&S Ambiental Ltda agradece todo o acompanhamento e o apoio prestados pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, notadamente, na cedência de informação de base, na discussão dos procedimentos metodológicos e dos resultados preliminares.

Salvador, fevereiro de 2017

O Coordenador Geral



Pedro Bettencourt Correia

Página deixada intencionalmente em branco

Plano Estratégico para Revitalização da Bacia do Rio Cachoeira

Diagnóstico Socioambiental e Institucional

RP 2 – Potencialidades e iniciativas socioambientais

SUMÁRIO

1.	Introdução	1
2.	Metodologia	3
3.	Levantamento e Caracterização de Atores – Âmbito Federal	9
3.1.	Ministério do Meio Ambiente	10
3.2.	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis	21
3.3.	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	23
3.4.	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	24
3.5.	Serviço Florestal Brasileiro	25
4.	Levantamento e Caracterização de Atores – Âmbito Estadual	27
4.1.	Governo Estadual	28
4.1.1.	Secretaria do Desenvolvimento Rural	29
4.1.2.	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura	34
4.1.3.	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	36
4.1.4.	Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia	38
4.1.5.	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia	42
4.1.6.	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento	43
4.1.7.	Secretaria de Educação do Estado da Bahia	46
4.2.	Outras instituições de âmbito estadual	48
4.2.1.	Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul	48
4.2.2.	Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste	49
4.2.3.	Instituto Federal Baiano	50
4.2.4.	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Litoral Sul	50
4.2.5.	Núcleo Mata Atlântica	51

4.2.6. Universidade Estadual de Santa Cruz	52
4.2.7. Universidade Federal do Sul da Bahia	52
4.2.8. Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da Bahia	53
5. Levantamento e Caracterização de Atores – Âmbito Municipal	55
5.1. Barro Preto	56
5.1.1. Órgãos executivos	56
5.1.2. Órgãos consultivos	57
5.2. Buerarema	60
5.2.1. Órgãos executivos	60
5.2.2. Órgãos consultivos	61
5.3. Firmino Alves	64
5.3.1. Órgãos executivos	64
5.3.2. Órgãos consultivos	64
5.4. Floresta Azul	66
5.4.1. Órgãos executivos	66
5.4.2. Órgãos consultivos	67
5.5. Ibicaraí	70
5.5.1. Órgãos executivos	70
5.5.2. Órgãos consultivos	72
5.6. Ilhéus	74
5.6.1. Órgãos executivos	74
5.6.2. Órgãos consultivos	77
5.7. Itabuna	79
5.7.1. Órgãos executivos	79
5.7.2. Órgãos consultivos	80
5.8. Itaju do Colônia	83
5.8.1. Órgãos executivos	83
5.8.2. Órgãos consultivos	84
5.9. Itapé	86
5.9.1. Órgãos executivos	86
5.9.2. Órgãos consultivos	86

5.10. Itapetinga	88
5.10.1. Órgãos executivos	88
5.10.2. Órgãos consultivos	89
5.11. Itororó	90
5.11.1. Órgãos executivos	90
5.11.2. Órgãos consultivos	91
5.12. Jussari	94
5.12.1. Órgãos executivos	94
5.12.2. Órgãos consultivos	95
5.13. Santa Cruz da Vitória	97
5.13.1. Órgãos executivos	97
5.13.2. Órgãos consultivos	98
5.14. Associações ou consórcios municipais	101
5.14.1. Associação dos Municípios da Região Cacaueira	101
5.14.2. Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul	101
5.14.3. Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica	102
6. Levantamento e Caracterização de Atores – Sociedade Civil	103
6.1. Associações Indígenas	104
6.2. Cooperativas de Agricultura Familiar	107
6.3. Associações de Agricultura Familiar	111
6.4. Sindicatos Rurais	113
6.5. Sindicatos dos Trabalhadores Rurais	116
6.6. Colônias de pescadores	117
6.7. Organizações Não Governamentais da área do ambiente	118
6.7.1. Ilhéus	118
6.7.2. Itabuna	120
6.7.3. Localizados fora da BHRC mas com atuação no seu interior	124
6.8. Organizações do setor empresarial	126
6.8.1. Cargill	126
6.8.2. Centro Mars de Ciência do Cacau	127

6.9. Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural	128
7. Articulação Institucional	129
7.1. Introdução	129
7.2. Arranjo das entidades públicas estaduais (atores-chave)	131
7.2.1. Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos	131
7.2.2. Sistema Estadual do Meio Ambiente	132
7.3. Arranjo das entidades públicas estaduais (outros atores)	134
7.3.1. Organismos atuantes no desenvolvimento urbano e rural	135
7.3.2. Organismos atuantes no desenvolvimento rural, pesquisa e extensão	136
7.3.3. Organismos atuantes na área de pesquisa, extensão e educação	138
7.3.4. Organismos atuantes na área de recursos hídricos	139
7.4. Arranjo das entidades públicas municipais	140
7.5. Arranjo das entidades da sociedade civil	145
7.6. Potencialidades, limites e relevância dos atores	149
8. Cooperações Relevantes para a Revitalização da BHRC	157
9. Projetos Socioambientais	163
10. Conclusões	167
Referências Bibliográficas	169
APÊNDICES	193
APÊNDICE A – Fichas de experiências socioambientais	195
APÊNDICE B – Entrevistas institucionais realizadas	215

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas de execução do RP2	3
Figura 2 – Entrevistas realizadas por tipo de entidade	5
Figura 3 – Tipos e frequência de mapeamentos por bioma	15
Figura 4 – Dinâmica espacial projetada na Macrorregião Litoral Sul (ZEE Bahia)	20
Figura 5 – Mapa estratégico do IBAMA 2016/2019	22
Figura 6 – Estrutura da SDR	30
Figura 7 – Edital de Chamada Pública nº01/2015 – CAR	33
Figura 8 – Estrutura do SEAGRI	35
Figura 9 – Estrutura do SEDUR	37
Figura 10 – Organograma da SEMA	40
Figura 11 – Estrutura da SEPLAN	43
Figura 12 – Organograma da SIHS	44
Figura 13 – Municípios da BHRC atendidos pela EMBASA	45
Figura 14 – Cartaz da terceira edição do Fórum Permanente das Águas	122
Figura 15 – Mapeamento institucional da gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos na Bahia	130
Figura 16 – Relação entre os eixos temáticos e atores estaduais correspondentes	134
Figura 17 – Mapeamento das relações interinstitucionais na BHRC	158
Figura 18 – A CEPLAC no mapeamento das relações interinstitucionais na BHRC	159
Figura 19 – Relações interinstitucionais no Projeto Barro Preto	160
Figura 20 – A AMURC no mapeamento das relações interinstitucionais na BHRC	161
Figura 21 – O Centro das Águas no mapeamento das relações interinstitucionais na BHRC	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas do Ministério do Meio Ambiente	10
Quadro 2 – Secretarias do Governo do Estado da Bahia	28
Quadro 3 – Agrupamentos municipais propostos no estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia para a BHRC	37
Quadro 4 – Terra Indígena na BHRC	104
Quadro 5 – Cooperativas Agrícolas na BHRC	107
Quadro 6 – Associações de Agricultores na BHRC	111
Quadro 7 – Sindicatos Rurais na BHRC	113
Quadro 8 – Reservas Particulares do Patrimônio Natural na BHRC	128
Quadro 9 – Instituições que integram o SEGREH (no que diz respeito à BHRC)	132
Quadro 10 – Instituições que integram o CEPRAM (no que diz respeito à BHRC)	133
Quadro 11 – Características das entidades municipais executoras da política ambiental	143
Quadro 12 – Quadro de relações de ONGs na BHRC	147
Quadro 13 – Potencialidades, limites e relevância dos atores institucionais	151
Quadro 14 – Instituições centrais	157

LISTA DE SIGLAS

- ABARÁ – Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais
- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- AGERSA – Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia
- AMURC – Associação de Municípios da Região Cacaueira
- APAITO – Associação Beneficente de Cultura Sustentável e Promotora da Pesca e do Artesanato dos Índios Tupinambá de Olivença
- ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
- BHRC – Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira
- CABRUCA – Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia
- CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Rural
- CBHL – Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste
- CCA – Corredor Central da Amazônia
- CCMA – Corredor Central da Mata Atlântica
- CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário (BA)
- CDAC – Centro de Desenvolvimento Agroambiental e Cidadania
- CDS-LS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul
- CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
- CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- CEPRAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente

CERB – Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia

CIMA – Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CODETER – Colegiado Territorial de Desenvolvimento

COFABA – Cooperativa dos Fazendeiros de Cacau da Bahia

CONAFLO – Comissão Nacional de Florestas

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

COOAFESBA – Cooperativa de Assentamento, Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia

COOAGRI – Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares do Sul da Bahia

COOFASULBA – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia

COOGRAP – Cooperativa Grapiúna de Agropecuaristas

COOMPRUS – Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sul da Bahia

COOPAFS – Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Economia Solidária

COOPASB – Cooperativa dos Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia

COOPCRASBA – Cooperativa dos Produtores Rurais de Buerarema e Adjacências

COOPERCENTROSUL – Cooperativa dos Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana do Centro da Região Cacaueira

COOPFESBA – Cooperativa de Agricultura Familiar e Econômica Solidária da Bacia do Rio Salgado e Adjacências

COOPRAFABHER – Cooperativa Mista de Produção Agropecuária dos Assentados do Projeto Fábio Henrique

COPRASBA – Cooperativa Regional dos Assentados do Sul da Bahia

CRAD – Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

EMASA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento (Itabuna)

EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento

FAEP – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia

FEPESBA – Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia

FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

FUNPAB – Fundação Pau Brasil

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IESB – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

IF Baiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MEC – Ministério da Educação

MLT – Movimento de Luta pela Terra

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPBA – Ministério Público do Estado da Bahia

MPF – Ministério Público Federal

NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

NUMA – Núcleo Mata Atlântica

OCA – Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa Aquisição de Alimentos

PMABB – Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PNF – Programa Nacional de Florestas

PNJMA – Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente

PNMA – Programa Nacional do Meio Ambiente

PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAAE – Serviços Autônomos de Água e Esgoto

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

SEC – Secretaria de Educação

SEDUR – Secretaria do Desenvolvimento Urbano

SEGREH – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEIA – Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

SETAF – Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

SIHS – Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

SISEMA – Sistema Estadual do Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SUEBA – Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da Bahia

UC – Unidade de Conservação

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

Página deixada intencionalmente em branco

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Progresso 2 para a elaboração do **Plano Estratégico para Revitalização Ambiental da Bacia do Rio Cachoeira**.

A Secretaria do Meio Ambiente da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento desenharam o Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia, que visa melhorar a eficiência, eficácia e efetividade do sistema de gestão ambiental do Estado, segundo o estabelecido na Lei n.º 10.431, de 20 de dezembro de 2006.

O Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia busca a redução da degradação ambiental na área de influência do programa e o aumento na eficiência do processo de licenciamento ambiental e no nível de satisfação dos beneficiários com relação aos serviços prestados pelos organismos ambientais do Estado. O Programa procura, também, promover a incorporação dos projetos e ações estratégicas de gestão ambiental em áreas protegidas e priorizadas no Plano Plurianual para o período 2016-2019.

Como uma das atividades do Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia, o Plano Estratégico de Revitalização da Bacia do Rio Cachoeira visa identificar os problemas socioambientais e institucionais da bacia; estabelecer estratégias e áreas para implementação de ações de revitalização; e orientar o fortalecimento da governança da bacia. Desta forma, procura contribuir para a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais do Estado, em particular dos recursos hídricos.

O presente Relatório de Progresso 2 corresponde à análise das potencialidades/capacidades e limites dos atores, instituições e iniciativas socioambientais para o desenvolvimento da revitalização da Bacia.

O presente relatório é, assim, um passo importante para a construção do Plano de Governança bem como para a elaboração do portfólio de projetos (etapas 2 e 3 do Plano Estratégico para Revitalização Ambiental da Bacia do Rio Cachoeira).

O atual documento está assim organizado:

- Metodologia (apresentação da metodologia utilizada para a análise institucional – cf. capítulo 2);
- Levantamento e caracterização de atores (capítulos 3, 4, 5 e 6);
- Articulação institucional (inclui a apresentação de potencialidades, limites e relevâncias de atores institucionais na Bacia – cf. capítulo 7);
- Cooperações relevantes para a revitalização da BHRC (capítulo 8).
- Projetos socioambientais (capítulo 9);
- Conclusões (capítulo 10).

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do presente relatório e portanto, para a análise das potencialidades, limites e relevância dos atores para o desenvolvimento da revitalização da bacia, é apresentada neste capítulo e sistematizada na Figura 1.

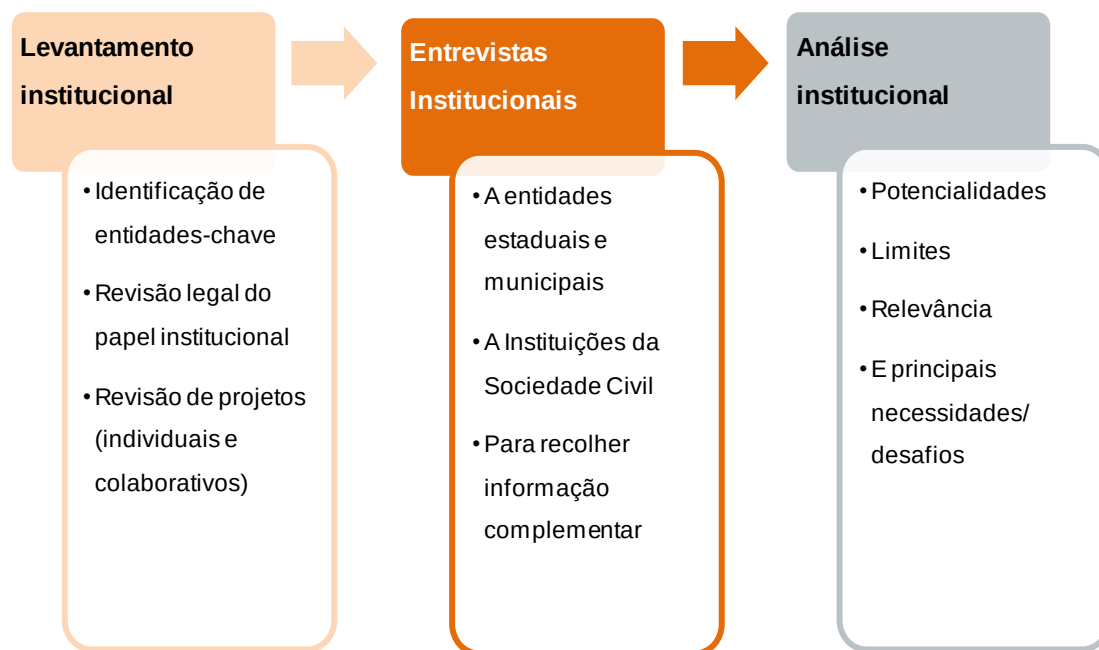


Figura 1 – Etapas de execução do RP2

O primeiro passo tem o seu resultado nos próximos quatro capítulos. Nestes capítulos foram identificadas as entidades-chave para a conservação e recuperação ambiental da BHRC a nível Federal (capítulo 3), a nível Estadual (capítulo 4), a nível Municipal (capítulo 5) e também da Sociedade Civil no interior da BHRC (capítulo 6). Este levantamento exaustivo foi conseguido através das seguintes formas:

- Pesquisa bibliográfica de programas, documentos institucionais, projetos, entre outros, ligados à componente ambiental e aos municípios da bacia do rio Cachoeira;
- Revisão de documentos legais a nível Federal, Estadual e Municipal (nos 13 municípios considerados: Barro Preto; Buerarema; Firmino Alves; Floresta Azul; Ibicaraí; Ilhéus; Itabuna; Itaju do Colônia; Itapé; Itapetinga; Itororó; Jussari; Santa Cruz da Vitória).

Foram pesquisadas aquelas entidades que possuem propósitos, objetivos e atribuições ligadas direta e indiretamente com a conservação e revitalização da BHRC, incluindo:

- a) Entidades cujas atribuições legais relacionam-se com o meio ambiente, através de ações de fiscalização, monitoramento, conservação e recuperação ambiental;
- b) Entidades ligadas aos recursos hídricos, saneamento e distribuição de água;
- c) Entidades ligadas ao desenvolvimento urbano, rural, socioambiental e socioeconômico;
- d) Entidades ligadas à educação, pesquisa e extensão.

Para além da sua identificação, foi realizada uma descrição do papel (legal/institucional) de cada ator identificado, tomando-se igualmente como base as referências e dados secundários disponíveis, bem como informações colhidas em campo. Os atores de matriz pública foram divididos consoante o seu âmbito de atuação (federal, estadual, municipal). Foram ainda apresentadas instituições com raiz na sociedade civil.

Após este levantamento, o Consórcio realizou diversas entrevistas institucionais (cf. Apêndice B) às entidades referenciadas e consideradas chave ou centrais (estaduais, municipais e da sociedade civil). Estas tiveram como objetivo complementar a análise realizada anteriormente, assim como facilitar a análise de potencialidades, limites e relevância. Em adição, as entrevistas institucionais também tiveram um importante papel na identificação de outras entidades chave no âmbito da conservação e revitalização da BHRC.

A realização de entrevistas foi fulcral para a realização do presente documento, principalmente devido à assimetria de informação existente na bacia sobre o papel e atuação de diversas entidades. Ainda mais, a realização de entrevistas procurou a recolha de informação primária não existente em qualquer base de dados ou bibliografia.

A realização de entrevistas institucionais foi executada com base em uma ficha de entrevista previamente construída (cf. Apêndice B). Esta ficha de entrevista pede aos atores institucionais da BHRC que identifiquem:

- Âmbito de atuação da entidade;
- Papel da entidade na área de conservação/ recuperação ambiental;
- Principais projetos socioambientais que a entidade financiou/ executou/ apoiou;
- Projetos e instituições atuantes no território em análise e na esfera ambiental;
- Instituições com as quais se relaciona na área socioambiental;
- Limites/ obstáculos que a entidade enfrenta na área socioambiental;
- Principais desafios de gestão/ governança no setor;
- Sugestões para maior efetividade na área socioambiental;
- Entidades mais atuantes no território em análise na esfera ambiental;
- Maiores necessidades de conservação e recuperação ambiental na bacia.

No total foram realizadas 38 entrevistas a entidades públicas e privadas atuantes na bacia do rio Cachoeira (cf. Figura 2). A esfera municipal (16 entrevistas) e da sociedade civil (11 entrevistas) foram as mais entrevistadas. Isto ocorre devido ao objetivo de ouvir principalmente entidades locais próximas dos desafios de conservação e recuperação ambiental da bacia.

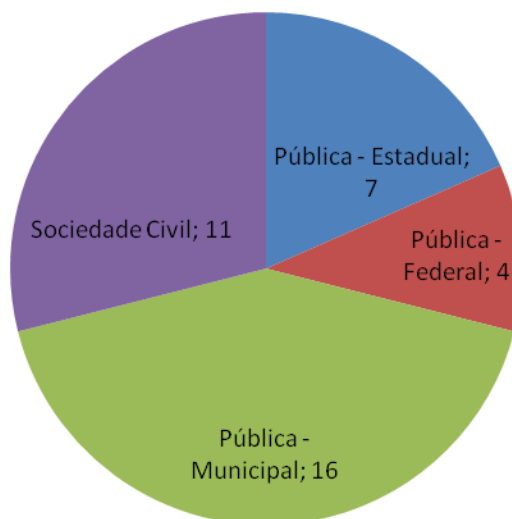


Figura 2 – Entrevistas realizadas por tipo de entidade

Após o levantamento e a realização de entrevistas institucionais, o Consórcio realizou uma análise crítica sobre a articulação institucional na área da conservação e recuperação ambiental nos municípios pertencentes à bacia do rio Cachoeira (cf. capítulo 7). Esta análise foi realizada com base na revisão das entrevistas institucionais (conferir Apêndice B).

Neste mesmo capítulo (cf. seção 7.6) as entidades consideradas chave foram classificadas quando à sua relevância para o desenvolvimento da revitalização da BHRC. As entidades foram classificadas, neste âmbito, em três níveis:

- Muito relevantes – entidades que, devido às suas características de atuação e principalmente ao potencial de abrangência e alcance das suas ações, possuem grande relevância para promoção da revitalização da BHRC;
- Relevantes – entidades que têm o potencial para dar suporte secundário em ações, políticas e projetos que venham a fomentar a melhoria da qualidade socioambiental no âmbito da bacia;
- Estratégicas – estas entidades são aquelas que podem, direta e indiretamente, articular atores, projetos e programas de cunho socioambiental, bem como criar condições para implementação destes.

Ainda no contexto da análise institucional e com base nas entrevistas institucionais executadas, foi realizada uma **análise da centralidade dos atores institucionais** no campo da conservação/ recuperação ambiental na BHRC, através da metodologia das redes sociais (cf. capítulo 8). Esta análise identificou as várias ligações entre os diversos atores institucionais na BHRC (na área ambiental), identificando as entidades centrais com base no número de cooperações existentes.

Desta forma, foi possível identificar as entidades supramunicipais mais ativas na BHRC e com maior potencial para apoiar futuros programas de revitalização no campo das suas atribuições institucionais. Foram ainda indicadas algumas cooperações institucionais na BHRC que podem subsidiar o futuro Plano de Governança.

Outra informação obtida através das entrevistas institucionais realizadas foram as **experiências socioambientais existentes na BHRC** – identificadas pelas próprias entidades protagonistas destas experiências, ou ainda através da indicação de outras experiências das quais tem conhecimento na região. Deste modo, foi possível registrar as experiências socioambientais existentes na bacia, as quais podem ser melhor visualizadas no Capítulo 9 – Projetos Socioambientais e no seu respectivo apêndice (Apêndice A – Fichas de Experiências Socioambientais). Estas servirão de subsídio para o Sistema de Mapeamento de Experiências Socioambientais Voltadas para a Sustentabilidade, da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia.

Página deixada intencionalmente em branco

3. LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE ATORES – ÂMBITO FEDERAL

No âmbito Federal, foram identificadas as seguintes instituições cujas atividades relacionam-se de alguma maneira com o desenvolvimento socioambiental, sustentabilidade econômica, conservação e/ou revitalização nos principais componentes ambientais brasileiros, incluindo a mata atlântica, principal bioma presente na bacia.

É importante ressaltar que as entidades de âmbito federal operam em escala nacional, e por este motivo, suas atividades não contemplam exclusivamente a área de abrangência da bacia em análise.

3.1. Ministério do Meio Ambiente

O MMA possui, em seu quadro de políticas públicas, programas voltados para a recuperação, conservação e sustentabilidade em várias áreas ambientais. Destacam-se as ações ou programas que se apresentam no Quadro 1 e nos seguintes pontos.

Quadro 1 – Programas do Ministério do Meio Ambiente

N.º	Programa
1	Cadastro Ambiental Rural
2	Fomento à Agenda 21 Local
3	Fundo Nacional do Meio Ambiente
4	Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente
5	Programa Bolsa Verde
6	Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros
7	Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas
8	Programa Nacional de Educação Ambiental
9	Programa Nacional de Florestas
10	Projeto Corredores Ecológicos
11	Recuperação de Áreas Degradadas
12	Zoneamento Ecológico-Econômico

Fonte: MMA (2016a).

Cadastro Ambiental Rural

O Cadastro Ambiental Rural de imóveis em todo o território nacional tem o objetivo de promover a recuperação de ecossistemas nos moldes da nova Lei Florestal. O Cadastro Ambiental Rural é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das áreas de preservação permanente, das áreas de reserva legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de uso restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país (SICAR, 2016).

Criado pela Lei 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente, o Cadastro Ambiental Rural constitui-se em uma base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento (SICAR, 2016).

O cadastro de imóveis rurais pode ser realizado através de plataforma eletrônica (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural) disponível em página de Internet.

Fomento à Agenda 21 Local

Através da disponibilização de roteiros de implantação e criação do “Sistema Agenda 21” – um banco de dados de gestão descentralizada que permite o compartilhamento de informações – a Agenda 21 é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação de um Fórum (MMA, 2016b).

Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo.

No Fórum são, também, definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

Fundo Nacional do Meio Ambiente

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) foi criado em 1989 pela Lei n.º 7.797, de 10 de julho, com o *“objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira”* (art. 1º).

Até ao fim do ano de 2014, o FNMA apoiou cerca de 1.500 projetos socioambientais, em um total de cerca de 248 milhões de reais (MMA, 2016c), financiados através de recursos arrecadados por doações, empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de receitas consignadas com multas e penas ambientais.

De acordo com o art. 5º da Lei n.º 7.797, de 10 de julho de 1989, a aplicação de recursos do FNMA deve priorizar as seguintes áreas:

- Unidade de Conservação;

- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;
- Educação Ambiental;
- Manejo e Extensão Florestal;
- Desenvolvimento Institucional;
- Controle Ambiental;
- Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas.

A candidatura para obtenção de recursos do FNMA pode ser realizada através de duas modalidades: demanda espontânea e demanda induzida. A demanda espontânea consiste na apresentação de projetos socioambientais em períodos específicos do ano, de acordo com temas determinados pelo Conselho Deliberativo do FNMA, divulgados por chamadas públicas.

A demanda induzida depende de um instrumento convocatório específico, com prazo e tema e/ou região específicos. O projeto apresentado deve respeitar estas especificidades.

Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente

O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) foi instituído pela Portaria Interministerial nº 390, de 18 de novembro de 2015. Este é orientado pelos princípios do Estatuto da Juventude, lei brasileira aprovada em 2013, que garante aos jovens o direito à sustentabilidade e ao Meio Ambiente.

A população entre 15 e 29 anos é considerada estratégica para o desenvolvimento sustentável e, desde 1992, está prevista na Agenda 21 Global: a infância e a juventude no desenvolvimento sustentável.

São objetivos do PNJMA (MMA, 2016d):

- Ampliar a participação de jovens em temas como:
 - Redução de emissões de gases de efeito estufa;
 - Na adaptação à mudança do clima e nas negociações internacionais sobre o tema;
 - Na gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos;

- Redução da biodiversidade;
- Apoiar a regularização ambiental;
- Apoiar a conservação ambiental com inclusão social de jovens de povos e comunidades tradicionais;
- Valorizar entre jovens os conhecimentos tradicionais e o patrimônio genético;
- Ampliar o número de jovens com conhecimento do valor ecossistêmico do seu território;
- Aprimorar o conhecimento dos jovens sobre o uso adequado de produtos químicos e substâncias perigosas.

No final de 2016, o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente possuía várias ações em andamento como a promoção da participação da juventude em questões relacionadas com a gestão da água e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (MMA, 2016d).

Programa Bolsa Verde

O Programa Bolsa Verde baseia-se na transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza e que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental, como forma de compensação pelos serviços ambientais que prestam à sociedade (MMA, 2016e).

Este funciona como um incentivo às comunidades para que continuem usando de forma sustentável os territórios onde vivem, nomeadamente as reservas extrativistas, as florestas nacionais, as reservas de desenvolvimento sustentável federais e os assentamentos ambientalmente diferenciados da reforma agrária. Para além destes, territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais podem igualmente ser inclusos no Programa Bolsa Verde.

Os principais objetivos do Programa Bolsa Verde podem ser assim sintetizados (MMA, 2016e):

- Incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável);

- Promover a cidadania e melhoria das condições de vida;
- Elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural;
- Incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros

O Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros foi criado pela Portaria MMA n.º 365, de 27 de novembro de 2015. Este tem como objetivo mapear e monitorar a vegetação dos biomas existentes no país. Este programa possui como foco: o mapeamento e monitoramento do desmatamento (incluindo a determinação da taxa de desmatamento); a avaliação da cobertura vegetal e do uso das terras; o monitoramento de queimadas e a restauração da vegetação e extração seletiva (MMA, 2016f).

O programa envolve os biomas da Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Este envolve tecnologias de satélite para detecção *online*. O mapeamento e monitoramento são realizados em tempo real e de forma periódica, com diferentes resoluções espaciais, segundo as características do tema e do bioma analisados (*cf.* Figura 3).

Tendo em conta o âmbito multidisciplinar, o Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros é um esforço conjunto de vários parceiros, entre eles: o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (do MMA), além de outras instituições.

Bioma	Desmatamento		Cobertura e Uso da Terra			Fogo	
Amazônia	Detecção	Desmatamento	Extração seletiva	Cobertura e uso	Recuperação	Focos de queima	Área queimada
Cerrado	Detecção	Desmatamento		Cobertura e uso	Recuperação	Focos de queima	Área queimada
Pantanal		Desmatamento		Cobertura e uso		Focos de queima	Área queimada
Mata Atlântica		Desmatamento		Cobertura e uso	Recuperação	Focos de queima	Área queimada
Pampa		Supressão da vegetação		Cobertura e uso		Focos de queima	Área queimada
Caatinga		Desmatamento		Cobertura e uso		Focos de queima	Área queimada

Legenda:
Frequência do monitoramento

Contínuo Anual Bienal

Fonte: MMA (2016f).

Figura 3 – Tipos e frequência de mapeamentos por bioma

Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas tem por objetivo recuperar, conservar e preservar as bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade ambiental. Este objetivo é atingido por meio de ações permanentes e integradas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e a melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os diversos usos (MMA, 2016g).

As ações para a revitalização de bacias hidrográficas foram inseridas no Programa de Conservação e Gestão de Recursos Hídricos (Plano Plurianual 2012/2015), no atual Plano Plurianual (2016/2019) e ainda complementadas por outras ações previstas em vários programas federais.

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas está diretamente relacionado à implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, especialmente com o seu Programa de Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

O processo de revitalização apresenta dimensões relacionadas com a gestão ambiental de bacias hidrográficas, particularmente o seu desenvolvimento sustentável, procurando estabelecer a vinculação tanto com as diretrizes gerais da Política Nacional de Recursos Hídricos (expressas na Lei n.º 9.433/97), como com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981) e com a Política Nacional de Mudança do Clima (Lei n.º 12.187/2009), além da coerência com outras Políticas Nacionais (MMA, 2016g).

Programa Nacional de Educação Ambiental

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNea), coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, destina-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do país, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental (MMA e ME, 2014).

Considerando-se a Educação Ambiental como um dos elementos fundamentais da gestão ambiental, o ProNEA desempenha um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão e construção de alternativas sustentáveis. Desta forma, a missão do ProNEA é fazer com que a educação ambiental possa contribuir para a construção de uma sociedade sustentável com uma população interventiva e com boa qualidade de vida (MMA e ME, 2014).

Assim, a participação e o controle social também são diretrizes que compõem as estratégias e ações do ProNEA, por intermédio da geração e disponibilização de informações que permitam a participação social na discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais (MMA e ME, 2014).

Programa Nacional de Florestas

O Programa Nacional de Florestas (PNF) foi criado pelo Decreto n.º 3.420, de 20 de abril de 2000, com o objetivo de articular as políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação das florestas brasileiras. É constituído de projetos que são concebidos e executados de forma participativa e integrada (MMA, 2016h).

É possível distinguir os seguintes objetivos do PNF (MMA, 2016h):

- Estimular o uso sustentável de florestas nativas e plantadas;
- Fomentar as atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais;
- Recuperar florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas;
- Apoiar as iniciativas econômicas e sociais das populações que vivem em florestas;
- Reprimir desmatamentos ilegais e a extração predatória de produtos e subprodutos florestais, conter queimadas acidentais e prevenir incêndios florestais;
- Promover o uso sustentável das florestas de produção, sejam nacionais, estaduais, distrital ou municipais;
- Apoiar o desenvolvimento das indústrias de base florestal;
- Ampliar os mercados interno e externo de produtos e subprodutos florestais;
- Valorizar os aspectos ambientais, sociais e econômicos dos serviços e dos benefícios proporcionados pelas florestas públicas e privadas;
- Estimular a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas florestais.

Como objetivo de fortalecer o PNF, foi criada pelo Decreto n.º 3.420, de 20 de abril de 2000, a Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO), que se trata de um colégio, de caráter consultivo, do qual fazem parte entidades dos governos federais e estaduais, industriais, empresariais, sindicatos, associações estudantis, confederações de trabalhadores, entidades indígenas e ONGs. As atribuições da CONAFLO estão estreitamente ligadas aos objetivos do PNF, sendo alguns exemplos citados em seguida (MMA, 2016h):

- Propor recomendações ao planejamento das ações do PNF;
- Propor medidas de articulação entre programas, projetos e atividades de implementação dos objetivos do PNF, bem como promover a integração de políticas setoriais;
- Propor, apoiar e acompanhar a execução dos objetivos previstos no PNF e identificar demandas e fontes de recursos financeiros;
- Sugerir critérios gerais de seleção de projetos no âmbito do PNF, relacionados à proteção e ao uso sustentável das florestas.

Projeto Corredores Ecológicos

Integrante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o Projeto atua em dois corredores: o **Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA)** e o Corredor Central da Amazônia (CCA) (MMA, 2016i).

Corredores Ecológicos são áreas que possuem **ecossistemas florestais biologicamente prioritários** e viáveis para a conservação da biodiversidade na Amazônia e na **Mata Atlântica**, compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício (MMA, 2016i).

A função dos Corredores Ecológicos é a efetiva proteção da natureza, reduzindo ou prevenindo a fragmentação de florestas existentes, por meio da conexão entre diferentes modalidades de áreas protegidas e outros espaços com diferentes usos do solo. Podem ser elencados os seguintes objetivos principais do projeto (MMA, 2016i):

- Reduzir a fragmentação mantendo ou restaurando a conectividade da paisagem e facilitando o fluxo genético entre as populações;
- Planejar a paisagem, integrando unidades de conservação, promovendo, assim, a construção de corredores ecológicos;
- Demonstrar a efetiva viabilidade dos corredores ecológicos como uma ferramenta para a conservação da biodiversidade;
- Promover a mudança de comportamento dos atores envolvidos, criar oportunidades de negócios e incentivos a atividades que promovam a conservação ambiental e o uso sustentável, agregando o viés ambiental aos projetos de desenvolvimento.

Recuperação de Áreas Degradadas

Devido ao fato de o Brasil possuir um alto *deficit* de áreas de preservação permanente e de reservas legais, o MMA prima pelo desenvolvimento de pesquisas e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais, com base na Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012. Para tanto, destacam-se as seguintes ações (MMA, 2016j):

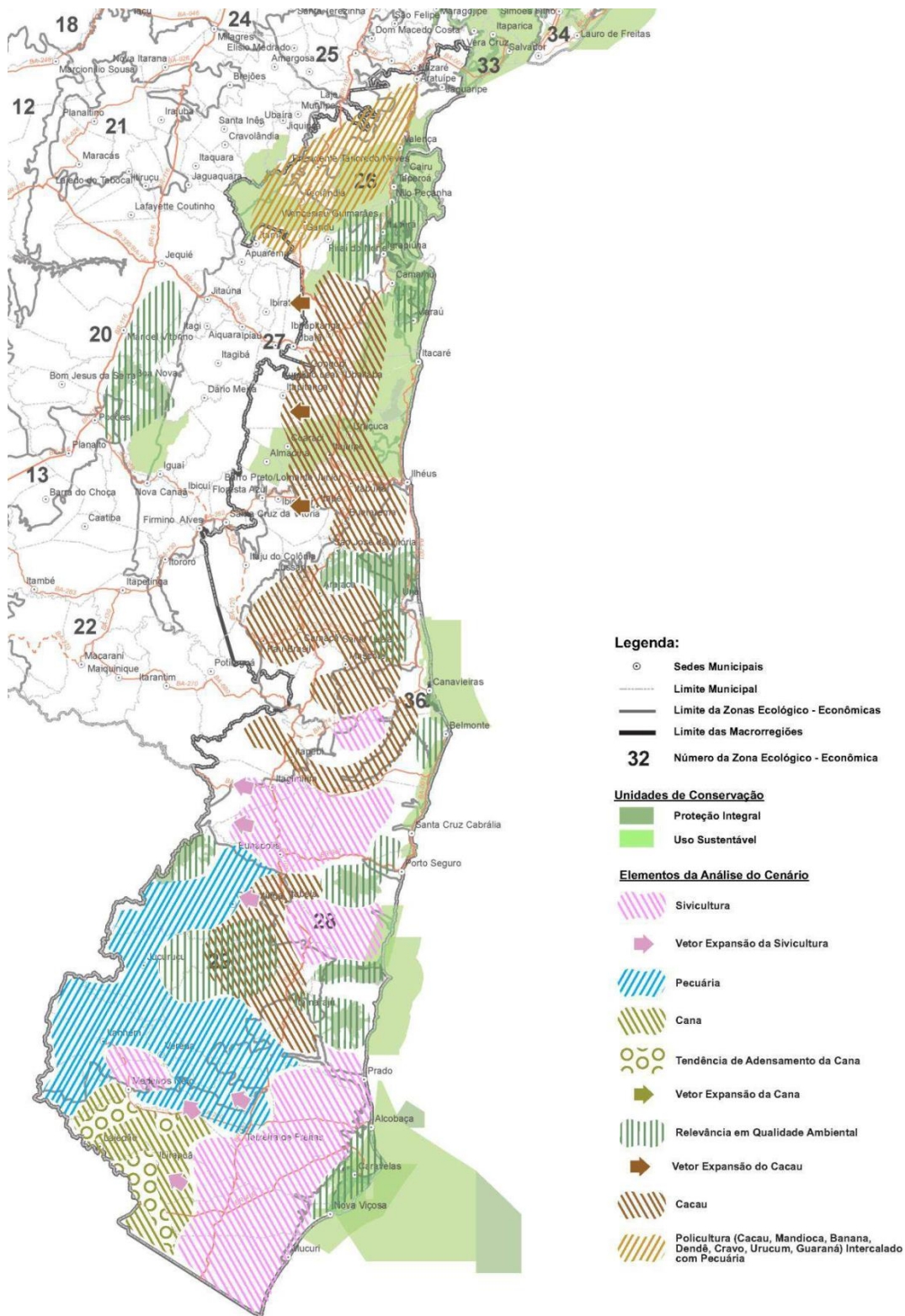
- Implementar novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas nos biomas brasileiros;
- Estabelecer métodos de recuperação de áreas degradadas;
- Instituir o plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem.

Zoneamento Ecológico-Econômico

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE), instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo Decreto n.º 4.297/2002, tem sido utilizado pelo poder público com projetos realizados em diversas escalas de trabalho e em frações do território nacional. Municípios, estados da federação e órgãos federais têm executado o ZEE e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de planejamento ambiental territorial (MMA, 2016k).

Em linhas gerais, o ZEE tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental. Para tanto, parte do diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional e do estabelecimento de cenários exploratórios para a proposição de diretrizes legais e programáticas para cada unidade territorial identificada, estabelecendo, inclusive, ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos porventura ocorridos (MMA, 2016i).

Exemplo da utilização desta ferramenta é o Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Estado da Bahia (SEPLAN e SEMA, 2016). Na Figura 4 é possível verificar um dos produtos do ZEE Preliminar do Estado da Bahia, o mapa de dinâmicas espaciais na Macrorregião Litoral Sul (que abrange a BHRC).



Fonte: Geohidro e Sondotécnica (2013).

Figura 4 – Dinâmica espacial projetada na Macrorregião Litoral Sul (ZEE Bahia)

3.2. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

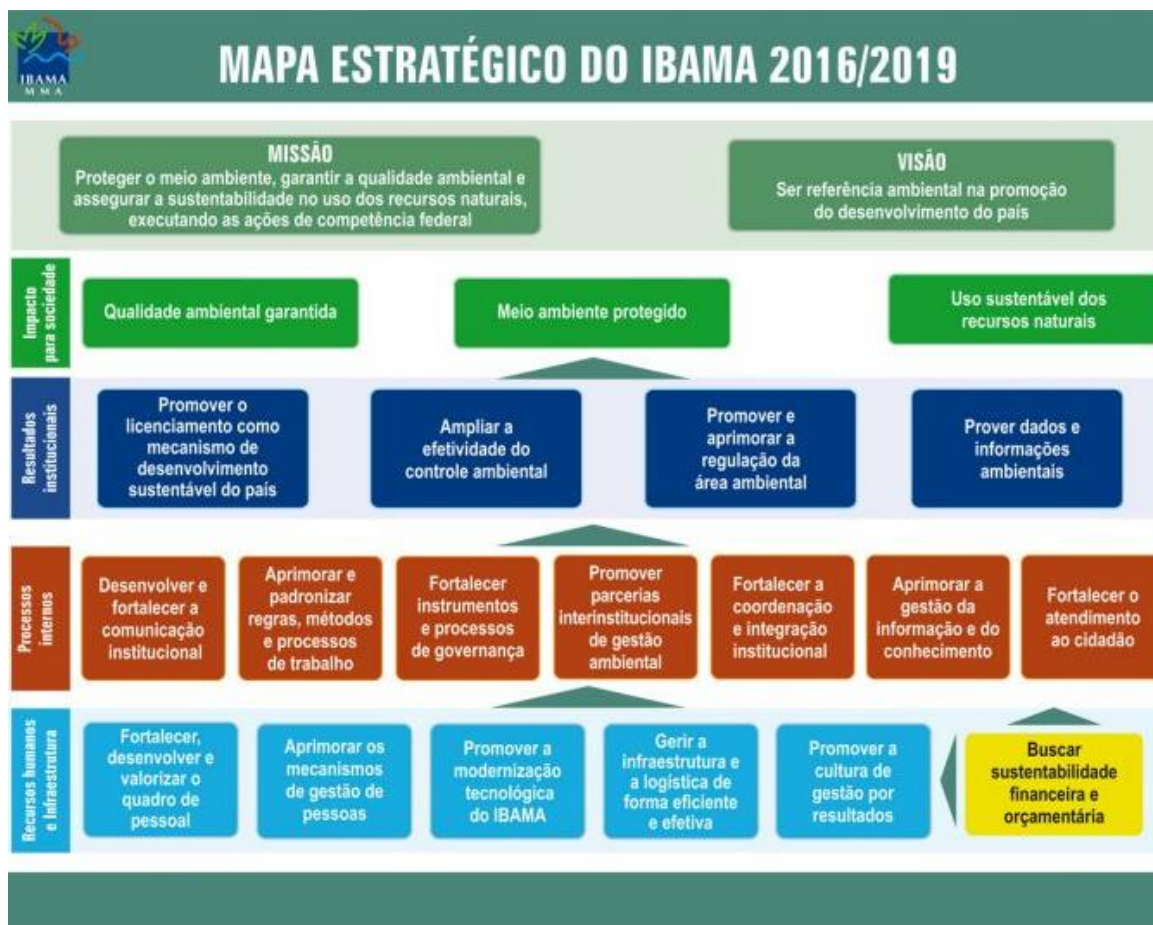
O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conforme art. 2º da Lei n.º 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 (IBAMA, 2016a).

A principal função deste órgão se baseia em proteger o meio ambiente, garantir a qualidade ambiental e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, executando as ações de competência federal (cf. Figura 5). É possível elencar as seguintes atribuições principais do IBAMA (IBAMA, 2016b):

- Exercer o poder de polícia ambiental;
- Executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental;
- Executar as ações supletivas de competência da União em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Dos vários objetivos estratégicos que o IBAMA possui, destacam-se (IBAMA, 2016a):

- Promover ações de proteção do meio ambiente, direito fundamental previsto na Constituição Federal;
- Contribuir para que o modelo de desenvolvimento ocorra de forma a conciliar o crescimento econômico a uma adequada utilização e preservação dos recursos ambientais propiciando a inclusão social;
- Contribuir para a formulação de normas e padrões de qualidade ambiental, fortalecendo os mecanismos de monitoramento e de subsídios para o aprimoramento da legislação ambiental;
- Fortalecer instrumentos e processos de governança, através da adoção de padrões de articulação e cooperação entre as equipes internas (servidores e gestores) e o público externo, arranjos institucionais e legais com vistas a definição de normas e comportamentos sobre a forma pela qual as decisões serão tomadas.



Fonte: IBAMA (2016a).

Figura 5 – Mapa estratégico do IBAMA 2016/2019

3.3. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi criado pela Lei 11.516/2007 e está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, integrando, também, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Cabe ao ICMBio executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC instituídas pela União. Cabe a este, ainda, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UC da União (ICMBio, 2016a).

O Instituto deve, também, contribuir para a recuperação de áreas degradadas em Unidades de Conservação, fiscalizando as mesmas. Cabe ao Instituto Chico Mendes monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais nas Unidades de Conservação em que isso é permitido (ICMBio, 2016b).

Na área de pesquisa, o ICMBio contribui para a geração e disseminação sistemática de informações e conhecimentos relativos à gestão de Unidades de Conservação, da conservação da biodiversidade e do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais.

A autarquia também atua em outras áreas como em educação ambiental, na implementação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente, e na promoção de normas de fiscalização e controle do uso do patrimônio espeleológico.

3.4. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) é um órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com sua direção geral localizada em Brasília e atua em seis estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso (CEPLAC, 2016a).

A CEPLAC tem um modelo de atuação integrada, executando atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola, com o objetivo de desenvolver o agronegócio cacaueiro. Mais especificamente para promover o benefício dos produtores, trabalhadores rurais, agricultores familiares e outros segmentos da sociedade como comunidades de assentados da reforma agrária, extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, colônia de pescadores, cooperativas e sindicatos.

Para além disto, a CEPLAC promove a competitividade e sustentabilidade dos segmentos agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau. Atualmente, a prioridade da Comissão consiste na recuperação das economias regionais, com ênfase no combate à "vassoura-de-bruxa", doença que vem dizimando os cacauais (CEPLAC, 2016a).

Outras prioridades da CEPLAC são (CEPLAC, 2016a):

- Promoção da diversificação vertical e horizontal da atividade agropecuária, com o apoio à implantação de agroindústrias e o plantio e/ou expansão de novos cultivos;
- Implementação de ações voltadas para a conservação ambiental, através de parcerias com organizações públicas e não governamentais, visando o desenvolvimento de atividades agroeconômicas sustentáveis e a preservação dos fragmentos florestais remanescentes (por estar inserida em dois dos mais estratégicos ecossistemas do Brasil - **a Mata Atlântica** e a Floresta Amazônica).

É de destacar que a CEPLAC possuiu um escritório em Ilhéus, estando aí sediada a Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da Bahia (SUEBA), uma das suas unidades descentralizadas (cf. seção 4.2.8).

3.5. Serviço Florestal Brasileiro

O Serviço Florestal Brasileiro é uma unidade da estrutura básica do Ministério do Meio Ambiente instituída pelo artigo 54 da Lei n.º 11.284/06. Seu objetivo principal é a gestão das reservas naturais, em especial as florestas públicas do Brasil (SFB, 2016).

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006, que criou o SFB) estabelece, no artigo 55, as competências do órgão. De acordo com a Lei, o SFB atua exclusivamente na gestão das florestas públicas e tem por competência:

- Exercer a função de órgão gestor prevista no art. 53 desta Lei, no âmbito federal, bem como de órgão gestor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal;
- Apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, incluindo manejo florestal, processamento de produtos florestais e exploração de serviços florestais;
- Estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços;
- Promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas;
- Propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade;
- Criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente.

Desta forma, o SFB gere o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, tendo as funções de organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União; adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional e apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais e municipais.

Página deixada intencionalmente em branco

4. LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE ATORES – ÂMBITO ESTADUAL

Foram identificadas no âmbito estadual várias instituições relacionadas direta e indiretamente com o desenvolvimento socioambiental, sustentabilidade econômica, conservação e/ou recuperação ambiental da bacia do Rio Cachoeira.

É importante notar que as entidades que seguidamente são descritas operam no âmbito estadual (Bahia), e por este motivo, suas atividades não contemplam exclusivamente a área de abrangência da bacia em análise.

No âmbito estadual, o Governo Estadual é o principal ator relacionado ao desenvolvimento socioambiental. O Governo Estadual é composto de diversas secretarias que compõem a sua administração direta. Para além destas, várias outras entidades com personalidade jurídica própria compõem a administração indireta do Governo da Bahia (*cf.* seção 4.1).

São ainda mencionadas neste ponto, outras instituições que atuam a nível estadual ou pelo menos em vários municípios da Bahia, e que não fazem parte do Governo Estadual (*cf.* ponto 4.2).

4.1. Governo Estadual

O Governo Estadual sofreu uma remodelação no ano de 2014 (Lei n.º 13.204, de 11 de dezembro de 2014), passando a ser constituído por 23 secretarias (cf. Quadro 2). Esta reestruturação resultou na extinção de seis secretarias e criação de três novas (a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e a Secretaria de Infraestruturas Hídricas e Saneamento).

Nos próximos pontos são descritas as secretarias do Governo da Bahia relacionadas de forma direta e indireta com sustentabilidade e conservação ambiental, especificamente:

- Secretaria do Desenvolvimento Rural;
- Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura;
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano;
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia;
- Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia;
- Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento;
- Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Quadro 2 – Secretarias do Governo do Estado da Bahia

N.º	SIGLA	Nome completo
1	SAEB	Secretaria da Administração
2	SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
3	SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
4	SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca, e Aquicultura
5	SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
6	SEC	Secretaria da Educação
7	SECOM	Secretaria de Comunicação Social
8	SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
9	SECULT	Secretaria de Cultura
10	SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
11	SEFAZ	Secretaria da Fazenda
12	SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
13	SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
14	SEPLAN	Secretaria do Planejamento
15	SEPROMI	Secretaria da Promoção de Igualdade Racial

N.º	SIGLA	Nome completo
16	SERIN	Secretaria de Relações Institucionais
17	SESAB	Secretaria de Saúde
18	SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
19	SETUR	Secretaria de Turismo
20	SIHS	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento
21	SJDHDS	Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
22	SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
23	SSP	Secretaria da Segurança Pública

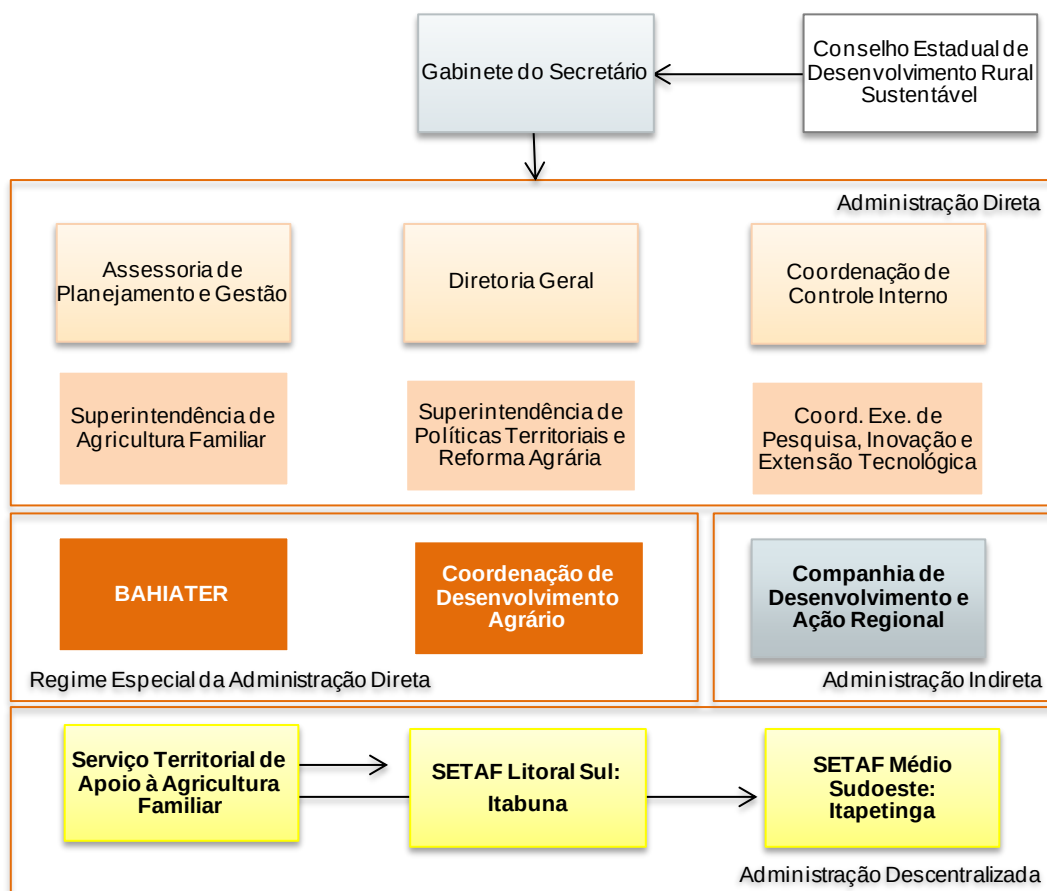
Fonte: Bahia (2016a).

4.1.1. Secretaria do Desenvolvimento Rural

A Secretaria do Desenvolvimento Rural foi criada em 2014 pela anteriormente mencionada Lei n.º 13.204, de 11 de dezembro de 2014. Como referido no art. 6º desse documento legal, *“a SDR tem por finalidade formular, articular e executar políticas, programas, projetos e ações voltadas para a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar”, “tendo como princípios norteadores a agroecologia, rede solidária de produção e comercialização, desenvolvimento sustentável, gestão e controle social das políticas públicas”*.

A estrutura da SDR pode ser verificada na Figura 6. A SDR tem na sua estrutura dois órgãos em regime especial da administração direta (a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – BAHATER e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário). Para além destes, a Companhia de Desenvolvimento da Ação Regional – CAR é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Sendo a bacia do rio Cachoeira, na sua grande parte, uma área rural, a SDR tem um papel importantíssimo no desenvolvimento do seu território. Como veículo para isso mesmo, a administração descentralizada da SDR está presente nos municípios da bacia através dos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (em Itabuna e em Itapetinga).



Fonte: SDR (2016a).

Figura 6 – Estrutura da SDR

A Secretaria de Desenvolvimento Rural possuiu ainda um órgão colegiado consultivo, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este é composto por representantes do Governo da Bahia e por representantes da sociedade civil baiana ligados à agricultura familiar e povos tradicionais, e reúne-se periodicamente para a discussão de políticas públicas de desenvolvimento rural.

4.1.1.1. Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

A Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) é um órgão de regime especial de administração direta, integrante da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado da Bahia.

Esta foi criada pela Lei n.º 13.204, de 11 de dezembro de 2014 e tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e o desenvolvimento sustentável no meio rural baiano (art. 6º - 9º).

A BAHATER está presente em todos os 27 Territórios de Identidade, com o compromisso de fornecer Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com qualidade, eficiência e rapidez. A Superintendência possui como atribuições (SDR, 2016b):

- Contratar, monitorar, fiscalizar e avaliar o serviço de assistência técnica e extensão rural como estratégia para ampliar o acesso dos agricultores/as familiares às políticas públicas;
- Contribuir para formação de gestores, de técnicos e agricultores familiares para a qualificação dos serviços de ATER;
- Estimular e articular a pesquisa e inovação tecnológica promovendo sua integração com a agricultura familiar;
- Estimular e apoiar processos de transição agroecológica e produção orgânica;
- Articular políticas públicas de apoio à agricultura familiar;
- Contribuir para a segurança e soberania alimentar e nutricional;
- Contribuir para a inclusão produtiva e emancipação econômica e social;
- Promover ações específicas voltadas para mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais;
- Apoiar e estimular a consolidação da Rede Baiana de ATER e outras articulações;
- Criar o Plano Estadual de ATER e um Sistema de Gestão;
- Buscar a universalização dos serviços de ATER.

4.1.1.2. Coordenação de Desenvolvimento Agrário

A Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) é um órgão de regime especial de administração direta, integrante da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). A CDA foi estabelecida pela Lei n.º 13.204, de 11 de dezembro de 2014 e possui como missão a promoção e apoio do desenvolvimento agrário sustentável do Estado, através de programas de crédito fundiário e de regularização fundiária.

O programa de Crédito Fundiário atua como ação complementar à reforma agrária no Estado, através do Programa Nacional de Crédito Fundiário, do Ministério do Desenvolvimento Social. Existem três linhas de financiamento por onde as famílias de trabalhadores rurais podem ter acesso ao crédito fundiário: Nossa Primeira Terra, destinada a jovens; Combate à Pobreza Rural, para apoiar famílias rurais carenciadas; e Consolidação da Agricultura Familiar para apoiar aumentos de área agrícola (SEAD, 2016).

O programa de Regularização Fundiária é executado através de tomada de requerimento, medição, processamento e titulação de imóveis rurais em terras devolutas, reconhecimento de domínio particular e consolidação do cadastro de terras (CDA, 2016).

4.1.1.3. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

Criada em 1983 pela Lei Delegada nº 30, de 03 de março de 1983, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural desde o final de 2014. A CAR é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. A sua missão é a de “*promover o desenvolvimento regional por meio da inclusão socioprodutiva, contribuindo para o combate à pobreza*” (CAR, 2016a).

No âmbito do território da bacia do rio Cachoeira, a CAR desenvolve o projeto Bahia Produtiva, financiado pelo Banco Mundial. Com o objetivo de apoiar a estratégia do Governo do Estado para a inclusão produtiva sustentável das famílias e a expansão do acesso a água para consumo humano, este projeto tem como missão apoiar subprojetos nas seguintes componentes (CAR, 2014b):

- Inclusão produtiva e acesso a mercados:
 - Subprojetos socioambientais;
 - Subprojetos orientados para o mercado;
 - Subprojetos de infraestrutura logística;
- Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Desenvolvimento institucional, apoio técnico e gestão do projeto.

Tendo iniciado em 2015 e com um horizonte temporal até 2021, este projeto orçado em 260 milhões de dólares, já lançou vários editais em 2015 e 2016 para os vários componentes. Destaque para o Edital nº 01/2015 para subprojetos socioambientais (cf. Figura 7).



Fonte: CAR (2016c).

Figura 7 – Edital de Chamada Pública nº01/2015 – CAR

4.1.1.4. Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar do Litoral Sul

Os Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF) são unidades territoriais vinculadas à SDR, constituindo-se em núcleos de administração descentralizada desta Secretaria. Os vários SETAF são compostos por equipes técnicas da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) e outros órgãos da SDR (SDR, 2015a).

O SETAF Litoral Sul, implementado em Itabuna no ano de 2015, foi criado com o objetivo de atender as 14 mil famílias de agricultores familiares deste território (UPB, 2016), sendo responsável por atividades como:

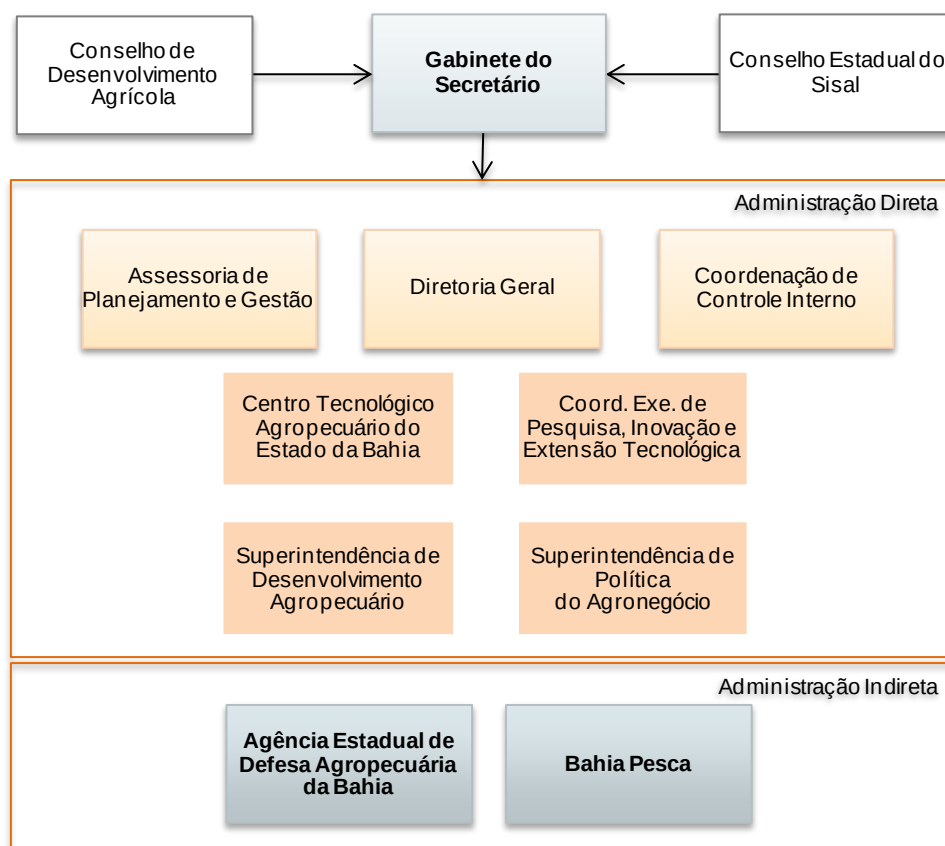
- Monitoramento e acompanhamento de projetos;
- Serviços de assistência técnica e extensão rural;
- Apoio à regularização fundiária;
- Apoio à estruturação produtiva de assentamentos rurais;
- Disponibilização de insumos produtivos;
- Implantação de infraestrutura rural (habitação, água e outros);
- Apoio para acesso ao mercado tradicional e institucional.

4.1.2. Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

A Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), é um órgão público do Governo do Estado da Bahia, estabelecido pela Lei n.º 13.204, de 11 de dezembro de 2014.

A SEAGRI possui como finalidade formular e executar a Política de Desenvolvimento da Agropecuária, Cooperativismo e Irrigação, bem como promover e executar ações de defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária (SEAGRI, 2016a).

A estrutura desta secretaria pode ser verificada na Figura 8. Destaque para as duas entidades de administração indireta: a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia e a empresa pública de promoção da pesca e aquicultura, a Bahia Pesca.



Fonte: SEAGRI (2016b).

Figura 8 – Estrutura do SEAGRI

4.1.2.1. Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) é uma autarquia sob regime especial, vinculada à SEAGRI com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Salvador (Bahia) e jurisdição em todo território do Estado.

A ADAB foi criada pela Lei n.º 7.439, de 18 de janeiro de 1999, tendo por finalidade promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária. Na bacia do rio Cachoeira, a ADAB está presente em Itabuna e Itapetinga, através das suas Coordenadorias Regionais (ADAB, 2016). De acordo com o art. 1º da Lei n.º 7.439, de 18 de janeiro de 1999, compete à ADAB:

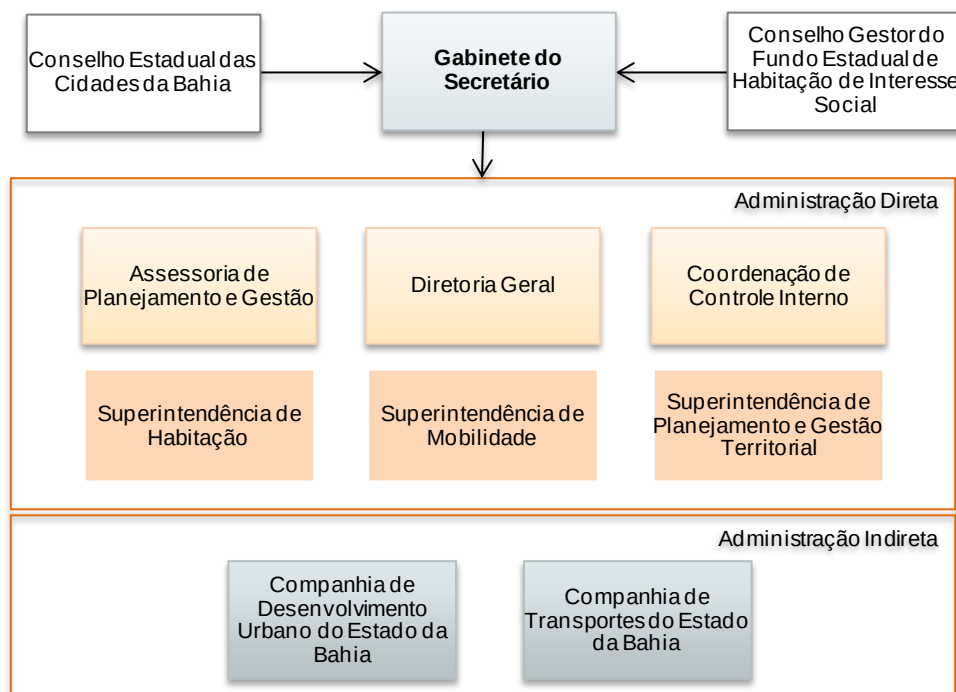
- Elaborar e executar os programas de promoção e proteção da saúde animal e vegetal e a educação sanitária, constituindo-se na autoridade estadual de sanidade agropecuária;
- Fiscalizar a entrada, o trânsito, o comércio e o beneficiamento de produtos, subprodutos e derivados agropecuários no território baiano;
- Levantar, mapear e monitorar as ocorrências zoonóticas no território baiano, objetivando o estabelecimento de ações de prevenção;
- Exercer as atividades de vigilância epidemiológica;
- Atuar na profilaxia e controle das pragas e doenças dos animais e vegetais e na inspeção dos produtos de origem agropecuária;
- Elaborar e propor normas legais para assegurar a saúde dos animais e vegetais e a qualidade sanitária dos produtos de origem agropecuária;
- Modernizar, coordenar e executar as atividades do Sistema Estadual de Defesa Agropecuária;
- Cadastrar e fiscalizar pessoas físicas e jurídicas que produzem, comercializam e distribuem produtos quimioterápicos, biológicos, agrotóxicos e produtos afins;
- Aplicar multas e outras sanções aos infratores das leis, decretos, portarias e normas de defesa sanitária animal e vegetal;
- Interditar, por descumprimento de medida sanitária, profilática ou preventiva, estabelecimento público ou particular e proibir o trânsito de animais, vegetais e seus subprodutos;
- Desenvolver estudos e executar ações objetivando o estabelecimento de áreas livres de ocorrência quarentenária ao negócio agropecuário.

4.1.3. Secretaria de Desenvolvimento Urbano

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) do Governo da Bahia foi criada pela Lei n.º 8.538, de 20 de dezembro de 2002. Esta tem por finalidade formular e executar as Políticas de Desenvolvimento Urbano, de Habitação de Interesse Social, de Mobilidade Urbana e Interurbana e o manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais urbanas.

Desta forma, e no quadro de conservação e recuperação ambiental, a atuação da SEDUR no âmbito do manejo de resíduos sólidos é de importância acrescida. Cabe à Superintendência de Planejamento e Gestão Territorial, órgão da administração direta

da SEDUR (cf. Figura 9), formular, coordenar, monitorar e avaliar a Política Estadual de Resíduos Sólidos.



Fonte: SEDURI (2016).

Figura 9 – Estrutura do SEDUR

Neste âmbito, a SEDUR publicou recentemente o estudo Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia (SEDUR, 2014). Este sugere a intermunicipalização da gestão de resíduos sólidos na bacia do rio Cachoeira, através da criação de vários agrupamentos municipais (cf. Quadro 3).

Quadro 3 – Agrupamentos municipais propostos no estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia para a BHRC

Agrupamento (sede)	Municípios integrantes
Ibicuí	Firmino Alves
Ibicaraí	Barro Preto/ Floresta Azul/ Ibicaraí/ Itapé
Camacan	Jussari
Itaju do Colônia	Itaju do Colônia/ Santa Cruz da Vitória
Itabuna	Buerarema/ Ilhéus/ Itabuna
Itapetinga	Itapetinga/ Itororó

Fonte: SEDUR (2014).

Ainda no quadro da estrutura da SEDUR, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) tem também competências na área dos resíduos sólidos (cf. ponto seguinte).

4.1.3.1. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) é uma empresa pública criada pela Lei Delegada nº 08, de 09 de julho de 1974, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

No quadro dos resíduos sólidos e redes coletoras de águas pluviais, a CONDER tem a função de *“promoção do saneamento ambiental/resíduo sólido, através de melhoria das condições do meio físico, biótico e antrópico, com foco na gestão e destinação final e tratamento dos resíduos, visando reutilização, reciclagem e recuperação do ambiente”* (CONDER, 2016a).

Neste particular, a CONDER tem realizado algumas obras nos municípios da bacia do rio Cachoeira, especificamente (CONDER, 2016b):

- Pavimentação e implantação da rede coletora de esgoto, abastecimento de água e drenagem pluvial no bairro Jorge Amado – Itabuna;
- Requalificação urbana do bairro Nossa Senhora da Vitória – Ilhéus;
- Execução da complementação dos serviços de urbanização e infraestrutura no bairro Nossa Senhora da Vitória – Ilhéus.

4.1.4. Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia

A Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) é um órgão do Governo do Estado da Bahia, criada pela Lei n.º 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que possui a finalidade de assegurar o desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, através da formulação e implementação de políticas com o objetivo de preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

A SEMA é parte integrante e essencial de dois sistemas estaduais que regem as políticas ambientais, de recursos hídricos e de desenvolvimento sustentável do estado, sendo eles o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREH). É competência da SEMA planejar, coordenar, orientar e integrar as ações relativas a esses dois sistemas.

Os **objetivos do SISEMA**, expressos na Lei n.º 10.431 de 20 de dezembro de 2006, são o de promover, integrar e implementar a gestão, a conservação, a preservação e a defesa do meio ambiente no âmbito da política de desenvolvimento do Estado.

O **SEGREH**, conforme descrito na Lei n.º 11.612 de 08 de outubro de 2009, possui como objetivos: a formulação e implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos; a coordenação da gestão integrada das águas; o planejamento, regulamentação e controle do uso, da preservação e da conservação dos recursos hídricos e a recuperação da qualidade das águas.

Também é coordenado pela SEMA o **Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA)**. O SEIA é uma plataforma de informações integrada, com a função de fornecer serviços *online* ao cidadão e prover os gestores com uma ferramenta para análise técnica de processos ambientais. Estas funções são realizadas de forma integrada, proporcionando agilidade, facilidade no atendimento e gestão eficiente dos processos ambientais de responsabilidade do Governo do Estado da Bahia (SEIA, 2016).

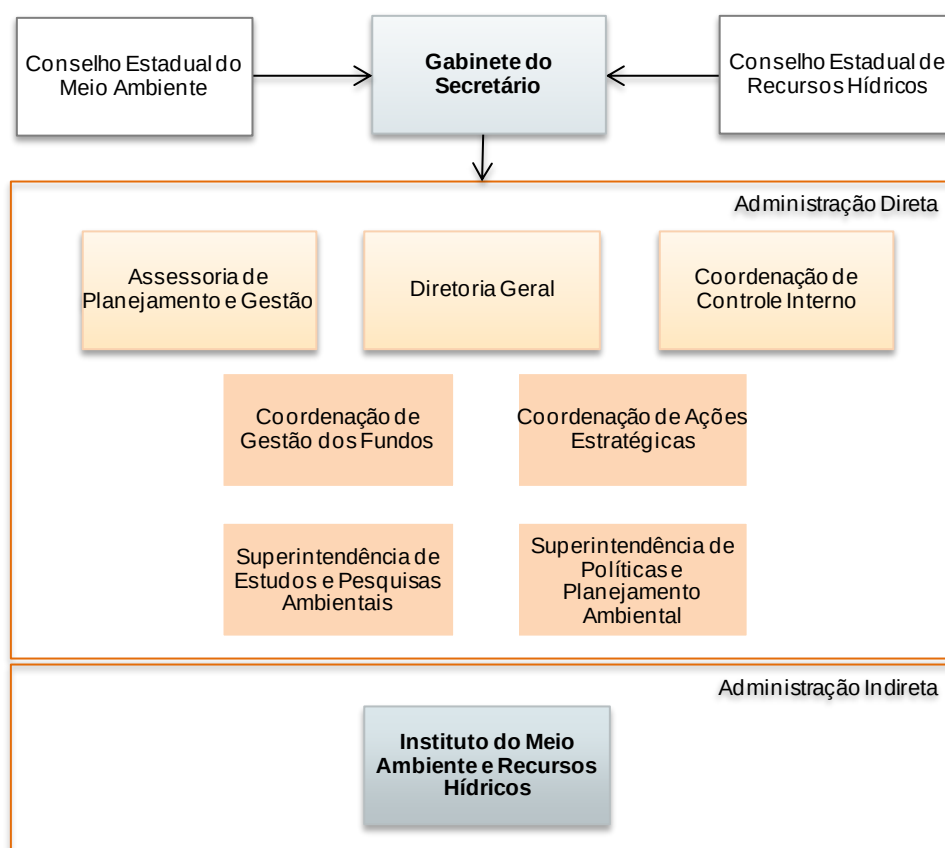
O SEIA é uma plataforma utilizada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA) e pela Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB), instituições integrantes do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

A estrutura organizacional da SEMA compreende:

- Gabinete do Secretário;
- Assessoria de Planejamento e Gestão;
- Coordenação de Controle Interno;
- Coordenação de Gestão dos Fundos;
- Coordenação de Ações Estratégicas;
- Diretoria Geral;

- Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais;
- Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental.

Como pode ser observado no organograma seguinte (cf. Figura 10), a SEMA possui ainda ligação direta com os órgãos superiores Conselho Estadual de Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, além de ter, como órgão da administração indireta o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (cf. seção seguinte).



Fonte: SEMA (2016).

Figura 10 – Organograma da SEMA

4.1.4.1. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O INEMA é uma autarquia da SEMA dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, instituída pela Lei n.º 12.212 de 2011, com sede e foro na cidade de Salvador. É o órgão executor da Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, da Política

Estadual de Recursos Hídricos, da Política Estadual sobre Mudança do Clima e da Política Estadual de Educação Ambiental.

A execução das ações estabelecidas nessas políticas visa o equilíbrio entre desenvolvimento e a proteção do meio ambiente, promovendo um desenvolvimento sustentável. Com o objetivo de desempenhar as suas funções com maior eficiência e qualidade, o INEMA deve atuar em articulação com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e com a sociedade civil organizada.

De acordo com a Lei n.º 12.212, de 4 de maio de 2011, das diferentes competências do INEMA, destacam-se:

- Realizar ações de educação ambiental;
- Promover a gestão florestal e do patrimônio genético, bem como a restauração de ecossistemas, com vistas à proteção e preservação da flora e da fauna;
- Promover as ações relacionadas com a criação, a implantação e a gestão das Unidades de Conservação, em consonância com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação;
- Promover a gestão das águas superficiais e subterrâneas de domínio do Estado;
- Fomentar a criação e organização de Comitês de bacia Hidrográfica;
- Executar programas, projetos e ações voltadas à proteção e melhoria do meio ambiente, da biodiversidade e dos recursos hídricos;
- Propor ao Conselho Estadual de Meio Ambiente e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos normas para a proteção, conservação, defesa e melhoria do meio ambiente e dos recursos hídricos;
- Expedir licenças ambientais, emitir anuência prévia para implantação de empreendimentos e atividades em unidades de conservação estaduais, autorizar a supressão de vegetação e conceder outorga de direito de uso de recursos hídricos;
- Efetuar a cobrança pelo uso de recursos hídricos, de bens da biodiversidade e de outras receitas previstas na legislação ambiental e de recursos hídricos;
- Elaborar e gerenciar os cadastros ambientais e de recursos hídricos;
- Coordenar, executar, acompanhar, monitorar e avaliar a qualidade ambiental e de recursos hídricos;

- Efetuar a previsão meteorológica e os monitoramentos hidrológicos, hidrogeológicos, climáticos e hidrometeorológicos;
- Realizar estudos e pesquisas destinados à elaboração e execução de programas, projetos e ações voltadas à melhoria da qualidade ambiental e de recursos hídricos;
- Exercer o poder de polícia administrativa, preventiva ou repressiva, fiscalizando o cumprimento da legislação ambiental e de recursos hídricos.

Para desempenhar as suas funções e atender a população de maneira mais eficaz, o INEMA estabeleceu Unidades Regionais com atribuições específicas, como licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, acompanhamento das políticas de Recursos Hídricos e gestão de Unidades de Conservação (INEMA, 2016).

As Unidades Regionais funcionam também como apoio às instituições municipais da região onde atuam, auxiliando-as no desenvolvimento da gestão ambiental local. Em 2016, existiam nove Unidades Regionais, sendo uma delas sediada em Itabuna, a **Unidade Regional Sul** (INEMA, 2016).

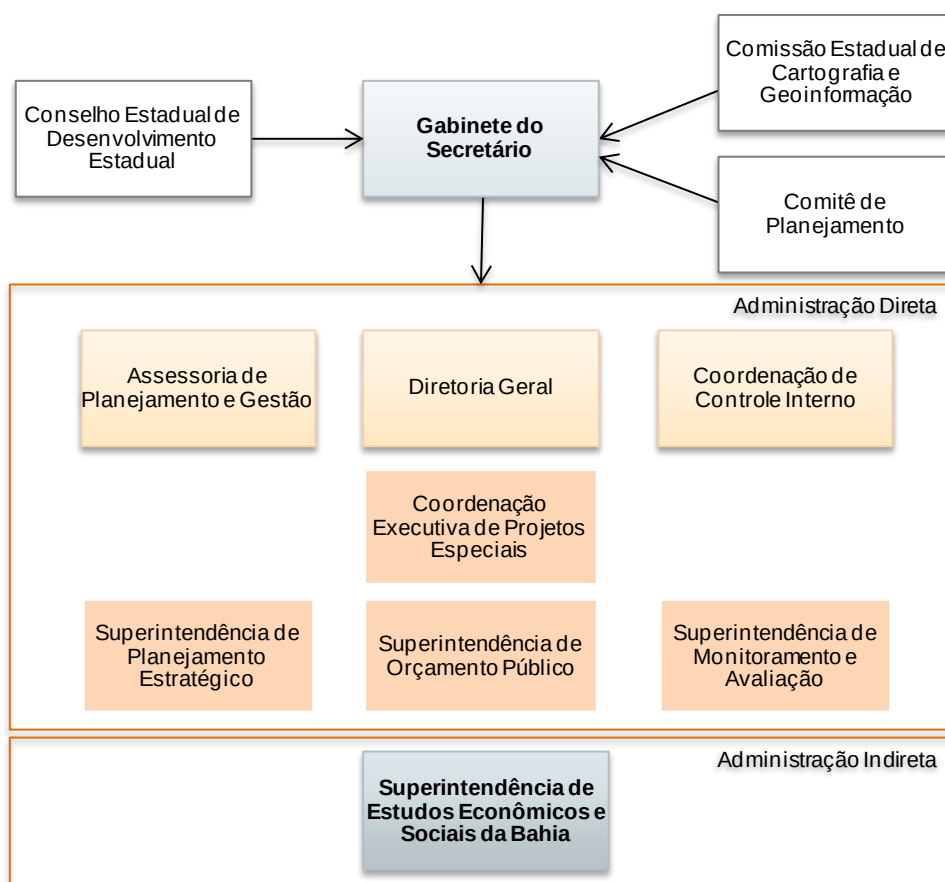
Além das Unidades Regionais, o INEMA identificou a necessidade de implantação de Postos Avançados nos seguintes municípios: Alagoinhas, Caetité, Guanambi, Ilhéus, Itaberaba, Irecê, Jequié, Paulo Afonso e Teixeira de Freitas.

Desta forma, e no território da bacia do rio Cachoeira, o INEMA está presente fisicamente em Itabuna (sede de Unidade Regional) e em Ilhéus (Posto Avançado).

4.1.5. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

A Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) é um órgão do Governo do Estado da Bahia, criada pela Lei n.º 8.631, de 12 de junho de 2003, que possui como finalidade executar as funções de planejamento a nível estadual, através da elaboração e a atualização dos instrumentos de planejamento governamental: Plano Estratégico, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais.

Desta forma, a SEPLAN é uma unidade central no Governo do Estado da Bahia. A sua estrutura pode ser verificada na Figura 11. Para além de ter três órgãos consultivos, a SEPLAN tem um órgão de administração indireta subordinado, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A finalidade da SEI é a de elaborar estudos e projetos com o objetivo de avaliar as políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento do Estado (SEI, 2016).



Fonte: SEPLAN (2016a).

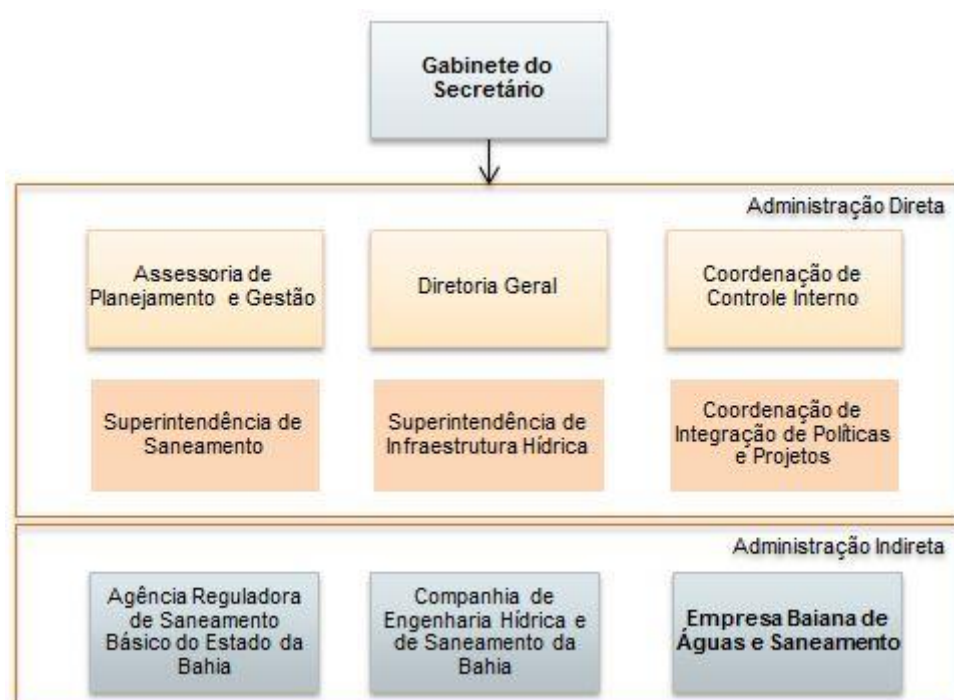
Figura 11 – Estrutura da SEPLAN

4.1.6. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) é um órgão público do Governo do Estado da Bahia, estabelecido pela Lei n.º 13.204/2014, de 11 de dezembro de 2014.

A SIHS possui como finalidade, segundo o Decreto n.º 16.656 de 26 de março de 2016, formular e executar a Política Estadual de Saneamento Básico (à exceção dos componentes manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais urbanas), a Política Estadual de Segurança de Barragens e a Política Estadual de Segurança Hídrica, bem como fomentar, coordenar, acompanhar, avaliar e executar estudos, programas e projetos de infraestrutura hídrica (SIHS, 2016a).

A estrutura desta secretaria pode ser verificada na Figura 12. Destaque para as três entidades de administração indireta: a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA), a Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia (CERB) e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA).



Fonte: SIHS (2016b)

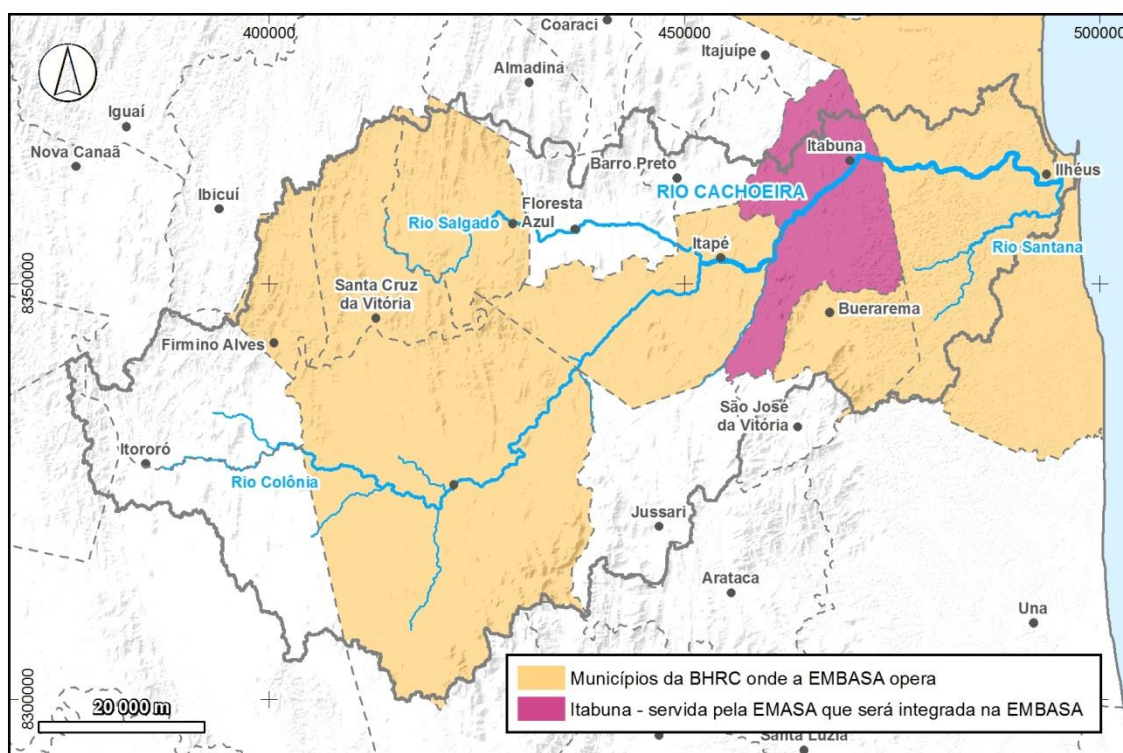
Figura 12 – Organograma da SIHS

4.1.6.1. Empresa Baiana de Águas e Saneamento

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, pessoa jurídica de direito privado, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado da Bahia. Foi criada pela Lei Estadual 2.929, de 11

de maio de 1971, com sede e foro na cidade de Salvador e com o objetivo de prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, análise de qualidade da água, estudos de viabilidade e expansão dos seus índices de atendimento à população baiana (EMBASA, 2016a).

A administração da empresa segue o princípio da descentralização, atuando por meio de 13 unidades regionais no interior e 6 unidades regionais na região metropolitana de Salvador. Opera 431 sistemas de abastecimento de água em 1.057 localidades e 94 sistemas de esgotamento sanitário em 122 localidades, fornecendo água a mais de 11 milhões de pessoas e esgotamento sanitário a mais de 4 milhões. Nos municípios da bacia do rio Cachoeira a EMBASA atua em Buerarema, Firmino Alves, Floresta Azul, Itabuna, Ilhéus, Itaju do Colônia, Itapé e Santa Cruz da Vitória (cf. Figura 13).



Fonte: EMBASA (2016b).

Figura 13 – Municípios da BHRC atendidos pela EMBASA

4.1.7. Secretaria de Educação do Estado da Bahia

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) foi criada pela Lei n.º 115, de 16 de agosto de 1895, com a denominação de Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, e somente com a Lei n.º 6.812, de 18 de janeiro de 1995, recebeu a sua denominação atual. A SEC possui por finalidade a promoção a execução da política de educação do Estado, conforme o estabelecido no Decreto n.º 8.877, de 19 de janeiro de 2004, que aprova o seu regimento.

Ainda conforme o decreto acima mencionado, compete à Secretaria da Educação:

- Formular diretrizes e promover a definição e implantação de planos, programas, projetos e ações relativas à educação, no âmbito do Estado;
- Promover a formulação e o acompanhamento do Plano Estadual de Educação;
- Viabilizar a promoção de estudos e pesquisas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema educacional;
- Fomentar articulação com outros órgãos ou instituições públicas e particulares, nacionais e internacionais, com vistas ao cumprimento de sua finalidade;
- Promover e fiscalizar o cumprimento das leis federais e estaduais relativas à educação, bem como das decisões dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação;
- Exercer outras atividades correlatas.

Na esfera ambiental, as atribuições da SEC são desenvolvidas com grande enfoque na Educação Ambiental. De acordo com o disposto na Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecido pela Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, entende-se por educação ambiental *“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”*.

Neste contexto, a SEC desenvolve as ações de educação ambiental, em sua competência e nas áreas de sua jurisdição, com base nas seguintes leis:

- Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei n.º 12.056, de 07 de janeiro de 2011, que institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia.

Portanto, para realização de suas ações e consecução de seus objetivos, a SEC pode atuar em articulação com outros órgãos públicos ou entidades da sociedade civil, contanto que em consonância com as diretrizes estabelecidas na Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia. Atualmente, a SEC executa ou apoia uma série de programas e ações voltados à educação ambiental. Dentre estes destacam-se os apresentados nos seguintes parágrafos.

O Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia tem com o objetivo fortalecer a educação ambiental nas escolas, através do estabelecimento de princípios gerais, diretrizes pedagógicas, orientações curriculares e as linhas de ação institucionais. Dentre as principais ações do programa, estão a promoção de cursos e oficinas para professores, produção de vídeos didáticos para professores e alunos, bem como a mobilização para formação de comissões de meio ambiente e qualidade de vida nas escolas (SEC, 2016).

Todo o programa está em consonância com os marcos legais constituídos anteriormente, tais como: a Política Estadual de Educação Ambiental, o Plano Estadual da Juventude e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (SEC, 2016).

O Programa de Uso Racional de Água e Energia nas Escolas, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, promove um espaço para o diálogo e melhoria no gerenciamento desses recursos, visando a incorporação de valores voltados ao consumo sustentável e a eficiência no uso dos recursos públicos (SEC, 2016).

O Programa Juventude em Ação possui como objetivo a promoção e formação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida e elaboração da Agenda 21 escolar. Como metodologia para a consecução de seus objetivos, o programa incentiva a atuação juvenil através de um diagnóstico participativo da realidade socioambiental da escola (SEC, 2016).

4.2. Outras instituições de âmbito estadual

4.2.1. Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul

Os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETER) são fóruns de discussão e de participação social, constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes nos Territórios de Identidade ao qual representam, sendo espaços de planejamento e gestão participativa (SEPLAN, 2016b).

Constituído no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios de Identidade Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o CODETER Litoral Sul foi aprovado em 2010 pelos atores sociais do Território. Este configura-se como um espaço de participação, discussão, proposição, deliberação, gestão e controle social das políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável (CODETER, 2010).

Dos vários objetivos do CODETER Litoral Sul, destacam-se as seguintes proposições no contexto da revitalização/conservação da BHRC:

- Fomentar o Desenvolvimento Sustentável do Território através do apoio à organização e ao fortalecimento institucional dos atores sociais locais;
- Promover a gestão participativa e o controle social das políticas de desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária;
- Formular e adequar políticas públicas e iniciativas locais às potencialidades e demandas do Território, bem como fiscalizar, monitorar, acompanhar e garantir a aplicação adequada dos recursos em todos os municípios que compõem o Território Litoral Sul.
- Estabelecer parcerias para a implementação de estudos e pesquisas destinados à identificação das potencialidades e vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais e propor estratégias e ações compatíveis com o espaço territorial;
- Coordenar e acompanhar a implementação de programas de capacitação previstos no planejamento do Território de forma a qualificar recursos humanos adequados ao desenvolvimento territorial;

- Articular e apoiar os arranjos institucionais de âmbito territorial que se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operacionalização dos projetos específicos, principalmente os consórcios públicos.

Em termos gerais, os vários CODETER existentes na Bahia vinculam-se à SEPLAN através da Diretoria de Planejamento Territorial (DPT), que por sua vez os utiliza como instrumentos de fomento à participação social na estruturação da Política de Desenvolvimento Territorial no Estado.

4.2.2. Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste

O Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste (CBHL) é um órgão integrante dos Sistemas Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, criado por força do Decreto Estadual nº 9.935, de 22 de março de 2006, com sede em Itabuna (cf. entrevista 008/2016, no Apêndice B).

Este comitê possui caráter consultivo, normativo e deliberativo e a sua área de atuação abrange toda a Bacia Hidrográfica do Leste. Esta Bacia Hidrográfica integra totalmente a bacia do rio Cachoeira. Das atribuições que o Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste possui, destacam-se (CBHL, 2010):

- Promover de forma democrática a participação dos representantes do Poder Público, dos usuários de recursos hídricos e das sociedades civis, na gestão integrada dos recursos hídricos e ambientais;
- Promover a articulação técnica, econômica e financeira de programas e projetos e das políticas públicas e setoriais, visando o desenvolvimento sustentável das bacias do Leste;
- Acompanhar a elaboração e aprovar o respectivo Plano de Bacia Hidrográfica e suas alterações;
- Acompanhar a implementação do Plano de Bacia Hidrográfica, sugerindo as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- Desenvolver e apoiar iniciativas em Educação Ambiental em consonância com a Lei n.º 9.795, de 27 abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e a Lei Estadual nº 12.056, de 07 de janeiro de 2011;

- Promover estudos, divulgação e debates sobre os programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade.

4.2.3. Instituto Federal Baiano

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), foi criado em 29 de dezembro de 2008 pela Lei n.º 11.892. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, com diversos cursos, vários polos e descentralizada. Esta possui natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal Baiano está presente em 19 dos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Nos municípios integrantes da bacia do rio Cachoeira, está presente apenas em Itororó (com um polo de Ensino à Distância) e em Itapetinga (com um *campus*) (IF Baiano, 2014).

O *campus* de Itapetinga oferece os cursos de Técnico em Alimentos, Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática na Modalidade Subsequente. Neste campus são ainda facultados cursos à distância.

Das várias finalidades estabelecidas para o instituto, destaca-se como de grande relevância para o projeto de revitalização da bacia, a promoção da produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (IF Baiano, 2014).

4.2.4. Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Litoral Sul

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) são unidades administrativas com função de apoiar ações de extensão e de assessorar tecnicamente os Colegiados Territoriais e demais atores dos territórios rurais. Este vincula-se à estratégia de fortalecimento e consolidação da abordagem territorial da

atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (integrante da Casa Civil da Presidência da República).

O programa foi implementado por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos territórios e da anterior Secretaria de Desenvolvimento Territorial (NEDET, 2016).

Os NEDETs são formados por professores e pesquisadores destas instituições e são constituídos a partir de parcerias com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atuando por meio de projetos de extensão, assessoria, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, desenvolvimento rural e de inclusão produtiva (MDA, 2016).

Na BHRC, encontra-se o NEDET Litoral Sul, que está vinculado ao IFBAIANO, promovendo ações de empoderamento, organização comunitária, reuniões temáticas, elaboração de projetos sociais e realização de oficinas formativas com a sociedade civil e o poder público, no intuito de dinamizar os processos territoriais com base nas articulações via Colegiado Territorial.

4.2.5. Núcleo Mata Atlântica

O Núcleo Mata Atlântica (NUMA) é um grupo de atuação do Ministério Público da Bahia, criado em 2005, com o objetivo de enfrentar o processo de destruição da floresta atlântica (*cf.* entrevista 005/2016, no Apêndice B).

O NUMA atua não só na área jurídica, mas também em temas como educação ambiental, prevenção ambiental, intervenção social e econômica em conjunto com outras entidades e instituições ambientais (MPBA, 2016a).

O NUMA possui Promotorias Regionais em vários municípios da Bahia, incluindo em Itabuna, onde se encontra a coordenação do núcleo, e em Ilhéus (incluindo uma base na Universidade Estadual de Santa Cruz) (MPBA, 2016b).

4.2.6. Universidade Estadual de Santa Cruz

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) é uma autarquia vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com sede em Ilhéus e destinada a atuar na região sul do Estado.

Esta Universidade tem origem nos anos de 1960 e em diversas faculdades que posteriormente se reuniram na Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, em 1972. Só na década de 1990, contudo, é que foi transformada em Universidade Estadual, através da Lei n.º 6.344, de 05 de dezembro de 1991 (UESC, 2016).

A UESC tem por finalidade desenvolver, de forma harmônica e planejada, a educação superior, promovendo a formação e o aperfeiçoamento acadêmico, científico e tecnológico dos recursos humanos, a pesquisa e extensão voltadas para as questões do meio ambiente e do desenvolvimento socioeconômico e cultural, em consonância com as necessidades e peculiaridades regionais (art. 2º da Lei n.º 6.344, de 05 de dezembro de 1991).

A UESC adotou uma estrutura orgânica com base em departamentos, possuindo um total de dez departamentos das diversas áreas acadêmicas. Dos vários departamentos, o de maior relevância para o Plano de Revitalização da Bacia do Rio Cachoeira é o Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais, onde é possível encontrar o Núcleo de Bacia Hidrográfica, que estuda a BHRC.

4.2.7. Universidade Federal do Sul da Bahia

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) é uma instituição de ensino superior pública relativamente recente (criada pela Lei n.º 12.818, de 5 de junho de 2013). O *campus* principal da universidade situa-se em Itabuna, possuindo ainda *campus* em outros dois municípios (UFSB, 2016).

No âmbito da BHRC, cabe à UFSB a tarefa de produzir intervenções que colaborem com o desenvolvimento sustentável e socioeconômico de toda a região inserida na sua área de abrangência, através de estudos científicos e apoio às mais variadas iniciativas socioambientais.

4.2.8. Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da Bahia

A Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da Bahia (SUEBA) é uma das unidades descentralizadas diretamente subordinada à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, que por sua vez é um órgão específico singular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As competências da SUEBA são regidas pelo Decreto n.º 8.852, de 20 de março de 2016 (art. 41º), sendo elas:

- Desenvolvimento rural sustentável, pesquisa, desenvolvimento, inovação, transferência de tecnologia, assistência técnica, extensão rural, qualificação tecnológica agropecuária, fiscalização agropecuária, certificação e organização territorial e socioproductiva;
- Interação com os produtores, nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologia de produção e serviço, de maneira a manter o processo contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos;
- Apoio à identificação de tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização;
- Manter articulações com órgãos e entidades públicas e privadas, de maneira a assegurar a integração e a cooperação para o desenvolvimento da cacauicultura.

A SUEBA é composta de três divisões. Para além da divisão de suporte administrativo e financeiro, possui (SUEBA, 2016):

- Divisão do Centro de Pesquisa do Cacau que desenvolve programas de pesquisa em geração e difusão de tecnologia para o desenvolvimento da cacauicultura, controle da enfermidade vassoura-de-bruxa e geração e difusão de tecnologia para a diversificação agro-econômica;
- Divisão do Centro de Assistência Técnica e Extensão Rural que tem como missão difundir os conhecimentos tecnológicos, gerenciais e organizacionais e qualificar recursos humanos voltados para a dinamização dos agronegócios.

A SUEBA tem sede no município de Ilhéus, portanto no interior da bacia do rio Cachoeira. Para além disso, a Superintendência tem escritórios em vários dos municípios da bacia (Barro Preto, Floresta Azul, Ibicaraí, Itabuna, Itapetinga, Itororó, Jussari) (CEPLAC, 2016b).

5. LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE ATORES – ÂMBITO MUNICIPAL

As instituições públicas de âmbito municipal que se relacionam com a revitalização/conservação da bacia do rio Cachoeira e que possuem, em seu quadro de atividades, ações de cunho socioambiental restringem-se, em sua maioria, às Secretarias das Prefeituras Municipais. Neste particular, destacam-se as Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, presentes em vários dos municípios integrantes da bacia.

Nos próximos pontos são descritas as instituições municipais de caráter socioambiental presentes no território da bacia. São igualmente referenciadas associações ou consórcios municipais, com particular interesse para as áreas de conservação e recuperação ambiental. Esta descrição tem por base a revisão de documentos legais municipais e o trabalho de campo realizado no final de 2016, através do qual foram realizadas várias entrevistas a atores privilegiados de várias destas instituições (*cf.* Apêndice B).

5.1. Barro Preto

5.1.1. Órgãos executivos

Da administração direta do Município destaca-se, no que se refere à conservação e recuperação ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura. É de destacar, também, o papel da Secretaria Municipal da Educação no que se refere à educação ambiental. Por fim, é referido o papel dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto na conservação e proteção dos cursos de água.

5.1.1.1. Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura

Órgão executor do Sistema Municipal de Meio Ambiente e da política de desenvolvimento rural, a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Barro Preto possui como principal eixo de atuação o apoio aos produtores agrícolas do município através de parcerias e estímulo às práticas rurais sustentáveis, como a manutenção do sistema de cacau-cabruca, predominante na região (cf. entrevista 011/2016, no Apêndice B).

O estímulo à manutenção deste sistema em detrimento de outros sistemas de cultura promove, secundariamente, a manutenção do componente arbóreo da mata atlântica – indispensável para a conformação deste tipo de cultivar. Por sua vez, as florestas manejadas no sistema de cabruca sofrem menos impactos ao serem parcialmente mantidas, proporcionando bons níveis de qualidade ambiental (Lobão, 2007).

Atualmente, a Secretaria busca apoio para a implementação do Projeto Barro Preto, cujo foco é promover articulação técnico-institucional entre o município e entidades ligadas à preservação da produção de cacau no sistema de cabruca, no sentido de oferecer assistência técnica e extensão rural aos produtores (cf. entrevista 011/2016, no Apêndice B).

A Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Barro Preto é órgão administrador do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Barro Preto (que possui receitas consignadas como multas, taxas ambientais, entre outras), tendo de consultar o Conselho Municipal de Meio Ambiente, conforme Lei Municipal nº 482/2015, 18 de dezembro de 2015.

Por fim, a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Barro Preto exerce a coordenação do Grupo de Trabalho Local criado para subsidiar a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (artigo 3º do Decreto Municipal n.º 250, de 02 de junho de 2015). Este plano está a ser criado com o apoio conjunto da AMRUC, CDS-LS e da UESC (AMRUC, 2015).

5.1.1.2. Serviços Autônomos de Água e Esgoto

Os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Município de Barro Preto são provisionados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), uma Autarquia Municipal estabelecida na Rua Deputado Paulo Nunes nº 173, Centro Barro Preto, Bahia e inscrita no CNPJ sob o nº 16.422.008/0001-86.

Além de manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários, compete também ao SAAE exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de água e esgotos e defender os cursos de água do município contra a poluição (cf. entrevista 025/2017, no Apêndice B).

5.1.2. Órgãos consultivos

Os órgãos consultivos municipais têm como objetivo assessorar e acompanhar a execução de diversas políticas setoriais municipais. O Município de Barro Preto tem vários conselhos municipais ativos. Destes, destaca-se o Conselho Municipal de Educação que possui “*caráter deliberativo, normativo, propositivo, mobilizador, consultivo, fiscalizador e controlador da implementação das Políticas de Educação Municipal e de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação*” (artigo 1º da Lei Municipal n.º 464, de 07 de maio de 2014).

Destaca-se ainda os seguintes conselhos municipais de Barro Preto na área do ambiente (cf. pontos seguintes): Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; e Conselho Municipal do Meio Ambiente.

5.1.2.1. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) é órgão gestor do desenvolvimento sustentável do Município de Barro Preto e tem função consultiva e deliberativa (artigo 1º da Lei Municipal n.º 454, de 01 de julho de 2013).

Ao CMDRS *“competete promover o desenvolvimento sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação de representações dos diversos segmentos sociais e movimentos na discussão e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma a que este contemple estratégias, ações, programas e projetos de apoio e fomento ao desenvolvimento econômico e social, em bases sustentáveis”* (artigo 2º da Lei Municipal n.º 454, de 01 de julho de 2013).

De acordo com o Decreto Municipal n.º 262, de 17 de agosto de 2015, o CMDRS de Barro Preto é composto pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
 - Representante da Secretaria Municipal de Administração;
 - Representante do Poder Legislativo;
 - Representante do Escritório Local da CEPLAC;
- Segmento: sociedade civil organizada:
 - Representante da Associação dos Moradores do Bairro Luiz Borel;
 - Representante da Associação das Mulheres do Bairro Luiz Borel;
 - Representante da Associação de Assistência Social, Cultural e de Radiodifusão de Barro Preto;
 - Representante do Sindicato Rural de Barro Preto;
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barro Preto;
 - Representação do Assentamento P. A. Brasil (2);
 - Representante dos Agricultores da Pedra Lascada.

5.1.2.2. Conselho Municipal do Meio Ambiente

O Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA) de Barro Preto é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Municipal de Meio Ambiente do Município. Sendo um órgão colegiado, cabe-lhe “*assessorar a Prefeitura na elaboração, estabelecendo diretrizes e acompanhando a implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, bem como dos demais planos relativos à área*” (artigo 9º da Lei Municipal nº 482/2015, de 18 de dezembro de 2015).

De acordo com o Decreto Municipal n.º 213, de 05 de novembro de 2014, o CMMA de Barro Preto é composto pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria Municipal de Administração Geral e Planejamento;
 - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
 - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;
 - Representante da CEPLAC;
 - Representantes do SAAE;
- Segmento: sociedade civil organizada:
 - Representante da Associação das Mulheres do Bairro Luiz Borel (suplente: representante da Associação de Agricultores de Economia Familiar da Pedra Lascada);
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barro Preto;
 - Representante do Sindicato Patronal;
 - Representante da Igreja Católica;
 - Representante das Demais Igrejas.

5.2. Buerarema

5.2.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Buerarema está dividido nas seguintes secretarias: Educação; Administração; Finanças; Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Agricultura; Desenvolvimento Urbano e Rural; Ambiente; Saúde; e Assistência Social.

Nos próximos pontos serão apresentados os principais atores executivos de Buerarema no que se refere à conservação e recuperação ambiental (Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural).

5.2.1.1. Secretaria de Ambiente

A Lei Municipal n.º 723, de 12 de dezembro de 2016, institui o Sistema Municipal de Meio Ambiente de Buerarema, parte integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente da Bahia. O órgão executor da Política Municipal de Meio Ambiente (instituída pela mesma lei) é a Secretaria Municipal de Ambiente de Buerarema. Esta deve apoiar-se no órgão consultivo (Conselho Municipal de Meio Ambiente).

A Secretaria Municipal de Ambiente tem várias ferramentas para executar a Política Municipal de Meio Ambiente, sendo uma das quais o Fundo Municipal de Meio Ambiente, instituído pela Lei Municipal n.º 723, de 12 de dezembro de 2016.

A Secretaria de Ambiente de Buerarema, no que se refere às questões ligadas ao meio ambiente, promove e fomenta palestras relacionadas à conscientização sobre o lixo, preservação do meio ambiente e valorização dos profissionais de limpeza pública municipal, bem como seminários de desenvolvimento sustentável, adequação ambiental e regularização de propriedades rurais (Buerarema, 2015).

Além disto, a secretaria incentiva a ações de recuperação de Áreas de Proteção Permanente e limpeza dos rios e córregos que cortam o município (cf. entrevista 022/2017, no Apêndice B).

5.2.1.2. Secretaria de Agricultura

Responsável pela política agrícola do município, a Secretaria de Agricultura tem como atividades principais o apoio ao associativismo e cooperativismo na área rural, a gestão do Fundo Municipal de Agricultura e a reforma da Feira Livre do Município (cf. Lei Municipal n.º 726, de 28 de dezembro de 2016).

Esta participa ainda de vários conselhos municipais, sendo o ator público chave no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

5.2.1.3. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural é responsável pelas infraestrutura urbana e serviços urbanos de Buerarema, incluindo o desenvolvimento do saneamento básico urbano (cf. Lei Municipal n.º 726, de 28 de dezembro de 2016).

Tal como vários municípios da BHRC, o PMSB de Buerarema está a ser desenvolvido com o apoio do consórcio AMURC/ CDS-LS/ UESC (CDS-LS, 2016).

5.2.2. Órgãos consultivos

Os órgãos consultivos municipais têm como objetivo assessorar e acompanhar a execução de diversas políticas setoriais municipais. O Município de Buerarema possui diversos Conselhos Municipais como o de Educação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (cf. próximos pontos).

5.2.2.1. Conselho Municipal do Meio Ambiente

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Buerarema é o órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo do Sistema Municipal do Meio Ambiente. De acordo com o Decreto Municipal n.º 211, de 15 de dezembro de 2016, o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Buerarema é composto pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
 - Representante da Secretaria Municipal da Agricultura;
 - Representante da Secretaria Municipal da Saúde;
 - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - Representante do Gabinete do Prefeito;
- Segmento: sociedade civil organizada:
 - Representante da Cerâmica Celinni (empresa);
 - Representante da Associação dos Cavaleiros Organizados de Buerarema;
 - Representante do Instituto Chocolate;
 - Representante do Instituto Macuco Jequitibá;
 - Representante do Clube de Diretores Lojistas.

5.2.2.2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Buerarema tem como função promover o *“desenvolvimento sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação de representações dos diversos segmentos sociais e movimentos”* (artigo 2 da Lei Municipal n.º 720, de 05 de julho de 2016).

De acordo com artigo 5 da Lei Municipal n.º 720, de 05 de julho de 2016, *“em virtude da predominância de características rurais do Município e da representatividade da Agricultura Familiar, será garantido ampla participação de membros representantes dos agricultores familiares, trabalhadores assalariados rurais, agroextrativistas, pescadores, indígenas, assestados de reforma agrária e outras populações e comunidades tradicionais do campo”*.

Desta forma, a composição deste conselho é a seguinte:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria Municipal da Agricultura;
 - Representante da Câmara dos Vereadores;
 - Representante da CEPLAC;
 - Representante da Secretaria Municipal da Saúde;
 - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Segmento: sociedade civil organizada:
 - Representante da Câmara de Dirigentes Logistas;
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - Representante da Igreja Paróquia Senhora Sant'Ana;
 - Representante da Cooperativa de Assentamento, Agricultura Familiar e Economia Solidaria da Bahia;
 - Representante da Associação Apis Mata Atlântica;
 - Representante do Conselho Regional Associativista de Buerarema e Adjacências;
 - Representante do Rotary Club de Buerarema;
 - Associação dos Assentados do PA Itararé.

5.3. Firmino Alves

5.3.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Firmino Alves está dividido nas seguintes secretarias: Administração; Finanças; Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Infraestrutura; Saúde; e Assistência Social.

5.3.1.1. Secretaria Municipal de Infraestrutura

Pertencem à Secretaria Municipal de Infraestrutura de Firmino Alves as atribuições outrora relacionadas à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do município, recentemente extinta.

É possível, neste contexto, definir os seguintes papéis da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Firmino Alves no que se refere à revitalização/conservação da BHRC (cf. Lei Municipal nº 435, de 26 de dezembro de 2016):

- Gestão ambiental nas práticas agrícolas;
- Saneamento básico urbano.

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Firmino Alves foi concluído em 2015 e entrou em vigor de acordo com a Lei Municipal n.º 426, de 06 de maio de 2015.

5.3.2. Órgãos consultivos

Com a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Firmino Alves (Lei Municipal n.º 426, de 06 de maio de 2015) foi criado o Sistema Municipal de Saneamento Básico que preconiza a existência de um Conselho Municipal de Meio Ambiente.

5.3.2.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente compete participar dos estudos e elaboração do planejamento do Saneamento Básico e *“promover o controle social que se dará através de mecanismos de tomada de decisão de forma participativa, mediante a participação neste órgão colegiado, em caráter consultivo, na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação”* (artigo 21 da Lei Municipal n.º 426, de 06 de maio de 2015).

5.4. Floresta Azul

5.4.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Firmino Alves está dividido nas seguintes secretarias: Administração e Finanças; Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Educação e Cultura; Obras/ Desenvolvimento Urbano; Esporte, Turismo e Lazer; Indústria, Comércio e Energia; Saúde e Saneamento; e Desenvolvimento Social (Lei Municipal nº. 474, de 12 de dezembro de 2016).

5.4.1.1. Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Floresta Azul atua em atividades ligadas à fiscalização ambiental e orientação ao produtor para aplicação de práticas rurais sustentáveis, seja no contexto da cultura do cacau, seja na manutenção dos pastos para gado de corte (cf. entrevista 016/2017, no Apêndice B).

Outro eixo de atuação da Secretaria assenta em pequenas ações de combate ao descarte excessivo de resíduos sólidos, sobretudo nas escolas municipais. Neste âmbito a Secretaria desenvolve o projeto “Consumir com Consciência” em parceria com empresas privadas, onde busca conscientizar alunos sobre os problemas ambientais causados pelo excesso de geração de resíduos – especificamente o uso de copos descartáveis no consumo diário de água – incentivando-os assim a substituir o uso de copos descartáveis por copos individuais, não descartáveis (cf. entrevista 016/2017, no Apêndice B).

Para 2017, a secretaria tem os seguintes programas (cf. Lei Municipal nº. 474, de 12 de dezembro de 2016):

- Apoio às iniciativas de cooperativas e associações;
- Acompanhamento técnico aos produtores rurais.

A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Floresta Azul é órgão gestor Sistema Municipal do Meio Ambiente do Município, tendo como órgão consultivo o Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente.

5.4.1.2. Secretaria de Saúde e Saneamento

Para além de ser responsável pela política de saúde de Floresta Azul, a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento tem a seu cargo o desenvolvimento do saneamento básico no município.

É de salientar que o Plano Municipal de Saneamento Básico está a ser desenvolvido por uma equipa técnica contratado para tal, com o apoio do consórcio AMURC/ CDS-LS/ UESC (CDS-LS, 2016). Desta forma, a secretaria não possui programas relacionados com o saneamento básico para 2017 (cf. Lei Municipal n.º. 474, de 12 de dezembro de 2016). O Conselho Municipal das Cidades é o órgão consultivo da Secretaria de Saúde e Saneamento no que se refere ao tema saneamento básico.

5.4.2. Órgãos consultivos

O Município de Floresta Azul possui diversos Conselhos Municipais. São destacados o Conselho Municipal das Cidades e o Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente, tendo em conta a sua relação com a conservação/ revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximos pontos).

5.4.2.1. Conselho Municipal das Cidades

Criado pela Lei Municipal n.º. 456, de 19 de novembro de 2014, o Conselho Municipal das Cidades de Floresta Azul tem por finalidades “*debater, formular e deliberar diretrizes para a política Municipal de desenvolvimento urbano, bem como monitorar e avaliar a sua execução e a de programas, exercendo a integração e o controle social das políticas específicas de habitação, gestão fundiária, saneamento básico, planejamento e gestão territorial e de mobilidade urbana que a compõem*” (artigo 2).

Este conselho é composto pelos seguintes elementos (Decreto Municipal n.º 067, de 27 de novembro de 2014):

- Segmento: poder público:
 - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social (2);

- Representantes da Câmara de Vereadores de Floresta Azul (2);
- Representantes da Secretaria Municipal de Saúde (2);
- Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Desporto, Lazer e Juventude (2);
- Segmento: sociedade civil organizada:
 - Representantes das Entidades Religiosas (2);
 - Representantes da Associação dos Pequenos Produtores e Moradores do Distrito de Santa Terezinha (2);
 - Representantes da Associação dos Agricultores e Piscicultores de Floresta Azul (2);
 - Representantes da Associação dos Agricultores Familiares do Ribeirão do Limoeiro e Vizinhança (2);
 - Representantes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Limoeiro e Adjacências (2);
 - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floresta Azul (2).

5.4.2.2. Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente

Tal como referido pela Lei Municipal n.º 427, de 26 de outubro de 2011, o Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente, órgão colegiado, normativo e deliberativo tem os seguintes deveres: formular a política Municipal do Meio Ambiente; apreciar projetos públicos ou privados que impliquem impactos significativos ambientais; acompanhar a implantação do plano diretor.

O Conselho Municipal em Defesa Do Meio Ambiente é assim composto (artigo 8 da Lei n.º 427, de 26 de outubro de 2011):

- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;
- Representante da Associação dos Moradores e Pequenos Produtores de Santa Terezinha;

- Representante das Igrejas;
- Representante da Associação dos Pescadores;
- Representante de Entidade Comercial e Industrial.

5.5. Ibicarai

5.5.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Ibicarai está dividido nas seguintes secretarias: Administração, Planejamento e Finanças; Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Saúde; Assistência Social; Infraestrutura, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano (cf. Lei Municipal nº. 474, de 12 de dezembro de 2016).

Ibicarai possui também Serviços Autônomos de Água e Esgoto, a entidade responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto no município.

5.5.1.1. Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

A Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente de Ibicarai tem sob sua alçada os seguintes programas para 2017 (cf. Lei Municipal nº. 474, de 12 de dezembro de 2016):

- Gestão Ambiental:
 - Construção de um Aterro Sanitário;
 - Programa de Proteção Ambiental;
- Recursos Hídricos:
 - Projeto de Recuperação e Conservação das Matas Ciliares
- Agricultura:
 - Gestão dos Serviços de Agricultura e Meio Ambiente;
 - Manutenção da Casa do Agricultor;
 - Manutenção do Matadouro Municipal;
 - Desenvolvimento da Agricultura Familiar;
 - Implementação de Entrepasto Frigorífico;
 - Construção e implantação de centro de comercialização de animais;
 - Promoção da produção animal.

Para além destes programas, a secretaria tem ainda como responsabilidades a promoção industrial e comercial.

A secretaria tem como missão promover o desenvolvimento rural sustentável no município e, para isso, atua como parceira direta do produtor rural, implementando ações para o fomento e fortalecimento de atividades que geram renda e trabalho no campo.

A secretaria coordena o Grupo de Trabalho Local para ao apoio na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Este está a ser desenvolvido por uma equipa técnica contratada para tal, com o apoio do consórcio AMURC/ CDS-LS/ UESC (CDS-LS, 2016).

Por fim, a secretaria é o órgão executor da Política Municipal de Meio Ambiente, parte do Sistema Municipal de Meio Ambiente. O Conselho Municipal de Meio Ambiente é o órgão consultor deste sistema (Lei Municipal n.º 978, de 14 de dezembro de 2015).

5.5.1.2. Secretaria de Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano

A Secretaria de Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano é a órgão do executivo de Ibicaraí responsável pelo tema de Saneamento, para além de outros (infraestrutura urbana, energia, habitação e transportes) (cf. Lei Municipal n.º. 474, de 12 de dezembro de 2016).

No campo do saneamento básico urbano, a secretaria tem os seguintes programas para 2017 (cf. Lei Municipal n.º. 474, de 12 de dezembro de 2016):

- Implantação de esgotamento sanitário e pluvial;
- Estação de tratamento de esgoto na sede do município;
- Implementação de esgotamento sanitário e pluvial no distrito de Salomea, Cajueira e Vila Santa Isabel;
- Construção e recuperação de pontes nas estradas vicinais na sede.

5.5.1.3. Serviço Autônomo de Água e Esgoto

O SAAE de Ibicaraí é uma Autarquia Municipal com sede na Rua Monteiro Lobato, Centro, Ibicaraí. É a entidade responsável pelo abastecimento de água, tratamento de esgoto e preservação do patrimônio hídrico de todo o município de Ibicaraí, contando com 24 funcionários e 15 prestadores de serviços (SAAE Ibicaraí, 2016).

O SAAE de Ibicaraí tem os seguintes programas para 2017 (cf. Lei Municipal n°. 474, de 12 de dezembro de 2016):

- Reforma e reaparelhamento do sistema de água;
- Construção de unidade de captação de elevação, tratamento e reserva água em diversos distritos do município;
- Serviços de proteção ambiental.

5.5.2. Órgãos consultivos

O município de Ibicaraí possui diversos Conselhos Municipais. São destacados o Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta a sua relação com a conservação/ revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximos pontos).

5.5.2.1. Conselho Municipal do Meio Ambiente

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Buerarema é o órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo do Sistema Municipal do Meio Ambiente. De acordo com a Lei Municipal n.º 978, de 14 de dezembro de 2015, o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ibicaraí é composto pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;
 - Representante da Câmara Municipal;
 - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - Representante do SAAE;

- Representante da CEPLAC;
- Segmento: sociedade civil organizada:
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - Três representantes de entidades civis não governamentais e com tradição na defesa do Meio Ambiente;
 - Representante do Sindicato Rural;
 - Representante das Cooperativas do município;
 - Representante da Pastoral da Criança;
 - Representante da AMEIBI;
 - Representante do MLT.

5.5.2.2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Ibicarai tem como função promover o *“desenvolvimento sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação de representações dos diversos segmentos sociais e movimentos”* (artigo 2 da Lei Municipal n.º 920, de 18 de outubro de 2013).

De acordo com o Decreto Municipal n.º 163, de 02 de dezembro de 2013, compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável os seguintes elementos:

- Segmento: poder público e para-governamental:
 - Representante da Prefeitura;
 - Representante da Câmara de Vereadores;
 - Representante da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola;
 - Representante da CEPLAC;
- Segmento: sociedade civil organizada:
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - Representante das Igrejas Primitivas e Batista;
 - Representante da Cooperativa de Economia Solidária da Bacia do Rio Salgado e Adjacentes;
 - Representante das Associações Rurais – Comunitária da Vila Santa Isabel e Amigos do Ribeirão das Iscas e Adjacências;
 - Representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Ibicarai.

5.6. Ilhéus

5.6.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Ilhéus está dividido nas seguintes secretarias: Relações Institucionais; Administração; Fazenda; Comunicação Social; Educação; Saúde; Planejamento, Tecnologia e Orçamento; Serviços Urbanos; Indústria e Comércio; Turismo; Agricultura e Pesca; Meio Ambiente e Urbanismo; Desenvolvimento Social; Cultura; e Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Trânsito (cf. Lei Municipal n.º 3.855, de 29 de dezembro de 2016). Para além destes órgãos, Ilhéus possui ainda a Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata.

5.6.1.1. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo

De acordo com o Anexo V da Lei Municipal n.º 3.855, de 29 de dezembro de 2016, a “*Secretaria municipal do Meio Ambiente e Urbanismo têm como finalidade e objetivo, imprimir atenção especial ao bom desenvolvimento na área ambiental, visando à proteção e a conservação do meio-ambiente, em todas as áreas existentes no Município de Ilhéus*”.

De acordo com o Orçamento Municipal para 2017 (Lei Municipal n.º 3.855, de 29 de dezembro de 2016), a Secretaria tem previsto os seguintes programas:

- Revisão do plano diretor de Ilhéus e da legislação urbanística;
- Elaboração do plano municipal de saneamento básico e plano municipal de resíduos;
- Elaboração do plano municipal de mobilidade urbana;
- Gestão dos serviços e educação ambiental;
- Gestão de unidades de conservação.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Ilhéus, no âmbito das relações com a conservação e revitalização ambiental da BHRC, atua conforme as seguintes atribuições (cf. entrevista 001/2016, no Apêndice B):

- Condicionar, em processos de licenciamento ambiental, a necessidade de Programas de Recuperação de Áreas Degradadas para atividades

com potencial poluidor como a lavra de substâncias minerais e a supressão de vegetação;

- Fiscalizar o atendimento aos Programas de Recuperação de Áreas Degradadas vinculados ao licenciamento ambiental ou de compensações ambientais provenientes de Termos de Ajuste de Conduta e infrações ambientais;
- Atendimento a denúncias referentes à supressão de vegetação sem a devida autorização ambiental.

5.6.1.2. Secretaria de Agricultura e Pesca

De acordo com o Anexo V da Lei Municipal n.º 3.855, de 29 de dezembro de 2016, a *“Secretaria municipal de Agricultura Pesca tem como finalidade e objetivo de promover, coordenar, dirigir e supervisionar a execução das políticas do desenvolvimento da agricultura, da pesca e do interior do Município”*. De acordo com o Orçamento Municipal para 2017 (Lei Municipal n.º 3.855, de 29 de dezembro de 2016), a Secretaria tem previsto os seguintes programas:

- Implantação da central de distribuição de alimentos;
- Manutenção de gestão de apoio e fortalecimento agricultura familiar;
- Promoção e diversificação de culturas;
- Apoio às associações e cooperativas da agricultura familiar;
- Fortalecimento da apicultura, piscicultura e agricultura.

5.6.1.3. Secretaria de Serviços Urbanos

De acordo com o Anexo V da Lei Municipal n.º 3.855, de 29 de dezembro de 2016, à Secretaria Serviços Urbanos *“competem à limpeza de vias e logradouros públicos e dos sistemas de arborização, iluminação pública, os serviços de fiscalização de posturas, bem como o planejamento, a coordenação e a supervisão das políticas municipais de desenvolvimento, expansão e otimização técnica dos serviços e atividades atinentes ao transporte urbano”*. Desta forma, cabe à Secretaria de Serviços Urbanos operacionalizar as obras de saneamento previstas para 2017 pelo executivo do município.

5.6.1.4. Universidade Livre do Mar e da Mata

De acordo com o Anexo V da Lei Municipal n.º 3.855, de 29 de dezembro de 2016, a Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata *“tem por finalidade o estudo, pesquisa e difusão de conhecimento na área dos recursos ambientais, em especial os bens de excepcional valor histórico, geográfico e paisagístico do litoral e da mata atlântica do Município de Ilhéus. Por linha de afinidade, a Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata, e a Secretaria do Meio Ambiente e Interior vinculam-se entre si para troca de dados, informações e conhecimentos recíprocos, no plano da elaboração de projetos e fiscalização ambiental com vistas à proteção do meio ambiente de forma eficaz”*.

Vários projetos integram a estrutura da instituição. Um deles, o Oceanário Virtual, considerado o segundo da Bahia, possui exposições de imagens do fundo do mar, em uma ambiência formada por luzes e climatização adequada para possibilitar ao visitante a sensação de estar no oceano.

Também aberto ao público, o Museu do Mar e da Capitania possui um rico acervo biológico dividido em duas partes: a marinha, com um grande número de animais marinhos (peixes, aves, répteis e diversos outros) e a parte da capitania, que conta a história de Ilhéus a partir de antiguidades.

Na área socioambiental, a Maramata desenvolve o projeto Meninos Guerreiros, trabalhando com crianças em situação de vulnerabilidade social. O objetivo desta ação é sensibilizar os menores sobre a necessidade de cuidar e preservar o meio ambiente, através de ações esportivas, educacionais e culturais.

Por fim, para estimular a integração social e a sustentabilidade ambiental, a unidade realiza o Projeto Retalhos Criativos. Este projeto está voltado para o reaproveitamento de objetos domésticos e demais utensílios, tendo por objetivo coordenar e desenvolver atividades artesanais. Isto é conseguido através do reaproveitamento de materiais confeccionados manualmente com valores ecologicamente corretos e que podem se tornar mais uma fonte de renda para os participantes (cf. Apêndice A e entrevista 003/2016, no Apêndice B).

5.6.2. Órgãos consultivos

O Município de Ilhéus possui diversos Conselhos Municipais. São destacados o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e o Conselho Consultivo da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal da Boa Esperança, tendo em conta a sua relação com a conservação/ revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximos pontos).

5.6.2.1. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

É o órgão consultivo do Sistema Municipal do Meio Ambiente de Ilhéus. De acordo com o artigo 9 da Lei Municipal n.º 3.510, de 13 de dezembro de 2010, tem como finalidade *“formular e propor ao Executivo Municipal as diretrizes, normas e regulamentação da Política Municipal de Meio Ambiente, bem como atuar nos processos de licenciamento e de sanção às condutas lesivas ao meio ambiente”*.

De acordo com o Decreto Municipal n.º 5/2015, compõem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente os seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo;
 - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - Representante da Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata;
 - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento Tecnologia e Orçamento;
 - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - Representante da Secretaria Municipal do Turismo;
 - Representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- Segmento: sociedade civil organizada:
 - Representante da Associação Comercial de Ilhéus;
 - Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia;
 - Representante do Distrito Industrial de Ilhéus;
 - Representante da Associação dos Produtores de Cacau;
 - Representante da Federação das Associações de Moradores de Ilhéus;
 - Representante da Fundação Pau Brasil;

- Representante do Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia;
- Representante do Instituto Floresta Viva;
- Representante do Instituto Histórico e Geográfico de Ilhéus;
- Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Ilhéus;
- Representante do Sindicato Rural de Ilhéus;
- Representante da Associação Ação Ilhéus;
- Representante da Amparo Melhor ONG;
- Representante do Instituto Cabruca.

5.6.2.2. Conselho Consultivo da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal da Boa Esperança

O Conselho Consultivo da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal da Boa Esperança é o órgão consultor do Executivo Municipal de Ilhéus para a administração da referida unidade de conservação. De acordo com o Decreto Municipal n.º 053/2016, o conselho é assim constituído:

- Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- Representante da CEPLAC;
- Representante da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo;
- Representante da Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata;
- Representante da Fundação Pau Brasil;
- Representante do Instituto Cabruca;
- Representante da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial;
- Representante dos Moradores de Banco da Vitória, por indicação da comunidade.

5.7. Itabuna

5.7.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Itabuna está dividido nas seguintes secretarias: Planejamento e Tecnologia; Administração; Fazenda; Agricultura e Meio Ambiente; Indústria, Comércio e Turismo; Desenvolvimento Urbano; Transportes e Trânsito; Esporte e Recreação; Comunicação; Assistência Social; Educação; e Saúde. (cf. Lei Municipal n.º 2.376, de 02 de janeiro de 2017). Para além destes órgãos, Itabuna possui ainda a Fundação Itabunense de Cultura e Cidadania, a Fundação Marimbeta e a Fundação de Assistência à Saúde de Itabuna.

5.7.1.1. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Itabuna se constitui na entidade pública que atua na vertente socioambiental deste município. Das várias atividades ligadas à conservação e revitalização da BHRC, destacam-se a elaboração de projetos, a fiscalização ambiental e o suporte ao aparato logístico para subsidiar estes projetos e ações.

É de se destacar também o programa de aquisição de alimentos (PAA), que apoia pequenos produtores rurais através da doação de alimentos. Em alguns casos, o PAA atende escolas e creches do município, contribuindo para a merenda escolar tanto no meio rural como no meio urbano (cf. entrevista 021/2016, no Apêndice B).

De acordo com o Orçamento Municipal para 2017 (Lei Municipal n.º 2.376, de 02 de janeiro de 2017), a Secretaria tem previsto os seguintes programas:

- Fortalecimento e democratização de controle (apoio ao Conselho Municipal de Meio Ambiente);
- Desenvolvimento ambiental sustentável;
- Manutenção e expansão da agricultura sócio produtiva;
- Promoção e incentivo à atividade agropecuária;
- Implantação, gestão e manutenção de central de abastecimento;
- Regularização fundiária.

5.7.1.2. Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Itabuna a implantação, modernização e manutenção das redes de saneamento do município, programa de cerca de R\$ 25 milhões para 2017 (cf. Lei Municipal n.º 2.376, de 02 de janeiro de 2017).

5.7.1.3. Empresa Municipal de Águas e Saneamento

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários são providos, em Itabuna, pela Empresa Municipal de Águas e Saneamento (EMASA). Em 2016, porém, a gestão de água e saneamento no município foi transferida para a Empresa Baiana de Águas e Saneamento

Um dos resultados deste acordo é o investimento da EMBASA no sistema de abastecimento e distribuição de água de Itabuna. É de notar que devido à seca do ano de 2016, a distribuição de água em Itabuna tem funcionado com várias limitações (Bahia, 2016b).

5.7.2. Órgãos consultivos

O Município de Itabuna possui diversos Conselhos Municipais. São destacados o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, tendo em conta a sua relação com a conservação/ revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximos pontos).

5.7.2.1. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

De acordo com o seu Regimento Interno (Resolução Nº 001/2011), o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itabuna, criado nos termos da Lei Municipal n.º 1.508, de 18 de dezembro de 1990, é o órgão municipal deliberativo e formulador da Política Municipal de Meio Ambiente, na área de preservação, conservação e recuperação ambiental.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itabuna tem a seguinte composição:

- Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Representante do Departamento de Licenciamento e Fiscalização Ambiental;
- Representante do Departamento de Meio Ambiente e Gestão dos Recursos Hídricos;
- Representante da Secretaria da Educação do Município de Itabuna;
- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- Representante da Secretaria de Assistência Social;
- Representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- Representante da Associação Comercial de Itabuna;
- Representante da Faculdade de Tecnologia e Ciências;
- Representante da Associação dos Professores de Itabuna;
- Representante da União Metropolitana de Educação e Cultura;
- Representante do Instituto de Atendimento a Família e ao Adolescente
- Representante da Associação Agência de Comunicação Amanhã de Reintegração Infanto-juvenil:
- Representante da Associação Brasileira de Proteção aos Recursos Ambientais.

5.7.2.2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Itabuna foi criado pela Lei Municipal n.º 2.100, de 05 de setembro de 2008. Este conselho é órgão municipal normativo, consultivo, deliberativo, formulador e fiscalizador da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, na área de discussão, definição e implantação de políticas públicas de desenvolvimento urbano sustentável.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Itabuna tem a seguinte composição, de acordo com o seu Regimento Interno:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria Municipal de Governo;
 - Representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- Representante da Secretaria Municipal da Educação;
- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Representante da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito;
- Representante da Empresa Municipal de Águas e Saneamento;
- Representante da Diretoria Regional de Educação e Cultura;
- Representante da 6ª Coordenadoria Regional de Polícia do Interior;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itabuna;
 - Representante do Conselho Municipal de Educação de Itabuna.
 - Representante da Associação Comercial e Empresarial de Itabuna;
 - Representante da Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos;
 - Representante da Fundação dos Deficientes do Sul da Bahia;
 - Representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
 - Representante do Grupo de Ação Comunitária de Itabuna;
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e da Madeira do Município de Itabuna;
 - Representante da Diocese de Itabuna.

Uma das tarefas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Itabuna é a discussão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município. A elaboração deste plano terminou em 2016 (ASSEMAE, 2016) e a sua aprovação e posterior publicação em Lei Municipal será realizada em 2017.

5.8. Itaju do Colônia

5.8.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Itaju do Colônia está dividido nas seguintes secretarias: Administração, Infraestruturas e Transporte; Finanças; Educação, Cultura e Esporte; Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente; Saúde; Desenvolvimento e Bem-estar Social.

5.8.1.1. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente

A entidade pública de âmbito municipal presente em Itaju do Colônia que se enquadra nas áreas afins à conservação e revitalização da BHRC é a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente do município.

Ainda no âmbito das competências da secretaria, esta é o “*órgão de administração direta com a finalidade de planejar, licenciar, fiscalizar, executar e coordenar a execução por outros órgãos da política municipal do meio ambiente*” (Lei Municipal n.º 550, de 02 de fevereiro de 2014). Desta forma, a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de Itaju do Colônia é o órgão executor da Política Municipal do Meio Ambiente. Tem como órgão consultor o Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente (neste âmbito).

No que se refere ao Saneamento Básico, a secretaria para além de participar na equipa de coordenação da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (cf. Decreto Municipal n.º 26B/2015, de 18 maio de 2015), foi instituída como administradora conjunta (com a Secretaria de Administração) do Fundo Municipal de Saneamento Básico (cf. artigo 44 da Lei Municipal n.º 576, de 14 de dezembro de 2016).

De acordo com o Orçamento Municipal para 2017 (Lei Municipal n.º 575, de 30 de novembro 2016), a Secretaria tem previsto o seguinte programa: proteção ambiental.

A Secretaria atua no apoio a processos de entrada em licenciamentos ambientais, visando a correta intervenção e atendimento a condicionantes, bem como na promoção da educação ambiental nas escolas abrangidas pelo município e no

incentivo à recuperação de áreas de proteção permanente e reservas legais das propriedades rurais, como forma de minimizar os impactos da atividade agropecuária extensiva na região (cf. entrevista 020/2016, no Apêndice B).

5.8.2. Órgãos consultivos

O Município de Itaju do Colônia possui diversos Conselhos Municipais. São destacados o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e o Conselho Municipal de Saneamento Básico, tendo em conta a sua relação com a conservação/ revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximos pontos).

5.8.2.1. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

De acordo com a Lei Municipal n.º 550, de 02 de fevereiro de 2014, *“o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente é o órgão consultivo, deliberativo e normativo em questões referentes a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural e construído em todo território municipal de Itaju do Colônia”* (artigo 8). Desta forma, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itaju do Colônia é o órgão consultivo do Sistema Municipal de Meio Ambiente.

5.8.2.2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Criado pela Lei Municipal n.º 546, de 8 de outubro de 2013, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Itaju do Colônia é o *“órgão gestor do desenvolvimento sustentável do Município de Itaju do Colônia, que terá função consultiva ou deliberativa, segundo o contexto de cada política pública ou programa de desenvolvimento sustentável em implementação”* (artigo 1).

De acordo com o artigo 3 do ato legislativo que cria o conselho (Lei Municipal n.º 546, de 8 de outubro de 2013), *“em virtude da predominância de características rurais do Município e da representatividade da Agricultura Familiar, será garantido ampla participação de membros representantes dos agricultores familiares, trabalhadores,*

assalariados rurais, agroextrativistas, assentados de reforma agrária e outras populações e comunidades tradicionais do campo”.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Itaju do Colônia tem a seguinte composição, de acordo com o Decreto n.º 27B/2016, de 09 de maio de 2016:

- Segmento: poder público:
 - Representante do Poder Executivo (Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente);
 - Representante do Poder Legislativo;
 - Representante da CEPLAC;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante da Associação dos Agricultores Familiares de Itaju do Colônia;
 - Representante da Associação Comunitária dos Moradores do Rio Água Preta;
 - Representantes da Associação dos Moradores do Parque dos Rios;
 - Representante da Associação Beneficente do Parque dos Rios;
 - Representante da Associação Indígena Hã Hã Hãe da Aldeia Bahetá;
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaju do Colônia.

5.8.2.3. Conselho Municipal de Saneamento Básico

Criado com a aprovação da Política Municipal de Saneamento Básico (Lei Municipal n.º 576, de 14 de dezembro de 2016), o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Itaju do Colônia “terá como atribuição auxiliar o Poder Executivo na formulação da Política Municipal de Saneamento Básico” (artigo 19).

Para além de ser o órgão consultor no âmbito da Política Municipal de Saneamento Básico, este conselho tem de ser ouvido previamente à aplicação de receitas do Fundo Municipal de Saneamento Básico, administrado pela Secretaria de Administração em conjunto com a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de Itaju do Colônia (artigo 44 da Lei Municipal n.º 576, de 14 de dezembro de 2016).

5.9. Itapé

5.9.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Itapé está dividido nas seguintes secretarias: Administração; Finanças; Compras e Tributação; Educação e Cultura; Saúde; Assistência Social.

5.9.1.1. Secretaria Municipal de Administração

No município de Itapé, a Diretoria de Meio Ambiente, pertencente à Secretaria Municipal de Administração, é o órgão que absorve e gerencia as questões ambientais municipais, dada a inexistência de uma secretaria específica (cf. Lei Municipal n.º 541, de 29 de dezembro de 2016).

Esta diretoria centra suas ações no apoio à fiscalização ambiental, na promoção da educação ambiental nas escolas municipais e no apoio aos proprietários de terras para a regularização fundiária, cadastro no CEFIR e na recuperação de nascentes e de matas ciliares.

5.9.2. Órgãos consultivos

O Município de Itapé possui diversos Conselhos Municipais. É destacado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, tendo em conta a sua relação com a conservação/ revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximo ponto).

5.9.2.1. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente foi instituído pela Lei Municipal n.º 256, de 28 de outubro de 1997. De acordo com a Lei Municipal n.º 539, de 26 de dezembro de 2016, que institui o Sistema Municipal de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itapé é “o *órgão superior, de caráter consultivo, deliberativo, normativo e recursal com representação do Poder Público e*

da sociedade civil, com vistas à preservação, conservação, defesa e recuperação do meio ambiente” (artigo 7).

De acordo com o Decreto Municipal n.º 927, de 01 de março de 2016, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itapé é constituído pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Diretoria de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Administração (que possui a presidência do concelho);
 - Representante da Diretoria de Agricultura da Secretaria Municipal de Administração;
 - Representante do Poder Legislativo Municipal;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante da Associação de Moradores das Batatas;
 - Representante do Sindicato dos Profissionais do Magistério de Itapé;
 - Representantes da Associação Comercial;
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais,
 - Representante do Sindicato Patronal Rural.

5.10. Itapetinga

5.10.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Itapetinga está dividido nas seguintes secretarias: Administração, Finanças; Saúde; Esporte e Lazer; Desenvolvimento Social; Planejamento; Educação e Cultura; Desenvolvimento Econômico e Agricultura; Meio Ambiente; Infraestrutura; e Transporte (Itapetinga, 2017).

Itapetinga possui também Serviços Autônomos de Água e Esgoto, a entidade responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto no município.

5.10.1.1. Secretaria de Meio Ambiente

Em Itapetinga, a Secretaria de Meio Ambiente do município é a responsável, entre outras atribuições, pela fiscalização ambiental e aplicação de multas sobre infrações ambientais, pela difusão de práticas rurais sustentáveis e pela produção de mudas em viveiro municipal para doação a proprietários rurais visando reflorestamento de APPs e, conseqüentemente, melhorando a qualidade hidroambiental regional (cf. entrevista 019/2016, no Apêndice B).

Em complemento, a Secretaria promove, através de convênios com Universidades, palestras e seminários em escolas municipais sobre a importância da preservação do meio ambiente.

5.10.1.2. Serviços Autônomos de Água e Esgoto

O SAAE de Itapetinga está inscrito no CNPJ sob o nº 14.464.143/0001-69 e a sede fica situada na Rua Macarani, nº 164, Centro, Itapetinga, Bahia.

O sistema de abastecimento de água encontra-se totalmente automatizado, sendo a única empresa no Nordeste Brasileiro a automatizar a captação, tratamento e distribuição de água. A captação da água bruta é feita no Rio Catolé sendo depois tratada na ETA, sendo possível produzir mensalmente até 615.000 m³ de água filtrada e desinfetada, chegando a 68 mil habitantes em todo o município. O sistema de

esgotamento sanitário é misto e com uma extensão da malha não atualizada próxima de 71 km. Atualmente, o tratamento atinge 10% do esgoto produzido na cidade de Itapetinga (SAAE Itapetinga, 2016).

É de destacar que o Plano Municipal de Saneamento Básico de Itapetinga começou a ser realizado em 2016 e deverá ter a sua conclusão no próximo ano (2018) (Itapetinga, 2017).

5.10.2. Órgãos consultivos

O Município de Itapetinga possui diversos Conselhos Municipais. É destacado o Conselho Municipal de Meio Ambiente, tendo em conta a sua relação com a conservação/ revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximo ponto).

5.10.2.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente

A Lei Orgânica do Município de Itapetinga (1990) criou o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itapetinga (artigo 128). Este conselho é *“responsável pela formulação da política de ação municipal no setor”*.

Tal como nos restantes municípios, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itapetinga é o órgão consultor do Sistema Municipal de Meio Ambiente que tem como órgão executor, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

5.11. Itororó

5.11.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Itororó está dividido nas seguintes secretarias: Planejamento, Gestão e Finanças; Educação; Saúde; Desenvolvimento Social; Urbanismo e Infraestrutura; Relações Institucionais, Comunidades e Esporte; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Econômicos; Cultura, Turismo e Meio Ambiente. Para além destas secretarias, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto é o órgão responsável pelo abastecimento de água e o acesso a esgotamento sanitário no município.

5.11.1.1. Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente

A Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente de Itororó atua, no âmbito ambiental, tomando como base as seguintes ações (cf. entrevista 018/2016, no Apêndice B):

- Conscientização da população pela melhoria da qualidade ambiental e hídrica, através da disseminação de práticas sustentáveis;
- Fiscalização ambiental;
- Produção de mudas de essências nativas para doação a proprietários rurais e escolas;
- Educação ambiental, através da demonstração de técnicas de reflorestamento em áreas de proteção permanente em campo para alunos de escolas municipais.

Em parceria com Secretaria de Meio Ambiente do Estado e consultoras privadas, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Itororó também apoia o cadastramento de imóveis rurais no município (CEFIR), através de aparato técnico e logístico, bem como no estabelecimento de diálogo entre instituições e população (especificamente proprietários de terras rurais) (cf. entrevista 018/2016, no Apêndice B).

Para 2017 e de acordo com a Lei Municipal n.º 907, de 15 de dezembro de 2016, a secretaria tem os seguintes programas na área da gestão ambiental: preservação de nascentes e matas; implantação do programa de proteção ambiental.

5.11.1.2. Serviço Autônomo de Água e Esgoto

O abastecimento de água e o acesso a esgotamento sanitário no Município de Itororó são realizados pelo SAAE de Itororó, uma Autarquia Municipal. Para 2017 e de acordo com a Lei Municipal 907, de 15 de dezembro de 2016, o SAAE de Itororó tem os seguintes programas na área do saneamento básico urbano: ampliação e reforma do sistema de água; construção de unidade de captação, elevação, tratamento e reserva de água; e operação e manutenção do sistema.

É de salientar que a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Itororó se iniciou em 2013 (cf. Decreto Municipal n.º 144/2013, de 02 de setembro de 2013) e foi concluído em 2015 (Brasil, 2017).

5.11.2. Órgãos consultivos

O Município de Itororó possui diversos Conselhos Municipais. São destacados o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, tendo em conta a sua relação com a conservação/ revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximos pontos).

5.11.2.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente

Criado pela Lei Municipal n.º 589, de 06 de junho de 2000, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itororó tem como objetivo assessorar a Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente do Município, assegurando a participação pública na definição da Política Municipal de Meio Ambiente. De acordo com a Lei Municipal n.º 872, de 16 de setembro de 2013, o Conselho Municipal de Meio Ambiente é constituído pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente (que preside ao conselho);
 - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- Representante do Ministério Público;
- Representante da CEPLAC;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante do Sindicato Rural Patronal;
 - Representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itororó;
 - Representante da Associação Mista Familiar dos Agricultores e Pecuáristas de Itororó;
 - Representante da Ordem de Advogados do Brasil;
 - Representante de Entidade Religiosa de Itororó;
 - Representante de ONG de proteção ao ambiente.

5.11.2.2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Itororó é órgão consultivo do município no que se refere a políticas de desenvolvimento agrícola ou rural. De acordo com o Decreto n.º 049/2016, de 30 de junho de 2016, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é constituído pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente;
 - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - Representante da Câmara Municipal de Vereadores;
 - Representante do Poder Judiciário;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante da Associação Mista Familiar dos Agricultores e Pecuáristas de Itororó;
 - Representante do Centro Bandeirante de Recreação;
 - Representante da Paróquia Santo Antônio;
 - Representante da Loja Maçônica Força e União de Itororó;

- Representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itororó;
- Representante da Associação Comunitária da Altamira;
- Representante da Associação Comunitária da Cabeceira do Rio do Meio;
- Representante da Associação Quilombola da Rua de Palha;
- Representante de Associação de Desenvolvimento de Itororó;
- Representante de Igreja Assembleia de Deus;
- Representante do Centro Territorial de Educação Profissional.

5.12. Jussari

5.12.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Jussari está dividido nas seguintes secretarias: Finanças; Governo; Desenvolvimento Social; Saúde; Educação; Agricultura e Desenvolvimento Econômico; Infraestrutura; e Viação, Obras e Transporte (cf. Lei Municipal n.º 384, de 14 de dezembro de 2016). Além destas secretarias, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto é o órgão responsável pelo abastecimento de água e o acesso a esgotamento sanitário no município.

5.12.1.1. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Município de Jussari tem como principais atividades levadas a cabo a fiscalização ambiental e orientação aos produtores rurais na busca de meios de produção mais sustentáveis, sobretudo no contexto da cacauicultura, predominante no município. A secretaria ainda promove incentivos à regularização fundiária das propriedades rurais através do CEFIR, além de conscientizar os proprietários sobre a importância da manutenção da vegetação em áreas de nascente e margens dos corpos hídricos.

Para 2017 e de acordo com a Lei Municipal n.º 384, de 14 de dezembro de 2016, a secretaria tem no âmbito ambiental apenas o programa de preservação, conservação e recuperação do meio ambiente.

5.12.1.2. Serviço Autônomo de Água e Esgoto

O sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Município de Jussari são da responsabilidade do SAAE, uma Autarquia Municipal. Além de manter e explorar os serviços de fornecimento de água potável e de esgotos sanitários, compete também ao SAAE exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de água e esgotos e proteger os cursos de água do município contra a poluição.

Para 2017 e de acordo com a Lei Municipal n.º 384, de 14 de dezembro de 2016, o SAAE de Jussari tem previsto, para além da manutenção da rede de abastecimento de água e da rede de saneamento básico, a ampliação do sistema de água do município.

5.12.2. Órgãos consultivos

O Município de Jussari possui diversos Conselhos Municipais (cf. Lei Municipal n.º 319, de 30 de janeiro de 2013). São destacados o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta a sua relação com a conservação/ revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximos pontos).

5.12.2.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jussari tem como objetivo assessorar a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico do município, assegurando a participação pública na definição da Política Municipal de Meio Ambiente. De acordo com o Decreto Municipal n.º 174/2013, de 22 de março de 2013, o Conselho Municipal de Meio Ambiente é constituído pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante de Educação;
 - Representante da Secretaria de Saúde;
 - Representante da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico;
 - Representante do Gabinete do Prefeito;
 - Representante da Câmara de Vereadores;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante do Sindicato dos Funcionários Públicos;
 - Representante das Associações de Bairros;
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores;
 - Representante da Associação de Trabalhadores;
 - Representante da Associação dos Produtores.

5.12.2.2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Jussari é “o *órgão colegiado gestor do desenvolvimento sustentável do Município de Jussari*”, que tem como função “*a formulação, consulta ou deliberação, segundo o contexto de cada política pública ou programa de desenvolvimento em implementação*” (artigo 1 da Lei Municipal n.º 334, de 09 de outubro de 2013).

Integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Jussari os seguintes elementos (artigo 5 da Lei Municipal n.º 334, de 09 de outubro de 2013):

- Segmento: poder público:
 - Representante da Prefeitura Municipal;
 - Representante da Câmara de Vereadores;
 - Representante da Empresa Baiana de Desenvolvimento;
 - Representante da CEPLAC;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - Representante da Associação Viva Vida;
 - Representante da Associação dos Comerciantes;
 - Representante da Associação dos Pequenos Produtores Frei Vantuir de Jussari.

5.13. Santa Cruz da Vitória

5.13.1. Órgãos executivos

O executivo municipal de Santa Cruz da Vitória está dividido nas seguintes secretarias: Administração; Educação, Cultura e Esporte; Saúde; Assistência Social; Agricultura e Meio Ambiente; Viação, Obras e Transportes; Finanças (cf. Lei Municipal nº 573, de 30 de janeiro de 2015).

5.13.1.1. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

A Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente tem como finalidade “*formular e executar as políticas de desenvolvimento e apoio à agropecuária, ao sistema de abastecimento do município e meio ambiente*” (artigo 21 da Lei Municipal nº 573, de 30 de janeiro de 2015).

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Cruz da Vitória atua no município através da orientação aos produtores rurais no sentido de conformar parcerias no desenvolvimento de projetos socioambientais e na sensibilização da população para as causas ambientais, quer através da promoção da educação ambiental nos colégios e associações, quer através da disseminação de práticas rurais sustentáveis.

A Secretaria atualmente busca apoio de associações comunitárias e outras instituições públicas e privadas para reativação de um viveiro de mudas inicialmente implantando em 1997, com o objetivo de recuperar as áreas de proteção permanente do município (cf. entrevista 017/2016, no Apêndice B).

Para 2017 e de acordo com a Lei Municipal nº 598, de 16 de dezembro de 2016, a secretaria tem previsto dois programas na área ambiental: apoio e implementação de projetos ambientais; fomento a projetos de gerenciamento e disposição de resíduos.

5.13.2. Órgãos consultivos

O Município de Santa Cruz da Vitória possui diversos Conselhos Municipais (cf. Lei Municipal n.º 573, de 30 de janeiro de 2015). São destacados o Conselho Municipal da Cidade, o Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta a sua relação com a conservação/revitalização da bacia do rio Cachoeira (cf. próximos pontos).

5.13.2.1. Conselho Municipal da Cidade

Criado pela Lei Municipal n.º 590, de 02 de junho de 2016, o Conselho Municipal da Cidade de Santa Cruz da Vitória *“tem por objetivo acompanhar, estudar, analisar, propor e aprovar as diretrizes para o desenvolvimento urbano, visando à promoção, compatibilização e a integração do planejamento e das ações de gestão do solo urbano, habitação, saúde, educação, saneamento ambiental, mobilidade e acessibilidade”* (artigo 3).

De acordo com o Decreto n.º 035/2016, de 14 de outubro de 2016, o conselho é constituído pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria Municipal de Administração;
 - Representante da Secretaria de Viação, Obras e Transportes;
 - Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
 - Representante da Câmara Municipal;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante da Associação do Bairro Vila Nova;
 - Representante do Sindicato Patronal Rural;
 - Representante da Associação das Artesãs de Santa Cruz da Vitória;
 - Representante da Associação do Meio Rural;
 - Representante do Bairro Santo Antônio;
 - Representante da Associação dos Pequenos Produtores de Santa Cruz da Vitória;
 - Representante dos Agentes Comunitários de Santa Cruz da Vitória;

5.13.2.2. Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Santa Cruz da Vitória tem como objetivo assessorar a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município, assegurando a participação pública na definição da Política Municipal de Meio Ambiente. De acordo com o Decreto Municipal n.º 017/2016, de 28 de abril de 2016, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente é constituído pelos seguintes elementos:

- Segmento: poder público:
 - Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
 - Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;
 - Representante da Secretaria de Saúde;
 - Representante da Secretaria de Administração;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante das Entidades Religiosas Igreja Evangélica Assembleia de Deus;
 - Representante das Entidades Religiosas Igreja Católica;
 - Representante da Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio;
 - Representante da Associação de Moradores do Bairro Ubaldino Brandão.

5.13.2.3. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Santa Cruz da Vitória é “o *órgão colegiado gestor do desenvolvimento sustentável do Município*” que tem como função “a *formulação, consulta ou deliberação, segundo o contexto de cada política pública ou programa de desenvolvimento em implementação*” (artigo 1 da Lei Municipal n.º 545, de 04 de junho de 2013).

Integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Santa Cruz da Vitória os seguintes elementos (artigo 1 do Decreto Municipal n.º 029/2016, de 25 de julho de 2016):

- Segmento: poder público:
 - Representante da Prefeitura Municipal;

- Representante da Câmara de Vereadores;
- Representante da Empresa Baiana de Desenvolvimento;
- Segmento: sociedade civil:
 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - Representante da Associação dos Apicultores de Santa Cruz da Vitória;
 - Representante dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Cruz da Vitória;
 - Representante da Associação do Bairro Vila Nova;
 - Representante da Associação Combuquense;
 - Representante da Associação dos Artesãos e Costureiras de Santa Cruz da Vitória.

5.14. Associações ou consórcios municipais

5.14.1. Associação dos Municípios da Região Cacaueira

A Associação dos Municípios da Região Cacaueira (AMURC) atua nos municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano, contemplando um total de 42 municípios associados.

A entidade trabalha para defender os interesses dos municípios associados e de solucionar demandas municipais com um enfoque nos setores de agricultura e turismo, mas também realizando ações voltadas para as áreas de educação, infraestrutura e assistência social. Para isso, a associação realiza eventos institucionais, com a participação dos servidores públicos municipais, além da execução e proposição de projetos e parcerias visando a união dos municípios para determinadas causas (cf. entrevista 007/2016, no Apêndice B).

No âmbito da vertente de revitalização ambiental, a AMURC atua como instituição articuladora, buscando desenvolver parcerias com universidades para fomentar discussões sobre a degradação dos recursos hídricos e de como evitá-las.

Ainda mais, a AMURC auxilia os municípios na captação de recursos para **implantação de sistemas de saneamento básico** e atualmente possui cadeira como membro do Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste.

Neste contexto, a AMURC foi responsável pela criação do Comitê Produtores de Água do Sul da Bahia que promove programas e projetos estruturantes voltados à produção de água no sul da Bahia, incentivando os produtores rurais a adotarem boas práticas de proteção e conservação da água e do solo.

5.14.2. Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul

O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul (CDS-LS) atua em todo o Litoral Sul da Bahia, contemplando um total de 26 municípios, onde nove destes estão inseridos na BHRC em análise. A atuação do consórcio foca no desempenho do papel político de discussão sobre desenvolvimento sustentável e também na elaboração de

planos de **trabalho para execução de Planos de Saneamento** dos municípios contemplados na sua área de atuação (cf. entrevista 009/2016, no Apêndice B).

É de destacar, igualmente, o convênio entre o CDS-LS e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente para a **Gestão Ambiental Partilhada**, um programa do executivo do Estado da Bahia para a partilha de informações ambientais entre municípios e o Estado (CDS-LS; 2016).

5.14.3. Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica

O Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA) foi criado em 2013 pela Lei Federal nº 11.107. O consórcio abrange onze municípios do Território Litoral Sul da Bahia, sendo eles: Arataca, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Itaju do Colônia, Jussari, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória e Una.

Tendo em conta que a economia destes municípios se baseia na agricultura, com uma presença muito significativa do cacau, o desenvolvimento desta cultura é uma das missões do CIMA.

No Plano Plurianual do CIMA foram integrados os seguintes programas: gestão ambiental integrada; controle dos resíduos sólidos integrados; segurança pública integrada; sistema integrado de matadouro frigorífico modular; ampliação do programa nacional de habitação; turismo integrado e sustentável; cadeia produtiva do cacau orgânico e sistemas agroflorestais; e gestão de políticas integradas (CIMA, 2016).

6. LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE ATORES – SOCIEDADE CIVIL

As instituições da sociedade civil que de algum modo relacionam-se com a conservação/revitalização da bacia foram levantadas e caracterizadas segundo seus eixos de atuação na esfera socioambiental, abrangência territorial no que toca à BHRC e principais papéis e atividades levadas a cabo.

Esta tarefa foi realizada através de uma revisão bibliográfica de projetos e atividades socioambientais nos municípios integrantes da bacia, mas também através de entrevistas a atores chaves na área de conservação e recuperação ambiental da região (*cf.* Apêndice B).

Em seguida, apresenta-se a caracterização destas instituições de acordo com o tipo de atuação (associações indígenas, cooperativas e associações de agricultores, sindicatos de produtores rurais e de trabalhadores rurais, colônias de pescadores, ONGs da área ambiental, entidades empresariais com atuação socioambiental e por fim, proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural).

6.1. Associações Indígenas

A definição de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas encontra-se no parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal: são aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". No artigo 20 está estabelecido que essas terras sejam bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Coincidem com a área da bacia hidrográfica do rio Cachoeira duas áreas indígenas, cujos detalhes se apresentam no Quadro 4. No total, estima-se que a população indígena fosse um pouco superior a dois mil, em 2010 e no interior da BHRC.

A Terra Indígena de Caramuru/ Paraguaçu é a que ocupa a maior área na BHRC, contudo, a sua população no município de Itaju do Colônia (interior da BHRC) era de apenas 270 pessoas em 2010 (a maioria da população indígena residia em Pau Brasil).

Quadro 4 – Terra Indígena na BHRC

Nome	Municípios	Etnia	Área		População (2010)	
			Total	BHRC	Total	BHRC
Caramuru/ Paraguassu	Camacan; Itaju do Colônia; Pau Brasil	Pataxo Hã- Hã-Hãe	54 105	25 809	2 968	270
Tupinambá de Olivença	Buerarema; Ilhéus; Una	Tupinambá	47 376	9 218	4 400	1 900

Fonte: FUNAI (2017a) com cálculos próprios.

A Terra Indígena de Tupinambá de Olivença, apesar de ocupar menor área na BHRC, representava uma população de quase duas mil pessoas no interior da bacia, em 2010. A maioria destas reside no município de Ilhéus.

Terra Indígena Caramuru/ Paraguassu

Apesar de ocupar uma área extensa de Itaju do Colônia, a maioria das comunidades da Terra Indígena Caramuru/ Paraguassu reside no município de Pau Brasil. É neste município que a maioria das associações de defesa dos interesses das comunidades indígenas reside. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável para Populações Indígenas (Banco Mundial *et al.*, 2013), apenas duas comunidades indígenas residem em Itaju do Colônia (comunidade Bahetá e comunidade Alegrias).

Desta forma, das várias associações que defendem os interesses das comunidades indígenas Caramuru/ Paraguassu, a Associação Indígena da Aldeia Bahetá destaca-se por se situar no interior da BHRC (FUNAI, 2017b).

Esta associação com o apoio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional tem desenvolvido vários projetos de promoção da economia rural da aldeia Bahetá (Banco Mundial *et al.*, 2013).

Em Itaju do Colônia está sediada ainda a Associação dos Produtores Rurais Indígenas da Tribo Pataxó Hã Hã Hãe. Esta procura desenvolver a agricultura dos seus associados, tendo participado, inclusive, do Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CONAB, 2017).

Terra Indígena Tupinambá de Olivença

A **Associação Indígena Tupinambá de Olivença** ou **Ação Tupinambá** foi fundada em 2003 com o objetivo de defender os interesses dos produtores rurais e suas famílias nas áreas da educação, saúde, agropecuária e comércio. A associação procurar atingir os seus objetivos através da dinamização de várias ações e na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ação Tupinambá, 2017).

De acordo com a Ação Tupinambá, esta dispõe de uma equipe de técnicos capacitados para atender toda região do Litoral Sul. Esta possui assim vários projetos em comunidades indígenas da região. Estes projetos são executados com o apoio de instituições governamentais como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (Ação Tupinambá, 2017).

Existem também várias outras associações indígenas de Tupinambá de Olivença como a Associação Indígena Tupinambá do Acuipe de Cima, a Associação Indígena Tupinambá Socioambiental da Aldeia Tamandare e a Associação Indígena Tupinambá do Rio do Mamão. Contudo, estas associações representam comunidades indígenas que estão situadas fora da BHRC.

Existe ainda a Associação Beneficente de Cultura Sustentável e Promotora da Pesca e do Artesanato dos Índios Tupinambá de Olivença (APAITO). Para além da promoção da produção artesanal das comunidades indígenas, esta associação tem promovido Seminários Internacionais sobre a cultura indígena em Ilhéus (APAITO *et al.*, 2017).

Por fim, é de destacar a **Associação dos Índios Tupinambás da Serra do Padeiro**. Esta associação tem como objetivo defender os interesses da comunidade indígena da Serra do Padeiro, em Buerarema. Para além de diversas ações realizadas para a defesa do território indígena, esta associação tem dinamizado diversos seminários realizados na sua aldeia, nomeadamente o “Encontro Luta pela terra e educação na Terra Indígena Tupinambá de Olivença: Troca de saberes entre pesquisadores, professores e comunidade”, em 2016.

6.2. Cooperativas de Agricultura Familiar

No território da BHRC existem diversas cooperativas de agricultura familiar. No Quadro 5 são apresentadas as cooperativas agrícolas existentes de acordo com o seu município sede e ano de constituição. Nos próximos pontos são descritas algumas destas cooperativas, nomeadamente as suas atividades principais e convênios no quadro institucional do Estado.

Quadro 5 – Cooperativas Agrícolas na BHRC

Município sede	Nome da cooperativa	Ano de constituição
Buerarema	COOMPRUS – Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sul da Bahia	2008
	COOPCRASBA – Cooperativa dos Produtores Rurais de Buerarema e Adjacências	2009
	COOAFESBA – Cooperativa de Assentamento, Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia	2011
Ibicaraí	COOAGRI – Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares do Sul da Bahia	2003
	COOPFESBA – Cooperativa de Agricultura Familiar e Econômica Solidária da Bacia do Rio Salgado e Adjacências	2011
Ilhéus	COOPRAFABHER – Cooperativa Mista de Produção Agropecuária dos Assentados do Projeto Fábio Henrique	1997
	COOPASB – Cooperativa dos Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia	1999
	CABRUCÁ – Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia	2001
	COOFASULBA – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia	2004
Itabuna	COFABA – Cooperativa dos Fazendeiros de Cacau da Bahia	1970
	COOGRAP – Cooperativa Grapiúna de Agropecuaristas	1969
	COPRASBA – Cooperativa Regional dos Assentados do Sul da Bahia	1997
	COOPERCENTROSUL – Cooperativa dos Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana do Centro da Região Cacaueira	1999
	COOPAFS – Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Economia Solidária	2010

Fonte: Bahia (2012).

Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sul da Bahia

Em 2008, a COOMPRUS reunia mais de 30 associações rurais e com cerca de 1 200 agricultores familiares associados residentes nos municípios de Ilhéus, Buerarema, São José da Vitória e Una. Nesse mesmo ano, com o apoio de várias entidades (a CEPLAC, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, entre outros), a cooperativa beneficiou da construção da primeira unidade produtiva de farinha mecanizada no município. A produção de farinha de mandioca era, assim, uma das prioridades da cooperativa (SEAGRI, 2008).

Cooperativa de Agricultura Familiar e Econômica Solidária da Bacia do Rio Salgado e Adjacências

A COOPFESBA constitui-se em 2011, em Ibicaraí. Em 2012, inaugurou uma unidade agroindustrial de produção no Assentamento Santana, com o apoio da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (SEAGRI, 2012).

A unidade industrial foi criada principalmente para a produção de produtos de cacau. Em 2015, esta já produzia cerca de 500 quilos de chocolates. Nesse ano, a expansão da unidade industrial foi detalhada: novos investimentos triplicariam a produção e beneficiariam mais 50 famílias de agricultores cooperados (SECOM, 2015).

A cooperativa possui a marca “Bahia Cacau” e tem estado ativa na promoção desta no Brasil e em mercados internacionais. No final de 2016, a unidade industrial no Assentamento Santana beneficiava *“cerca de 300 famílias de produtores de cacau vinculados à agricultura familiar nos municípios de Ibicaraí, Coaraci, Buerarema, Itajuípe, Uruçuca e Floresta Azul”* (SDR, 2016c).

A cooperativa participa ainda da iniciativa “Catálogo de Produtos da Agricultura Familiar” da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia. Esta iniciativa visa a promoção de produtos agrícolas e agroindustriais provenientes da agricultura familiar. A COOPFESBA participa com diversos produtos derivados do cacau (bombons, barras de chocolate, entre outros) (SEAGRI, 2017).

Cooperativa Cabruca

A Cooperativa Cabruca, também conhecida como Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia, atua em sete municípios da Região Cacaueira no Litoral Sul da Bahia. Destes, dois municípios encontram-se na área de abrangência da BHRC: Ilhéus e Barro Preto (Cabruca, 2016).

A instituição atua como incentivadora da produção agrícola através do sistema agroflorestal denominado Cabruca, onde o cultivo coexiste com a conservação da vegetação nativa, utilizando-a de forma equilibrada e sustentável (*cf.* entrevista 004/2016, no Apêndice B).

A cooperativa tem 31 cooperados e integra 36 propriedades, possuindo uma área produtiva de mais de mil hectares. Quase 100 famílias integravam a cooperativa (Cabruca, 2016).

Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia

A COOFASULBA foi fundada em fevereiro de 2004 e tem sede em Ilhéus. A cooperativa nasceu do esforço coletivo de várias associações de agricultores familiares do município. Em 2013, a cooperativa contava com a participação de cerca de quatro centenas de agricultores familiares e mais de três dezenas de entidades sociais (CEPLAC, 2013).

Para além da sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos, a cooperativa participa ainda da iniciativa “Catálogo de Produtos da Agricultura Familiar” da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia (SEAGRI, 2017).

A COOFASULBA criou um plano de marketing no final de 2013 com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e, nos últimos anos, tem vindo a expandir a sua produção através de convênios com empresas de distribuição (SEBRAE, 2013).

Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Criada em 2010 para desenvolver a agricultura familiar da região de Itabuna, a COOPAFS participa no Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social, através de uma parceria com a Prefeitura de Itabuna (Itabuna, 2014).

Para além deste programa, a cooperativa participa ainda da iniciativa “Catálogo de Produtos da Agricultura Familiar” da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia (SEAGRI, 2017).

A cooperativa tem procurado, nos últimos anos, o crescimento vertical da produção dos seus cooperados, através de parcerias com entidades públicas (CEPLAC, SEAGRI, entre outros) e da aposta na produção diferenciada.

6.3. Associações de Agricultura Familiar

Para além das várias cooperativas agrícolas de agricultura familiar, existem na BHRC diversas associações de agricultores, como é possível verificar no Quadro 6.

Várias destas associações têm como um dos propósitos essenciais gerir contratos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos com os municípios e outras entidades públicas envolvidas. Desta forma, estas associações são importantes para a gestão do contato entre os seus agricultores familiares associados e entidades públicas municipais, estaduais e mesmo federais. Isso mesmo é possível verificar na Associação dos Agricultores em Regime e Economia Familiar da Pedra Lascada de Barro Preto (*cf.* entrevista 011/2016, no Apêndice B).

Estas associações de agricultores são, assim, de importância crítica não só para a gestão de programas de aquisição de alimentos, mas também para ações de formação, de distribuição de sementes, de partilha de informação, entre outras. O seu papel para a defesa dos interesses dos seus agricultores familiares associados não pode, desta forma, ser descurado.

Quadro 6 – Associações de Agricultores na BHRC

Município sede	Nome da Associação
Barro Preto	Associação dos Agricultores em Regime e Economia Familiar da Pedra Lascada
	Associação dos Agricultores de Barro Preto
Buerarema	Associação dos Pequenos Produtores do Ribeirão do Ronca
Floresta Azul	Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Limoeiro e Adjacências
	Associação dos Produtores Rurais de Ponto Novo e Região
Ibicaí	Associação Rural Jacarandá
Ilhéus	Associação de Agricultores Familiares do Território Litoral Sul da Bahia
	Associação de Desenvolvimento dos Agricultores e Agricultoras Familiares e Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Região Cachoeira Redonda e Adjacência
	Associação dos Produtores Rurais de Ilhéus e Região
	Associação de Produtores Agrícolas União e Trabalho
	Associação de Desenvolvimento dos Produtores e Trabalhadores Rurais De Olivença
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Maruim
	Associação Agrícola do Projeto de Assentamento Frei Vantuy
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Zona Sul e Norte de Ilhéus e Região

Município sede	Nome da Associação
	Associação dos Produtores Rurais do Sul e Extremo Sul da Bahia
	Associação dos Pequenos Produtores e Posseiros da Roça do Povo
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Cachoeira
Itaju do Colônia	Associação dos Produtores Rurais Indígenas da Tribo Pataxó Hã Hã Hãe
Iitororó	Associação Mista Familiar dos Agricultores e Pecuáristas
Jussari	Associação de Desenvolvimento Sustentável de Agricultores Familiares de Jussari
	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Comunitário do Trabalhador Rural

Fonte: CONAB, 2017).

6.4. Sindicatos Rurais

Os sindicatos rurais congregam os interesses dos produtores rurais da sua área de atuação. O objetivo destes é “*representar, organizar e fortalecer o produtor rural, defender seus direitos e interesses, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor agropecuário*” (FAEB, 2017).

O Sistema Sindical Rural está organizado em três níveis:

- Sindicatos Rurais Municipais;
- Federações de Agricultura e Pecuária Estaduais;
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Desta forma, os sindicatos rurais municipais fazem parte de uma estrutura nacional em forma de pirâmide, organizada a nível Municipal, Estadual e Nacional. A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia congrega a maioria dos Sindicatos Rurais Municipais da BHRC (cf. Quadro 7). Apenas o município de Floresta Azul na BHRC não possuiu qualquer sindicato rural (é servido pelo Sindicato Rural de Ibicaraí).

Quadro 7 – Sindicatos Rurais na BHRC

Município	Nome do Sindicato
Barro Preto	Sindicato Rural de Barro Preto
Buerarema	Sindicato Rural de Buerarema
Firmino Alves	Sindicato Rural de Firmino Alves
Ibicaraí	Sindicato Rural de Ibicaraí – atua igualmente em Floresta Azul*
Ilhéus	Sindicato Rural de Ilhéus
Itabuna	Sindicato Rural de Itabuna*
Itaju do Colônia	Sindicato Rural de Itaju do Colônia
Itapé	Sindicato Rural de Itapé*
Itapetinga	Sindicato Rural de Itapetinga
Itororó	Sindicato Rural de Itororó
Jussari	Sindicato Rural de Jussari*
Santa Cruz da Vitória	Sindicato Rural de Santa Cruz da Vitória*

Nota: * - Não inscrito na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia.

Fonte: FAEB (2017).

Por forma a obter mais algum detalhe sobre o papel dos sindicatos rurais na BHRC, principalmente no que se refere aos temas de conservação e recuperação ambiental,

foram realizadas algumas entrevistas institucionais: Sindicato Rural de Barro Preto; Sindicato Rural de Ibicaraí; e Sindicato Rural de Itabuna. Uma descrição das principais atividades dos sindicatos referidos pode ser verificada nos próximos pontos.

Sindicato Rural de Barro Preto

O Sindicato Rural de Barro Preto incentiva a prática de uma agricultura mais sustentável, através da utilização da conservação produtiva.

No âmbito da conservação e revitalização da BHRC, o Sindicato é integrante do Projeto Barro Preto, em parceria com a Prefeitura de Barro Preto, a CEPLAC e o Centro Mars de Ciência de Cacau, com o objetivo de patrocinar a plantação de cacau no sistema Cabruca (cf. entrevista 033/2017, no Apêndice B).

Sindicato Rural de Ibicaraí

O Sindicato Rural de Ibicaraí possui características gerais comuns ao Sindicato Rural de Barro Preto (cf. ponto anterior).

Em Ibicaraí, o Sindicato Rural atua na esfera da conservação e revitalização ambiental através de educação ambiental, nomeadamente com ações de formação aos proprietários sobre a importância da preservação da vegetação nas margens dos rios e da recuperação das nascentes.

Ainda mais, o Sindicato Rural de Ibicaraí instrui os agricultores sobre os meios de conservação da vegetação existente em suas propriedades (cf. entrevista 035/2017, no Apêndice B).

Sindicato Rural de Itabuna

O Sindicato Rural de Itabuna atua exclusivamente com os produtores rurais do município, representando os interesses da categoria do ponto de vista econômico e social. Recentemente, o Meio Ambiente foi inserido no estatuto do sindicato como

prerrogativa fundamental de suas ações, conformando importante papel da entidade na busca pelo desenvolvimento sustentável (*cf.* entrevista 012/2016, no Apêndice B). Recentemente, o sindicato ofereceu à região cacauzeira uma proposta de reconstrução da cacauicultura com bases sustentáveis e a reestruturação da base agrária tendo por base o conceito e o método de produção sustentável.

6.5. Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

Em termos gerais, os sindicatos dos trabalhadores rurais têm o papel de representar e defender os direitos dos trabalhadores rurais, como fomentar a defesa dos direitos trabalhistas, o combate do trabalho infantil, a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar (Fuquim, 2008).

Tal como a organização dos sindicatos rurais (dos produtores rurais), os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios baianos fazem parte de uma estrutura de três níveis que inclui ainda a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG-BA), a nível Estadual, e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a nível Federal.

Todos os municípios da BHRC têm um sindicato dos trabalhadores rurais (o sindicato dos trabalhadores rurais de Ibicaraí e Floresta Azul é o mesmo) (Eguias, 2017).

6.6. Colônias de pescadores

A organização da proteção social dos trabalhadores do setor da pesca artesanal segue, igualmente, uma estrutura piramidal com a existência de colônias de pescadores locais, Federações Estaduais e da Confederação Nacional dos Pescadores.

De acordo com o artigo 1º da Lei n.º 11.699, de 13 de junho de 2008, “as *Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores* ficam reconhecidas como *órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias*”.

Desta forma, as colônias de pescadores ficam estabelecidas como órgãos de defesas dos pescadores artesanais locais, funcionando como sindicatos em defesa dos interesses dos trabalhadores a si associados. Em termos gerais, a função das colônias de pescadores é defender os interesses dos pescadores e estabelecer relações entre os associados e o poder público e setor empresarial. Atuam, também, no sentido de orientar e apoiar juridicamente os pescadores na garantia dos seus direitos previdenciários e trabalhistas (Gomes, 2007).

Na Bahia, a Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia (FEPESBA) congrega as várias colônias de pescadores do Estado. Na BHRC existem duas colônias de pescadores associadas à FEPESBA: a Colônia dos Pescadores Z-19 de Pontal; e a Colônia dos Pescadores Z-34 de Ilhéus (FEPESBA, 2017).

A Colônia de pescadores Z-19, localizada em Ilhéus, tem sua data de fundação registrada no ano de 1921 e está localizada no bairro do Pontal. No contexto da revitalização da BHRC, a Colônia de pescadores Z-19 possui ações de educação ambiental para seus associados através de reuniões e conversas, cujos objetivos são explicitar a importância da conservação ambiental e da não realização da pesca em época de defeso (cf. entrevista 036/2017, no Apêndice B).

6.7. Organizações Não Governamentais da área do ambiente

6.7.1. Ilhéus

6.7.1.1. Instituto Cabruca

O Instituto Cabruca, com sede em Ilhéus, tem como objetivo difundir e valorizar o sistema de produção cabruca e ainda o conciliar com o combate à pobreza e a conservação da biodiversidade (Instituto Cabruca, 2016).

O Instituto é bastante ativo em Ilhéus, tendo vários programas de promoção do sistema cabruca e da sustentabilidade de produção do cacau, através de iniciativas como (*cf.* entrevista 031/2016, no Apêndice B):

- Manejo agroecológico de cacauzeiros em áreas de cabruca – projeto que apoiou 14 comunidades baianas, entre assentamentos rurais, índios e quilombolas (de 2010 a 2012) (Costa *et al.*, 2013);
- Escola de Chocolate da Floresta – projeto iniciado em 2015 que oferece cursos de 32 a 80 horas sobre o chocolate e a sua história;
- Concurso maiores árvores da região sul da Bahia;
- Pós-Graduação em Gestão de Negócios em Cacau e Chocolate em parceria com a Faculdade de Ilhéus.

6.7.1.2. Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

Sediado no município de Ilhéus, o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) foi criado em 1994, com a missão de promover a conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (IESB *et al.*, 2004)

Dos projetos apoiados pelo Instituto, destacam-se as pesquisas com espécies ameaçadas, programas de sensibilização e educação ambiental em escolas e associações rurais, fomento à criação e legalização de áreas protegidas, políticas públicas e implementação de alternativas econômicas com vistas ao fortalecimento comunitário.

Atualmente, o IESB passa por uma fase de reestruturação e organização documental, pelo que não atua plenamente como no passado.

6.7.1.3. Instituto Floresta Viva

Criado em 2000, o Instituto Floresta Viva tem sede em Ilhéus e possui como missão aliar a conservação da natureza ao desenvolvimento humano (Floresta Viva, 2016). Para atingir essa missão o instituto busca realizar programas e projetos que promovem e integram áreas protegidas, ecoturismo, sistemas agroflorestais de baixo impacto, formação educacional e cultural, bem-estar familiar e o cuidado ambiental local e regional.

Um dos mais significativos projetos do Instituto Floresta Viva resulta duma parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, o Viveiro Comunitário Floresta Viva. Este tinha o objetivo inicial de atender à demanda de mudas de espécies florestais nos projetos de restauração no Parque Estadual Serra do Conduru, que está inserido nos municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca.

Atualmente, o viveiro agrega várias espécies ameaçadas na Mata Atlântica e abriga um programa de pesquisa com a equipe de Ecologia e Fisiologia Vegetal da Universidade Estadual de Santa Cruz (Floresta Viva, 2016).

6.7.1.4. Instituto Nossa Ilhéus

O Instituto Nossa Ilhéus atua em todo o Território Litoral Sul, com ações a partir de Ilhéus. A atuação da instituição contempla o incentivo ao fortalecimento da democracia, através do apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de cunho socioambiental, promovendo dentro dessas políticas o exercício da cidadania e participação pública em ações do governo (cf. entrevista 002/2016, no Apêndice B).

A instituição também atua através do monitoramento das políticas, desde a aprovação pelos órgãos públicos, principalmente as prefeituras municipais, até a sua execução. O resultado deste monitoramento é transmitido para a população através do portal *online* da instituição (Instituto Nossa Ilhéus, 2016a).

O Instituto participou ativamente em diversos projetos de cunho socioambiental desenvolvidos na área de abrangência da BHRC, tais como:

- Programa Cidades Sustentáveis e de metas ambientais dos municípios;
- Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) de Ilhéus;
- Mobilização social e institucional para construção do Programa Produtores de Água (o qual atualmente encontra-se estagnado);
- Elaboração da Lei e formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, do qual a diretoria do Instituto Nossa Ilhéus é presidente;
- Participação no Conselho da Cidade;
- Participação no Conselho do Meio Ambiente de Ilhéus;
- Mediação na atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Solidário Sustentável;
- Participação no Conselho da Câmara de Turismo da Costa do Cacau;
- Elaboração da Lei de resíduos sólidos do município de Ilhéus.

6.7.2. Itabuna

6.7.2.1. Centro das Águas – Espaço Cidadão

O Centro das Águas, ou Associação dos Usuários da Água do Rio Cachoeira, atua em toda a extensão da bacia do rio Cachoeira. O projeto visa estabelecer mecanismos para sensibilizar a população que reside nos limites territoriais da bacia sobre os problemas do meio ambiente e dos recursos hídricos – e quais ações a população pode adotar para minimizá-los ou extingui-los (*cf.* entrevista 010/2016, no Apêndice B).

Nessa perspectiva, o Centro das Águas estabeleceu como metodologia de trabalho as seguintes atividades (Centro das Águas, 2016).

- Divulgação de informações hidroambientais atualizadas;
- Acompanhamento das ações através de relatórios, instrumentos de avaliação, reuniões e seminários;
- Desenvolvimento de atividades especiais, com ações práticas, que garantam a mobilização permanente dos diversos seguimentos;

- Desenvolvimento de mini oficinas para construção do conhecimento ambiental e da integração entre os participantes;
- Seminários Itinerantes e Participativos.

Dentro das ações já realizadas/propostas pelo Centro das Águas é possível distinguir:

- Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira (ou Programa de Humanização do Rio Cachoeira);
- Programa de Revitalização do Riacho Água Branca (afluente do rio Cachoeira em Itabuna);
- Projeto paisagístico do Rio Cachoeira – perímetro urbano de Itabuna;
- Criação do Fórum Permanente das Águas;
- Criação da Conferência das Águas da Bahia;
- Propostas de implantação de viveiros de mudas ao longo do rio Cachoeira;
- Criação da Biblioteca das Águas – Salas Verdes.

É de destacar, assim, o rio Cachoeira como tema central das intervenções do Centro das Águas. O Fórum Permanente das Águas, por exemplo, teve a sua terceira edição em setembro de 2016 e tem debatido a gestão de recursos hídricos na bacia do rio Cachoeira (cf. Figura 14).

"As sociedades que reúnem as maiores possibilidades de evolução não são as mais competitivas, as "mais fortes". Mas aquelas que tem a maior capacidade de cooperação. O que se fizer ou deixar de se fazer para se preservar o ambiente refletirá a qualidade de percepção de uma comunidade e as escolhas que ela fez, assim como o seu grau de evolução ética, científica e espiritual".

"Antropoceno" (Editora Gaia - São Paulo) - Prof. Doctor PhD Genebaldo Freire Dias

3º FÓRUM DAS ÁGUAS

Juntos pela água

OBJETIVO

Envolver os segmentos organizados da sociedade no processo de uso e gestão das águas/recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável e revitalização do Rio Cachoeira.

PROGRAMAÇÃO
07 de setembro de 2016

08:00h	Credenciamento
08:30h	Abertura do Evento Vídeo Institucional Pronunciamento de Abertura - Presidente do Fórum Permanente das Águas
09:00h	Palestra Revitalização do Rio Água Branca Prof. Doctor Mauricio Mareau - UESC/ CENTRO DAS ÁGUAS
10:00h	Mesa Redonda - Produtor de Água • Uma estratégia de desenvolvimento conservacionista - Diretor Volney Fernandes - OCT • Nascentes do Almada - Jorge Veloso - Presidente do Instituto Água Boa, Programa Floresta Legal • Projeto Pau D'água - Prof. Doctor Dan Lobão - UESC CEPLAC • Comitê Produtor de Água - Diretor Executivo Luciano Veiga - AMURC
11:30h	Debates Induzidos
13:00h	Intervalo
14:00h	Proposta dos candidatos à prefeitura quanto a gestão sustentável da água no município de Itabuna
16:00h	Encerramento

Fonte: Instituto Nossa Ilhéus (2016b).

Figura 14 – Cartaz da terceira edição do Fórum Permanente das Águas

6.7.2.2. Centro de Desenvolvimento Agroambiental e Cidadania

O Centro de Desenvolvimento Agroambiental e Cidadania (CDAC) possui como âmbito de atuação a região cacaueira do sul da Bahia. A atuação da instituição é praticada através do apoio na construção de bases agroambientais sustentáveis e incentivos à aplicação de conceitos correlatos para os agricultores familiares na região, sobretudo relacionados à cultura cacaueira (cf. entrevista 014/2016, no Apêndice B).

Neste contexto, a instituição realiza ações de cunho socioambiental focadas nas questões educacionais e técnicas sobre conservação produtiva, disseminando tais conhecimentos.

O CDAC realizou projetos socioambientais que contribuíram diretamente para a revitalização da bacia do rio Cachoeira, como o apoio na recuperação do rio Santa Inês, afluente do rio Cachoeira em Itabuna.

6.7.2.3. Fundação Pau Brasil

A Fundação Pau Brasil (FUNPAB) é uma organização da sociedade civil que atua na Bahia, com foco no Litoral Sul. Dentro da esfera de conservação/revitalização ambiental, a fundação atua na promoção da defesa do meio ambiente, auxilia agricultores na elaboração e execução de Programas de Recuperação de Áreas Degradadas e executa pesquisas científicas para desenvolvimento de novas tecnologias que favoreçam de alguma forma o meio ambiente (cf. entrevista 015/2016, no Apêndice B).

Nesse âmbito, a fundação já realizou alguns projetos, como por exemplo: uma pesquisa em parceria com a CEPLAC e o Ministério da Agricultura, em busca de material resistente e tolerante à doença “vassoura-de-bruxa”; o Programa Pau Brasil, em parceria com diversas instituições internacionais e órgãos públicos nacionais, que possui como finalidade a promoção da conservação produtiva e uso sustentável da árvore pau-brasil.

6.7.2.4. OCA – Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica

A OCA - Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica, fundada em novembro de 2000, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que se propõe a trabalhar com a temática da Agroecologia e Educação Popular na região da Mata Atlântica.

Com sede em Itabuna, esta organização tem como objetivo propor um desenvolvimento mais integrado e inclusivo, que garanta a diversidade ambiental e cultural (OCA, 2016).

Esta organização é bastante ativa nos municípios de Itabuna e Ilhéus, participando de várias redes e eventos na área de ambiente e desenvolvimento sustentável. Esta organização é igualmente membro do Comitê de Bacias Hidrográfica do Leste, representando o segmento da sociedade civil.

6.7.3. Localizados fora da BHRC mas com atuação no seu interior

6.7.3.1. Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais

Sediada em Itajuípe, a Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais (ABARÁ) é uma *“organização não governamental, sem fins lucrativos que tem por missão planejar, promover e executar estudos e ações pertinentes ao desenvolvimento sustentável das comunidades que compõem a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e rio Almada (bacia do rio Almada) visando o desenvolvimento socioeconômico, a partir do fortalecimento do associativismo e organização social de base”* (ABARÁ, 2016).

Apesar de ter a sua sede fora da bacia, a ABARÁ tem atividade no interior da BHRC, principalmente em Barro Preto (cf. entrevista 025/2016, no Apêndice B). No âmbito da sua missão, a associação tem estabelecido relações com os Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar do Litoral Sul, a Associação de Municípios da Região Cacaueira e os Serviços Autônomos de Água e Esgoto de Barro Preto.

6.7.3.2. Instituto Arapyaú

O Instituto Arapyaú é uma associação sem fins lucrativos criada em 2008, que busca promover o desenvolvimento sustentável. Este instituto opera articulando e apoiando estratégica e financeiramente organizações e grupos voltados à economia verde e a um modelo econômico sustentável, ao aprimoramento das lideranças políticas e ao engajamento da sociedade (Instituto Arapyaú, 2016).

Apesar de não possuir sede nos municípios da bacia, a presente associação tem tido uma atividade extensa no seu seio, especificamente apoiando organizações em Ilhéus e participando em eventos no mesmo município e em Itabuna.

São exemplos de atividades realizadas pelo Instituto em 2015 (Instituto Arapyaú, 2016):

- Projeto de Economia Criativa – mapeamento de oportunidades e oferta de capacitações para pequenos empreendedores de segmentos como turismo rural, produção de chocolate, ecoturismo, artesanato e movelaria (Ilhéus e Itabuna);
- Rede de apoio à educação no sul da Bahia – tem como objetivo disseminar, incentivar e instalar o desenvolvimento e a adoção de melhores práticas de gestão nos sistemas públicos de educação. É uma parceria entre Instituto Natura, Instituto Arapyaú, a Universidade Estadual de Santa Cruz, a AMURC e prefeituras municipais.

6.8. Organizações do setor empresarial

Apesar de não pertencerem, no sentido estrito, à sociedade civil, algumas entidades empresariais e suas organizações dependentes têm uma atuação privilegiada na BHRC, suportando ONGs ou iniciativas socioambientais diversas.

Muitas vezes apoiando entidades públicas, desenvolvendo projetos na sua área de atuação, as entidades empresariais podem ter um papel socioambiental preponderante na BHRC. Por forma a obter mais algum detalhe sobre o papel destas entidades na BHRC, no que se refere aos temas de conservação e recuperação ambiental, foram realizadas duas entrevistas institucionais (Cargill e Mars).

6.8.1. Cargill

Atuando no Brasil desde 1965, a Cargill é uma das maiores indústrias de alimentos do país, contando com mais de 8 mil funcionários. Na BHRC, a Cargill está presente no município de Ilhéus, onde processa derivados de cacau utilizados como ingredientes na indústria alimentícia: licor, manteiga e pó de cacau (Cargill, 2016a).

Em termos de atuação na área socioambiental na BHRC, a Cargill, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, oferece formação e contato com novas tecnologias para produtores e trabalhadores rurais, melhorando sua produtividade e rentabilidade e, assim, fortalecendo a cadeia produtiva do cacau. O projeto é desenvolvido na área rural de Ilhéus, Coaraci, Ibirapitanga e Ubatã. Em 2015, beneficiou 80 produtores e trabalhadores rurais (Cargill, 2016b).

Em adição, dentro das suas obrigações legais e em conjunto com outras organizações do setor, a Cargill auxilia os municípios da região no desenvolvimento de planos de recuperação ambiental, elabora projetos socioambientais que possuem como público-alvo os pequenos agricultores da região e fomenta a adoção de certificações de boas práticas rurais para agricultores (*cf.* entrevista 034/2017, no Apêndice B).

6.8.2. Centro Mars de Ciência do Cacau

O Centro Mars de Ciência do Cacau, uma unidade da empresa multinacional Mars, foi criado em 1982 no município de Barro Preto. Voltado para a pesquisa do cultivo do cacau, o Centro combina o estudo do cacau ao ar livre com a pesquisa em laboratório (CMCC, 2016).

Para além do objetivo de pesquisa na área da cultura do cacau, o Centro tem apoiado os agricultores da região. Exemplo disso é o Projeto Barro Preto, iniciativa criada junto a instituições públicas atuantes no município, para fornecer a agricultores locais uma nova cultura de produção de cacau, que seja sustentável e ecológica.

Com o apoio da CEPLAC, esta iniciativa pretende realizar a transferência de tecnologia para manejo integrado do cacaueiro e implantação de culturas consorciadas em Sistemas Agroflorestais (CEPLAC, 2010c).

6.9. Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural

Uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma “*unidade de conservação de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade*” (artigo 1 do Decreto n.º 5.746, de 5 de abril de 2006).

Uma RPPN tem como objetivo a proteção dos recursos ambientais representativos da região e poderá ser utilizada para o desenvolvimento de atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer (Decreto n.º 1.922, de 5 de junho de 1996). Esta é criada pela vontade do proprietário rural que assume um compromisso com a conservação da natureza e o cumprimento da legislação específica (WWF, 2017).

Na BHRC existem seis RPPN (cf. Quadro 8). Existem, assim, seis proprietários privados de áreas de conservação na bacia. No total, existem na BHRC cerca de 350 hectares de área de proteção ambiental privada.

Quadro 8 – Reservas Particulares do Patrimônio Natural na BHRC

Nome	Proprietário	Município	Área (ha)
RPPN Estância Manacá	Enoc dos Reis Barbosa	Ibicaraí	95
RPPN Fazenda Arte Verde	Sérgio Ramos dos Santos	Ilhéus	10
RPPN Fazenda São João	Regina Helena Rodrigues dos Santos Pessoa	Ilhéus	25
RPPN Mãe da Mata	Ronaldo de Jesus Santana	Ilhéus	13
RPPN Reserva Natural da Serra do Teimoso	Agro-Pecuária Teimoso Ltda	Jussari	200
RPPN Mestre Bonina	Luci Ramos de Lima e outros	Ilhéus	7
Total			350

Fonte: (ICMBio, 2017).

7. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

7.1. Introdução

A partir da identificação e caracterização das entidades atuantes na bacia referidas nos capítulos 3 a 6, o presente capítulo vem analisar os papéis, potencialidades, limites e relevância destes, além de apontar articulações importantes para a governança dos recursos hídricos e do meio ambiente. Tal comunicação institucional assenta nas prerrogativas legais (base legal) que regem os atores públicos e da sociedade civil envolvidos, bem como nas entrevistas institucionais realizadas com estes atores.

Considerando que os órgãos gestores do meio ambiente e dos recursos hídricos, os comitês de bacia e as entidades da sociedade civil que atuam na área socioambiental representam o arranjo institucional básico para a revitalização de uma bacia hidrográfica, em torno da qual, se vinculam diversos atores estratégicos (instâncias de governo, instâncias não governamentais e atores sociais), a descrição da articulação institucional para a revitalização da BHRC é focada principalmente: a) nas relações interinstitucionais existentes entre estes atores; b) nos principais mecanismos integradores de governo; e c) nos papéis e objetivos das entidades da sociedade civil entrevistadas.

As esferas de competência dos principais atores da bacia são apresentadas nas seções seguintes (7.2 a 7.5) através de um mapeamento institucional. A Figura 15 representa, em termos gerais, o mapeamento institucional da gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos no estado da Bahia. A partir deste mapeamento institucional é possível contextualizar arranjos com base nos mecanismos integradores existentes, assim como classifica-los quanto à esfera de atuação e abrangência institucional.

Por fim, na seção 7.6 são apresentadas as potencialidades, limites e relevância das entidades ligadas à revitalização da BHRC, sistematizadas e sintetizadas em um quadro para melhor identificação do panorama regional.

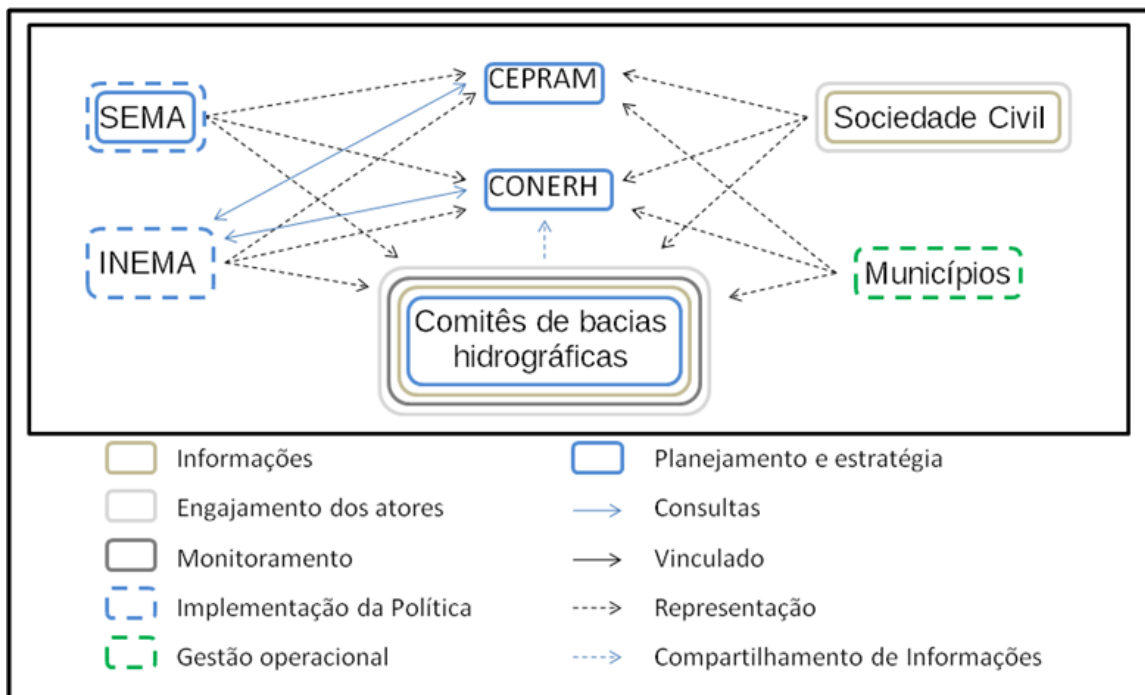


Figura 15 – Mapeamento institucional da gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos na Bahia

7.2. Arranjo das entidades públicas estaduais (atores-chave)

Para melhor visualização do arranjo institucional existente entre os principais atores-chave de âmbito estadual relacionados com a revitalização da BHRC, foram elencados os dois mecanismos de integração interinstitucional, abaixo demonstrados (o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual do Meio Ambiente).

7.2.1. Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Criado pela Lei n.º 11.612, de 08 de outubro de 2009, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREGH), cujo planejamento, coordenação e orientação se dão através da SEMA, tem como principais objetivos formular e implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos; coordenar a gestão integrada das águas e planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação da qualidade dos recursos hídricos. O Sistema integra as seguintes instituições:

- Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH;
- Secretaria Estadual do Meio Ambiente;
- Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Os Comitês de Bacia Hidrográfica;
- As Agências de Bacia Hidrográfica (no caso da sua existência);
- Os órgãos setoriais e/ou sistêmicos, cujas atividades ou competências guardem relação com a gestão ou uso dos recursos hídricos do Estado da Bahia;
- Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia.

Apresenta-se no Quadro 9 uma síntese dos elementos integrantes do SEGREGH no que diz respeito à BHRC. Neste contexto, a formulação de políticas se dá através de organismos colegiados (CONERH e CBH-Leste) e do órgão de administração direta (SEMA), enquanto a implementação dos instrumentos de política fica a cargo do INEMA, órgão gestor e executor dos instrumentos de política.

Quadro 9 – Instituições que integram o SEGREH (no que diz respeito à BHRC)

Âmbito	Formulação de Política		Implementação da Política	
	Organismos colegiados	Administração direta	Órgãos gestores	Entidades da bacia
Estadual	CONERH	SEMA	INEMA	-
	CBH-Leste			

7.2.2. Sistema Estadual do Meio Ambiente

Estabelecido pela Lei n.º 10.431, de 20 de dezembro de 2006, o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) tem o objetivo de promover, integrar e implementar a gestão, a conservação, a preservação e a defesa do meio ambiente no âmbito da política de desenvolvimento do Estado. O SISEMA integra as seguintes instituições:

- O Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM (criado pela Lei N.º 3.163, de 04 de outubro de 1973);
- A Secretaria do Meio Ambiente;
- O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Os órgãos locais do Poder Público Municipal responsáveis pela formulação e execução da Política Municipal de Meio Ambiente, bem como pelo controle e fiscalização das atividades capazes de provocar a degradação ambiental;
- Demais órgãos e entidades executoras da política estadual de meio ambiente, de proteção da biodiversidade e de recursos hídricos, que detêm o poder de polícia, no que concerne ao controle, disciplina e fiscalização das atividades modificadoras do meio ambiente, dentro das suas respectivas esferas de atuação.

No Quadro 10 é possível sintetizar os elementos integrantes do SISEMA no que se refere à BHRC. Neste quadro, bastante similar ao anterior, a formulação de políticas se dá através da CEPRAM, organismo colegiado, e do órgão de administração direta (SEMA), enquanto a implementação dos instrumentos de política fica também a cargo do INEMA, órgão gestor e executor.

Quadro 10 – Instituições que integram o CEPRAM (no que diz respeito à BHRC)

Âmbito	Formulação de Política		Implementação da Política	
	Organismos colegiados	Administração direta	Órgãos gestores	Entidades da bacia
Estadual	CEPRAM	SEMA	INEMA	-

7.3. Arranjo das entidades públicas estaduais (outros atores)

Para além do arranjo existente entre os atores-chave no que diz respeito à revitalização e conservação da bacia do rio Cachoeira, é possível identificar conexões entre outros atores relevantes neste contexto.

Com o objetivo de sistematizar as relações entre os restantes atores estaduais, são apresentados quatro eixos temáticos gerais que agrupam estes de acordo com suas atribuições e áreas de atuação:

- I) Desenvolvimento urbano;
- II) Desenvolvimento rural;
- III) Pesquisa, extensão e educação;
- IV) Recurso hídricos.

A Figura 16 apresenta estes eixos temáticos e os respectivos atores correspondentes.

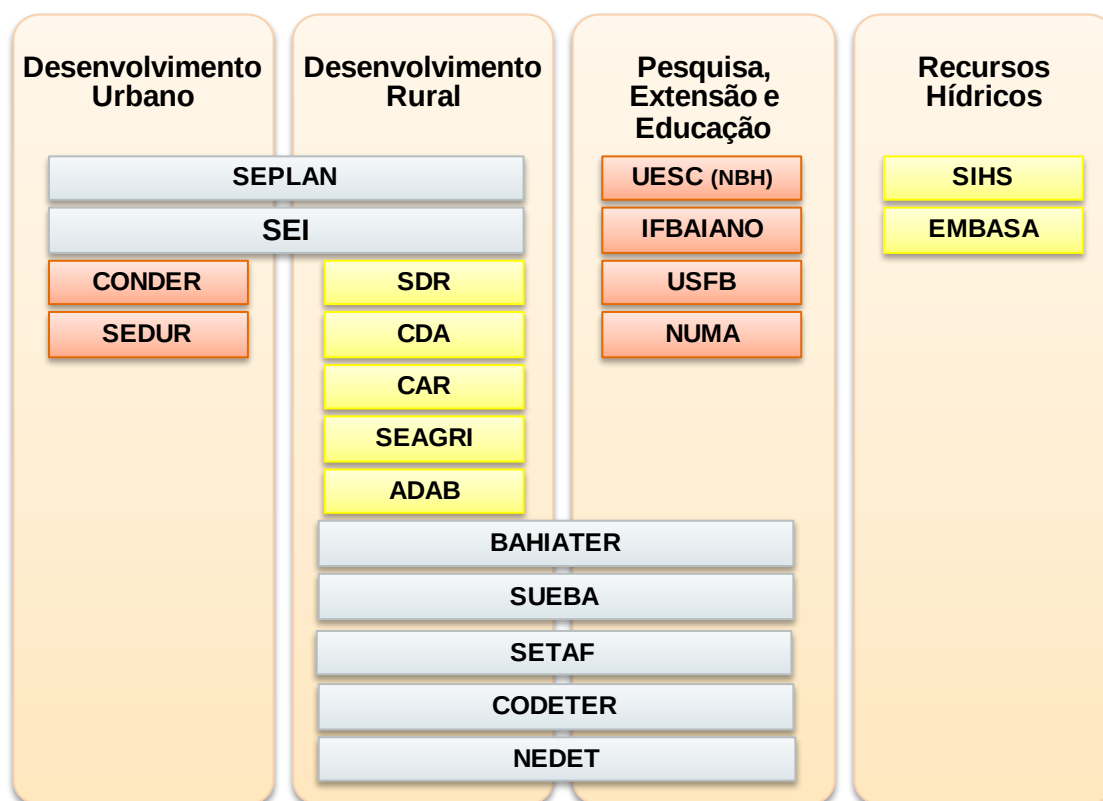


Figura 16 – Relação entre os eixos temáticos e atores estaduais correspondentes

7.3.1. Organismos atuantes no desenvolvimento urbano e rural

É possível inferir sobre a atuação dos atores que se relacionam com o desenvolvimento urbano e rural (especificamente a SEPLAN e seu órgão vinculado, o SEI) no contexto do desenvolvimento da revitalização da BHRC a partir da análise de suas atribuições: elaboração e a atualização dos instrumentos de planejamento governamental, de estudos e projetos que avaliem as políticas públicas e de planos e programas para o desenvolvimento do Estado.

É de fundamental importância o estabelecimento de diretrizes e metas estaduais como forma de planejamento, de modo a enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para os exercícios de governo. Em complemento, a estimativa de receita e programação das despesas para o exercício financeiro estadual se torna imprescindível para viabilização da execução de planos de trabalho, sobretudo no que diz respeito à implementação de políticas, programas de projetos que envolvam intervenções ambientais.

Deste modo, levando em consideração o desenvolvimento sustentável como premissa primordial para assegurar a manutenção dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras, o arranjo institucional envolvendo órgãos que atuam no planejamento torna-se de grande valia para preservação hidroambiental e para o sucesso de programas de revitalização.

Ainda neste contexto, pode-se destacar a SEDUR e a CONDER, entidades cujas atuações estão diretamente relacionadas com a conservação e recuperação ambiental.

Enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Urbano atua por meio da formulação, coordenação, monitoramento e avaliação da Política Estadual de Resíduos Sólidos no Estado, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia executa obras e ações diretas que promovam saneamento ambiental e o gerenciamento dos resíduos sólidos, focando inclusive na destinação final e tratamento destes resíduos.

Ambas (SEDUR e CONDER) articulam-se com a SEPLAN, haja vista a relação direta que há entre políticas de planejamento e políticas de desenvolvimento – e suas implicações e desdobramentos nas ações protetivas ao meio ambiente.

7.3.2. Organismos atuantes no desenvolvimento rural, pesquisa e extensão

Em termos de desenvolvimento rural, pesquisa e extensão, é possível agregar as instituições de âmbito estadual, demonstradas na Figura 16, nos arranjos apresentados nos seguintes parágrafos.

Atuando principalmente na formulação, articulação e execução de políticas, programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, às redes solidárias de produção e comercialização e à gestão e controle social das políticas públicas correlatas, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) configura-se como um importante protagonista estadual no âmbito da revitalização da BHRC, dada a predominância do meio rural e os grupos sociais que o compõem na área de abrangência da bacia.

Vinculadas à SDR, encontram-se a BAHATER, a CDA e CAR. Enquanto a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHATER) tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica, extensão rural e pesquisas que contribuam para a elevação da produção e qualidade dos produtos e serviços rurais (e por consequência a melhoria das condições de renda, qualidade de vida, promoção social), a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) apoia o desenvolvimento agrário sustentável do Estado, através de programas de Crédito Fundiário e de Regularização Fundiária. Em acréscimo, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Rural (CAR) promove o desenvolvimento regional por meio da inclusão socioprodutiva e a expansão do acesso à água para consumo humano, contribuindo no combate à pobreza. As três entidades correspondem à atuação do Estado junto dos produtores rurais e proprietários de terras onde há abundância de nascentes e cursos d'água superficiais, sobretudo no Litoral Sul da Bahia e na área de abrangência da BHRC.

Igualmente vinculado à SDR, o Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar Litoral Sul (SETAF Litoral Sul) apresenta-se como núcleo de administração descentralizada desta Secretaria na área de abrangência da BHRC.

O Serviço possui em sua composição técnicos da CAR, CDA e BAHATER. Nesta configuração, o SETAF Litoral Sul integra as atribuições destas entidades com a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, apoio à regularização fundiária e disponibilização de insumos produtivos.

Vinculado à SEPLAN e à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (anterior Ministério de Desenvolvimento Agrário), o CODETER Litoral Sul se constitui em um espaço de planejamento e gestão participativa, controle social das políticas de desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária. Por consequência, este Colegiado relaciona-se direta e indiretamente com atores que possuem em seu viés de atuação bases sustentáveis de desenvolvimento rural, como a BAHIATER, CAR, CDA, SETAF Litoral Sul e NEDET Litoral Sul.

O NEDET Litoral Sul, por sua vez, apoia ações de extensão e de assessoria técnica ao CODETER Litoral Sul e vincula-se à estratégia de fortalecimento e consolidação da abordagem territorial do Governo do Brasil. Em acréscimo, o NEDET Litoral Sul é formado, entre outros personagens, por professores e pesquisadores do IFBAIANO, entidade pelo qual atua através de projetos de extensão, assessoria e desenvolvimento rural e de inclusão produtiva, por exemplo, objetivando dinamizar os processos territoriais.

Com a finalidade promover a defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária têm-se a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) como protagonista estadual no que tange à segurança dos produtos agropecuários ora fomentados pela BAHIATER, CDA e CAR, conformando arranjo indireto com estes. Por sua vez, a ADAB vincula-se à SEAGRI, instituição que atua em um contexto mais generalista, cujas atribuições incluem a execução da Política de Desenvolvimento da Agropecuária, fomento ao cooperativismo e à Irrigação.

Em adição, encontra-se a Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da Bahia (SUEBA) como braço institucional e uma das unidades descentralizadas diretamente subordinada à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

A SUEBA possui atribuições bastante parecidas com aquelas dos outros organismos atuantes no desenvolvimento rural, como a sustentabilidade no desenvolvimento, assistência técnica, extensão rural, pesquisas voltadas à produtividade agrícola, fiscalização e certificação agropecuária e organização territorial e socioprodutiva.

A distinção desta Superintendência é o seu foco principal na cacauicultura do sistema cacau-cabruca, que por consequência e definição, acaba por conservar fragmentos importantes de vegetação nativa, podendo vir a consolidar uma conservação produtiva (Setenta e Lobão, 2012).

7.3.3. Organismos atuantes na área de pesquisa, extensão e educação

Quanto às instituições de pesquisa, extensão e educação são enunciados a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) (com ênfase no Núcleo de bacia Hidrográfica), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, protagonistas estaduais principais.

A UESC e a UFSB promovem a formação e o aperfeiçoamento acadêmico, científico e tecnológico dos recursos humanos e a pesquisa para as questões do meio ambiente e do desenvolvimento socioeconômico e cultural em consonância com as necessidades e peculiaridades regionais.

O IFBAIANO atua na promoção da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente na bacia do rio Cachoeira.

Ambas promovem, complementarmente, a aplicação direta da educação ambiental no âmbito curricular de seus discentes, através de ações e projetos.

Acrescida a contexto da educação ambiental, encontra-se o Núcleo Mata Atlântica, grupo de atuação do Ministério Público da Bahia, criado com o objetivo de enfrentar o processo de degradação da mata atlântica utilizando, entre outras ferramentas, a educação ambiental como eixo de suas ações. O NUMA atua também na esfera jurídica e em intervenções socioambientais e econômicas conjuntamente com outras entidades e instituições ambientais, contando com sede coordenadora em Itabuna e uma base na UESC, com a qual dialoga quanto às questões ambientais regionais.

7.3.4. Organismos atuantes na área de recursos hídricos

Como organismos atuantes na área dos recursos hídricos, destacam-se a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) como entidades estaduais mais representativas.

Responsável pela formulação e execução das Políticas Estaduais de Segurança Hídrica e de Saneamento Básico, além de executar estudos, programas e projetos de infraestrutura hídrica, o SIHS possui como entidade de administração indireta a EMBASA, responsável pela prestação de serviços de abastecimento e análise de qualidade da água e esgotamento sanitário, atuando de maneira descentralizada, relacionando-se por sua vez diretamente com oito municípios da BHRC como suas respectivas entidades concessionárias.

7.4. Arranjo das entidades públicas municipais

As entidades públicas de âmbito municipal que se relacionam com a conservação e revitalização da bacia (mencionadas no capítulo 5) são, essencialmente:

- Secretarias das Prefeituras Municipais, com destaque para as de Meio Ambiente e Agricultura, presentes em vários municípios integrantes da bacia,
- Associações e consórcios intermunicipais;
- Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE);
- Conselhos Municipais.

Conforme o Parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal de 1988, as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são fixadas através de Leis complementares. No âmbito do meio ambiente essas normas são estabelecidas pela Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa as normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Segundo o artigo 4 da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, os instrumentos de cooperação que os entes federativos podem utilizar são:

- Consórcios públicos, nos termos da legislação em vigor;
- Convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, respeitado o artigo 241 da Constituição Federal;
- Comissão Tripartite Nacional, Comissões Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite do Distrito Federal;
- Fundos públicos e privados e outros instrumentos econômicos;
- Delegação de atribuições de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar;
- Delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos na mesma Lei Complementar.

Neste contexto, as instituições estaduais podem atuar com a formação de parcerias com os órgãos municipais para atingir seus objetivos em comum.

Em termos de atribuições legais dos municípios no que consta às questões ligadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos, estes atuam de acordo com suas respectivas Leis Orgânicas, como posto no artigo 29 da Constituição Federal: *“Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado...”*.

Neste contexto, é função do Município: elaborar o **Código Municipal do Meio Ambiente** (que define a política de preservação e adequação ecológica); colaborar com a União e com o Estado na definição de espaços territoriais de seus componentes; promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; definir o uso e a ocupação do solo, do subsolo e da água, através de planejamento que englobe diagnóstico, análise técnica e definição de diretrizes de gestão dos espaços (MOURA, 2011).

Ainda, cabe às secretarias municipais orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas; referendar ato e decreto do prefeito; expedir instruções para a execução de lei, decreto e regulamento, dentre outras atribuições (PBH, 2016).

É de destacar o incentivo do Ministério do Meio Ambiente à criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA) por parte dos próprios municípios. Este conselho tem a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal (a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal) nas questões relativas ao meio ambiente. Nos assuntos de sua competência, é também um fórum para se tomar decisões, tendo caráter deliberativo, consultivo e normativo (MMA, 2016). A título de exemplo, poderia caber aos Conselhos:

- Propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento;
- Promover a educação ambiental;
- Propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais, estaduais e federais;

- Opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos sobre o município;
- Receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura as providências cabíveis.

Estas são algumas das atribuições possíveis, mas cada município pode estabelecer as competências do seu conselho de acordo com a realidade local. De acordo com o levantamento efetuado, todos os municípios da bacia do rio Cachoeira apresentam Conselho Municipal de Meio Ambiente (ou Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente).

As Secretarias com a competência sobre o Meio Ambiente têm, assim, como função executar a política ambiental do município de acordo com as deliberações do Conselho Municipal de Meio Ambiente. É de destacar, contudo, que apenas dois municípios na BHRC possuem Secretarias do Meio Ambiente (Buerarema e Itapetinga). Os restantes municípios apresentam Secretarias conjuntas (de ambiente e agricultura – mais comum; de ambiente e urbanismo; de cultura e ambiente; de indústria e ambiente).

Em alguns municípios da bacia existem os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) que, conforme previamente caracterizados, são Autarquias Municipais responsáveis por manter e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários, bem como conservar os cursos d'água do município contra poluição.

Apesar de possuírem autonomia econômica, técnica e administrativa, os SAAEs são fiscalizados e tutelados pelas prefeituras municipais, e executam papel de entidade concessionária. Os municípios que possuem SAAEs são Barro Preto, Ibicaraí, Itapetinga, Itororó e Jussari.

O Quadro 11 apresenta as características das entidades municipais integrantes da bacia do rio Cachoeira, com base no levantamento de informações secundárias e da coleta de dados de campo (conferir Apêndice B). Desta forma, é possível obter uma imagem macro da realidade regional em termos de atuação institucional.

Quadro 11 – Características das entidades municipais executoras da política ambiental

Município	Organismo de gestão	Atividades executadas	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Barro Preto	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	• Orientação • Sensibilização	Sim
	SAAE Barro Preto	• Conservação	
Buerarema	Secretaria de Meio Ambiente	• Fiscalização • Recuperação de APPs • Orientação • Sensibilização • Educação ambiental	Sim
Firmino Alves	Secretaria de Administração	• Fiscalização • Orientação	Sim
Floresta Azul	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	• Orientação • Sensibilização • Educação ambiental	Sim
Ibicarai	Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	• Orientação • Sensibilização	Sim
	SAAE Ibicarai	• Conservação	
Ilhéus	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	• Fiscalização • Recuperação de APP • Orientação • Sensibilização • Educação ambiental	Sim
Itabuna	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	• Fiscalização • Elaboração de projetos	Sim
Itaju do Colônia	Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente	• Fiscalização • Recuperação de APP • Orientação	Sim
Itapé	Secretaria Municipal de Administração	• Fiscalização • Orientação • Educação ambiental	Sim
Itapetinga	Secretaria de Meio Ambiente	• Fiscalização • Recuperação de APPs • Orientação • Sensibilização • Educação ambiental	Sim
	SAAE Itapetinga	• Conservação	
Itororó	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente	• Fiscalização • Recuperação de APP • Orientação • Sensibilização • Educação ambiental	Sim
	SAAE Itororó	• Conservação	

Município	Organismo de gestão	Atividades executadas	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Jussari	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	• Fiscalização • Orientação • Sensibilização	Sim
	SAAE Jussari	• Conservação	
Santa Cruz da Vitória	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	• Orientação • Educação ambiental	Sim

Apoiando as instituições citadas acima, existe uma associação e dois consórcios municipais, sendo eles a Associação dos Municípios da Região Cacaueira (AMURC), o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul (CDS-LS) e o Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA). Destes, a AMURC é a única que atua em todos os municípios contemplados na BHRC, enquanto o CDS-LS atua em nove municípios, e o CIMA, em três.

A AMURC é uma instituição auxiliadora dos municípios para implantação de sistemas de saneamento básico, que são ferramentas essenciais para conservação e preservação da BHRC.

O CDS-LS concentra-se em articulação política e fomento na discussão de um desenvolvimento sustentável, bem como na elaboração de planos de trabalho para execução de Planos de Saneamento dos municípios. Também nesse contexto, a atuação do CIMA contempla programas de gerenciamento ambiental integrado e, como principal foco do consórcio, a cadeia produtiva do cacau orgânico e os sistemas agroflorestais.

7.5. Arranjo das entidades da sociedade civil

Com base na caracterização dos atores da sociedade civil identificados na seção 6 e nas entrevistas realizadas em campo (cf. Apêndice B), é possível descrever, em termos gerais, os arranjos existentes no âmbito da revitalização da bacia do rio Cachoeira.

É de destacar que os atores da sociedade civil operam, em termos de cooperação institucional, sob as seguintes condições: em parcerias com as prefeituras municipais; em parceria com associações e consórcios; em parcerias com outras entidades da sociedade civil ou isoladamente.

A sociedade civil nos municípios integrantes da BHRC assenta nas características socioeconômicas da população. Desta forma, em todos os municípios existem associações de agricultores. Existem ainda várias cooperativas agrícolas que abrangem vários municípios da BHRC. Para além de associações de agricultores e cooperativas agrícolas, existem, em todos os municípios da BHRC, sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores rurais.

A existência de uma sociedade civil forte no campo da produção rural é, assim, resultado da especialização econômica de vários dos municípios em pecuária (bovino) e na agricultura (cacau).

As associações indígenas (de Tupinambá de Olivença e de Caramuru/ Paraguassu), para além da defesa dos interesses gerais das suas comunidades, partilham igualmente esta característica de defesa da agricultura familiar (ver por exemplo, a Associação dos Produtores Rurais Indígenas da Tribo Pataxó Hã Hã Hãe).

Relativamente às organizações não governamentais na BHRC, estas centram-se em Itabuna e Ilhéus (maiores aglomerados urbanos da bacia). As ONGs na BHRC atuam principalmente em dois eixos:

- a) Desenvolvimento socioambiental rural à luz da cacauicultura;
- b) Recuperação, proteção, monitoramento e educação ambiental.

Eixo A: desenvolvimento socioambiental rural à luz da cacauicultura

As ONGs classificadas no Eixo A são as seguintes: Instituto Cabruca; e CDAC - Centro de Desenvolvimento Agroambiental e Cidadania. Estas entidades atuam tendo com base nos seguintes aspectos:

- Manutenção e conservação da cacauicultura no sistema de cabruca, onde o cultivo coexiste com a conservação da vegetação nativa, utilizando-a de forma equilibrada e sustentável;
- Apoio na construção de bases agroambientais sustentáveis e incentivo à aplicação de conceitos correlatos para os protagonistas da agricultura familiar na BHRC, sobretudo relacionados à cultura cacaueira;
- Reconstrução da cacauicultura com bases sustentáveis e a reestruturação da base agrária tendo por base o conceito e o método de produção sustentável e cooperativismo.

Eixo B: recuperação, proteção, monitoramento e educação ambiental

As entidades classificadas no Eixo B são as seguintes: Instituto Floresta Viva; Instituto Nossa Ilhéus; Centro das Águas – Espaço Cidadão; Fundação Pau Brasil; OCA (Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica), ABARÁ e Instituto Arapyaú.

As bases de atuação compartilhadas por estas entidades podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

- Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de cunho socioambiental e monitoramento das mesmas;
- Realização de programas e projetos que integrem áreas protegidas, sistemas agroflorestais de baixo impacto, formação educacional e cultural e o bem-estar familiar;
- Promoção de forma democrática a participação dos representantes do Poder Público e sociedade na gestão integrada dos recursos hídricos e ambientais;
- Promoção de estudos, divulgação e debates sobre os programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade;

- Articulação interinstitucional para o desenvolvimento de parcerias e discussões sobre questões ambientais;
- Auxílio indireto aos municípios na captação de recursos para implantação de programas e projetos de cunho socioambiental;
- Divulgação e socialização de informações hidroambientais atualizadas;
- Elaboração de estudos, projetos, programas e atividades de cunho socioambiental e de recuperação ambiental.

Visando ilustrar as relações existentes entre estes e outros atores, o Quadro 12 apresenta as ONGs de acordo com o eixo de atuação estabelecido (A ou B) e as suas conexões no âmbito da BHRC (as entidades com as quais se relacionam na área de conservação e revitalização ambiental). Este quadro tem por base a informação recolhida nas entrevistas realizadas (cf. Apêndice B) e a análise realizada na seção 6.

Quadro 12 – Quadro de relações de ONGs na BHRC

Eixo	Entidade	Entidades com as quais se relaciona na BHRC
A – Desenvolvimento socioambiental rural à luz da cacauicultura	Instituto Cabruca	• Centro Mars de Ciência do Cacau • SEAGRI • CAR
	Centro de Desenvolvimento Agroambiental e Cidadania	• CEPLAC • UESC • Fundação Pau Brasil • Sindicato Rural de Itabuna
B – Recuperação, proteção, monitoramento e educação ambiental	Instituto Floresta Viva	• Instituto Arapyaú • Instituto Nossa Ilhéus
	Instituto Nossa Ilhéus	• Prefeituras municipais do Território Litoral Sul (principalmente do município de Ilhéus) • Secretarias municipais • AMURC • Consórcio Território Litoral Sul • CIMA – Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica • UESC • UFSB • IFBA • Ministério Público Estadual e Federal • CEPLAC

Eixo	Entidade	Entidades com as quais se relaciona na BHRC
B – Recuperação, proteção, monitoramento e educação ambiental	Centro das Águas – Espaço Cidadão	• Associação Comercial de Itabuna • Câmara de Dirigentes Lojistas de Itabuna • Sindicato do Comércio Varejista de Itabuna • Rotary Club de Itabuna • TV Santa Cruz • UESC • Loja Maçônica de Itabuna • UFSB • Ordem dos Advogados do Brasil - Bahia • Lions Club Itabuna Sul • Colégio Sistema • AMURC • Prefeitura de Itabuna • EMASA • EMBASA
	Fundação Pau Brasil	• UESC • CEPLAC • AMURC
	OCA (Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica)	• SETAF Litoral Sul • BAHATER • CBHL
	ABARÁ	• SETAF Litoral Sul • CDS-LS
	Instituto Arapyaú	• Instituto Floresta Viva

7.6. Potencialidades, limites e relevância dos atores

Em termos de atuação das entidades relacionadas com a revitalização/ conservação da BHRC, foram identificadas as potencialidades, limites e relevância destas entidades, sintetizadas no Quadro 13.

Para identificação das potencialidades das entidades de âmbito estadual, foi considerado o porte da entidade e suas características de funcionamento. Para as potencialidades das entidades de âmbito municipal, além da análise do porte e do funcionamento, foram consideradas as informações recolhidas nas entrevistas institucionais realizadas (cf. Apêndice B). Para a identificação dos limites, foram considerados aqueles citados pelas entidades entrevistadas.

Quanto à relevância dos atores, todas as entidades de âmbito estadual, municipal e da sociedade civil identificadas foram classificadas segundo três categorias:

- Muito relevantes – entidades que, devido às suas características de atuação e principalmente ao potencial de abrangência e alcance das suas ações, possuem grande relevância para promoção da revitalização da BHRC;
- Relevantes – entidades que têm o potencial para dar suporte secundário em ações, políticas e projetos que venham a fomentar a melhoria da qualidade socioambiental no âmbito da bacia;
- Estratégicas – estas entidades são aquelas que podem, direta e indiretamente, articular atores, projetos e programas de cunho socioambiental, bem como criar condições para implementação destes.

Os atores mais relevantes para a revitalização da bacia do rio Cachoeira são os que atuam mais perto da população e dos problemas reais. Desta forma, as Secretarias Municipais de Ambiente e as Diretorias de Meio Ambiente integradas em Secretarias Municipais de âmbito alargado têm um papel decisivo na revitalização da bacia do rio Cachoeira.

Para além destas entidades municipais, os atores supramunicipais mas com atuação local têm igualmente um papel crítico no desenvolvimento da revitalização da bacia do rio Cachoeira. Destacam-se os Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar do Litoral Sul e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado

da Bahia. Para além destes, as associações e consórcios municipais têm um papel importante na cooperação institucional (Federal/ Estadual/ Municipal). Destacam-se a Associação dos Municípios da Região Cacaueira e o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul, principalmente no papel de procura de financiamento para o desenvolvimento de planos municipais de saneamento básico e para a partilha de informações ambientais.

A sociedade civil será a parte mais interessada na recuperação ambiental da bacia do rio Cachoeira. A utilização de plataformas institucionais para a consulta pública como os Conselhos Municipais de Meio Ambiente é bastante importante para o reajuste de programas públicos. Mais ainda, é importante uma sociedade civil forte e informada para uma aplicação eficaz de programas ambientais. A integração de ONGs e de associações/ cooperativas rurais na discussão e execução de programas de revitalização da BHRC contribuirá de forma crítica para o seu sucesso.

Por fim, de uma forma geral e tomando por base as entrevistas institucionais realizadas com várias entidades da BHRC, as **maiores necessidades** identificadas pelos entrevistados para o desenvolvimento da revitalização da bacia são as seguintes:

- Maiores investimentos na área ambiental, sobretudo maior disponibilização de verbas federais e estaduais, para a implementação, de fato, de projetos e ações nos municípios e microrregiões;
- Melhoria na fiscalização e monitoramento ambiental, principalmente no que se refere ao atendimento a condicionantes e leis ambientais de proteção a nascentes e matas ciliares (Áreas de Proteção Permanente);
- Compartilhamento de informações entre as diferentes entidades da bacia, de modo a promover melhor integração institucional e socialização de dados relevantes para basear programas e projetos de cunho socioambiental;
- Maiores investimentos em educação, sobretudo a educação ambiental, que possa vir a formar cidadãos mais conscientes e preocupados com as questões ambientais.

Quadro 13 – Potencialidades, limites e relevância dos atores institucionais

Âmbito	Entidade	Potencialidades	Limites	Relevância
Estadual	ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia	- Infraestrutura - Alcance - Qualificação técnica	-	Estratégica
	BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural	- Infraestrutura - Alcance - Qualificação técnica	Integração interinstitucional	Relevante
	CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário	- Alcance - Qualificação técnica	-	Relevante
	EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento	- Infraestrutura - Alcance - Qualificação acadêmica - Orçamento	Resistência privada a programas ambientais	Muito Relevante
	IFBAIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	Infraestrutura	Falta de recursos humanos	Muito Relevante
	INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	- Infraestrutura - Alcance - Qualificação técnica	-	Estratégico
	SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura	- Infraestrutura - Alcance - Qualificação técnica	-	Estratégico
	SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	- Alcance - Qualificação técnica	-	Estratégico

Âmbito	Entidade	Potencialidades	Limites	Relevância
Estadual	SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia	- Infraestrutura - Alcance - Qualificação técnica	-	Muito relevante
	SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia	- Infraestrutura - Alcance - Qualificação técnica	-	Estratégico
	SETAF – Litoral Sul (Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar)	Cooperação institucional local	- Recente entidade - Orçamento/ financiamento	Muito relevante
	SUEBA – Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da Bahia (CEPLAC)	- Infraestrutura Alcance - Qualificação técnica - Cooperação institucional local	-	Muito relevante
	UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz	- Infraestrutura - Alcance - Qualificação acadêmica	Falta de recursos humanos	Muito relevante
	UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia	Qualificação acadêmica	- Recente entidade - Orçamento/ financiamento - Falta de recursos humanos	Estratégico
Municipal	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Barro Preto	- Alcance - Infraestrutura	- Orçamento - Instabilidade política	Relevante
	SAAE Barro Preto	Infraestrutura	Orçamento/ financiamento	Relevante
	Secretaria de Meio Ambiente de Buerarema	- Alcance - Infraestrutura	Orçamento	Muito relevante
	Secretaria de Infraestrutura de Firmino Alves	Alcance	Orçamento	Relevante

Âmbito	Entidade	Potencialidades	Limites	Relevância
Municipal	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Floresta Azul	- Alcance - Infraestrutura	- Orçamento - Instabilidade política - Recursos humanos	Relevante
	Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente de Ibicaraí	Alcance	- Orçamento - Instabilidade política	Relevante
	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Ilhéus	- Infraestrutura - Alcance - Qualificação técnica	- Integração interinstitucional - Legislação - Orçamento	Relevante
	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Itabuna	- Alcance - Infraestrutura	- Orçamento - Instabilidade política - Falta de recursos humanos	Relevante
	Empresa Municipal de Águas e Saneamento – Itabuna	Infraestrutura	Orçamento/ financiamento	Relevante
	Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de Itaju do Colônia	- Alcance - Infraestrutura	- Orçamento - Recursos humanos - Resistência privada a programas ambientais	Relevante
	Secretaria Municipal de Administração	- Alcance - Infraestrutura	- Orçamento - Instabilidade política	Relevante
	Secretaria de Meio Ambiente de Itapetinga	- Alcance - Infraestrutura	Orçamento	Muito relevante
	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente de Itororó	- Alcance - Infraestrutura	- Orçamento - Recursos humanos	Relevante
	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico de Jussari	- Alcance - Infraestrutura	- Orçamento - Instabilidade política - Recursos humanos	Relevante

Âmbito	Entidade	Potencialidades	Limites	Relevância
Municipal	SAAE Jussari	Infraestrutura	Fiscalização	Relevante
	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Cruz da Vitória	- Alcance - Infraestrutura	Poder de fiscalização	Relevante
Outras entidades de âmbito supramunicipal	Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste	- Alcance - Qualificação técnica	- Orçamento (não há captação de recursos pelo uso da água) - Integração interinstitucional	Relevante
	Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica	Alcance	-	Relevante
	AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira	- Infraestrutura - Alcance	- Orçamento - Integração interinstitucional	Muito relevante
	CDS-LS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul	Alcance	- Orçamento - Integração interinstitucional	Muito relevante
Sociedade Civil	Centro das Águas	- Alcance - Qualificação técnica	Integração interinstitucional / falta de eficácia de entidades públicas	Muito relevante
	Centro de Desenvolvimento Agroambiental e Cidadania	- Alcance - Qualificação técnica	Orçamento/ financiamento	Relevante
	Cooperativa Cabruca	- Alcance - Qualificação técnica	- Orçamento/ financiamento - Burocracia/ Falta de eficácia institucional	Muito relevante
	Fundação Pau Brasil	Alcance	- Orçamento/ financiamento - Recursos humanos	Relevante
	Instituto Cabruca	Qualificação técnica	Orçamento/ financiamento	Relevante

Âmbito	Entidade	Potencialidades	Limites	Relevância
Sociedade Civil	Instituto Nossa Ilhéus	- Alcance - Qualificação técnica	- Orçamento/ financiamento - Integração interinstitucional	Muito relevante
	Sindicato Rural de Barro Preto	- Alcance - Integração interinstitucional	- Burocracia - Resistência privada a programas ambientais	Relevante
	Sindicato Rural de Ibicaraí	Alcance	Resistência privada a programas ambientais	Relevante
	Sindicato Rural de Itabuna	Alcance	Integração interinstitucional	Relevante

Página deixada intencionalmente em branco

8. COOPERAÇÕES RELEVANTES PARA A REVITALIZAÇÃO DA BHRC

O presente capítulo pretende identificar atores centrais na BHRC no contexto ambiental e as suas relações e cooperações com outras entidades no interior desta área geográfica. Para esta análise foi adaptada a análise de redes sociais (cf. Marteleto, 2001). Esta análise tem como base a questão nº 5 das entrevistas institucionais realizadas (cf. Apêndice B). A questão foi a seguinte:

- “Quais são as instituições (públicas/ privadas) com que se relaciona na área da conservação/ recuperação ambiental?”

Foram obtidas 38 respostas de importantes entidades atuantes na área ambiental na BHRC. Com as respostas obtidas foi possível construir uma base de dados de 84 entidades atuantes na área da conservação/ recuperação ambiental na BHRC e suas ligações/ cooperações.

De seguida foi realizado um mapeamento de relações institucionais na BHRC (no contexto de conservação/ recuperação ambiental). O resultado desse mapeamento pode ser verificado na Figura 17. Este mapeamento considera relações simples de direção unidirecional (a entidade citada recebe fluxo da entidade entrevistada).

Com base no mapeamento realizado foi possível determinar as instituições centrais (com maior número de citações) (cf. Quadro 14).

Quadro 14 – Instituições centrais

Nome da Instituição	Nº de citações
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	17
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	13
Universidade Estadual de Santa Cruz	10
Associação de Municípios da Região Cacaueira	7
Universidade Federal do Sul da Bahia	7
Ministério Público Estadual	6
Centro das Águas	5
Instituto Arapyaú	5
Instituto Floresta Viva	5
MPF	5

Instituições centrais são entidades que têm um papel abrangente na BHRC, relacionando-se de forma alargada com um elevado número de entidades no campo da revitalização/ recuperação ambiental. Nesse sentido, é normal que entidades municipais (secretarias municipais, entre outras) não sejam consideradas centrais pois a sua atuação é, normalmente, limitada a apenas um município. Entidades supramunicipais, estaduais ou federais têm assim potencialidade para uma maior centralidade na BHRC (na área ambiental).

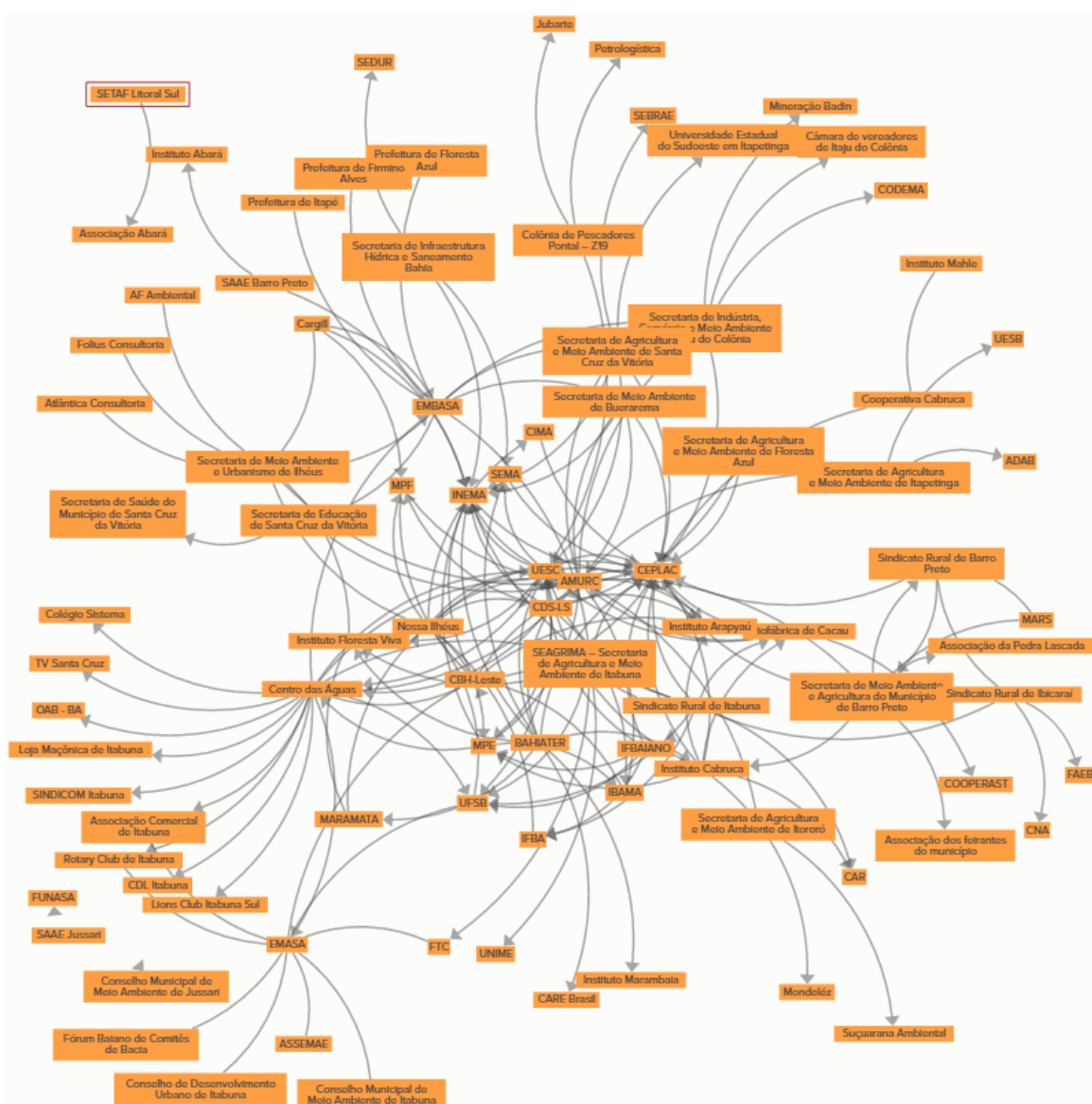


Figura 17 – Mapeamento das relações interinstitucionais na BHRC

A CEPLAC foi considerada a instituição central no mapeamento realizado (cf. Figura 18). Esta entidade tem relação direta com 17 das restantes entidades no mapeamento realizado (com base nas entrevistas institucionais). A centralidade da CEPLAC na BHRC pode ser ainda verificada pela sua presença em diversos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável (cf. capítulo 5). A CEPLAC está presente em pelo menos um destes conselhos municipais em Barro Preto, Buerarema, Ibicaraí, Ilhéus, Itaju do Colônia, Itororó e Jussari. Ainda mais, a CEPLAC é das poucas entidades não municipais a integrar estes Conselhos Municipais na BHRC.

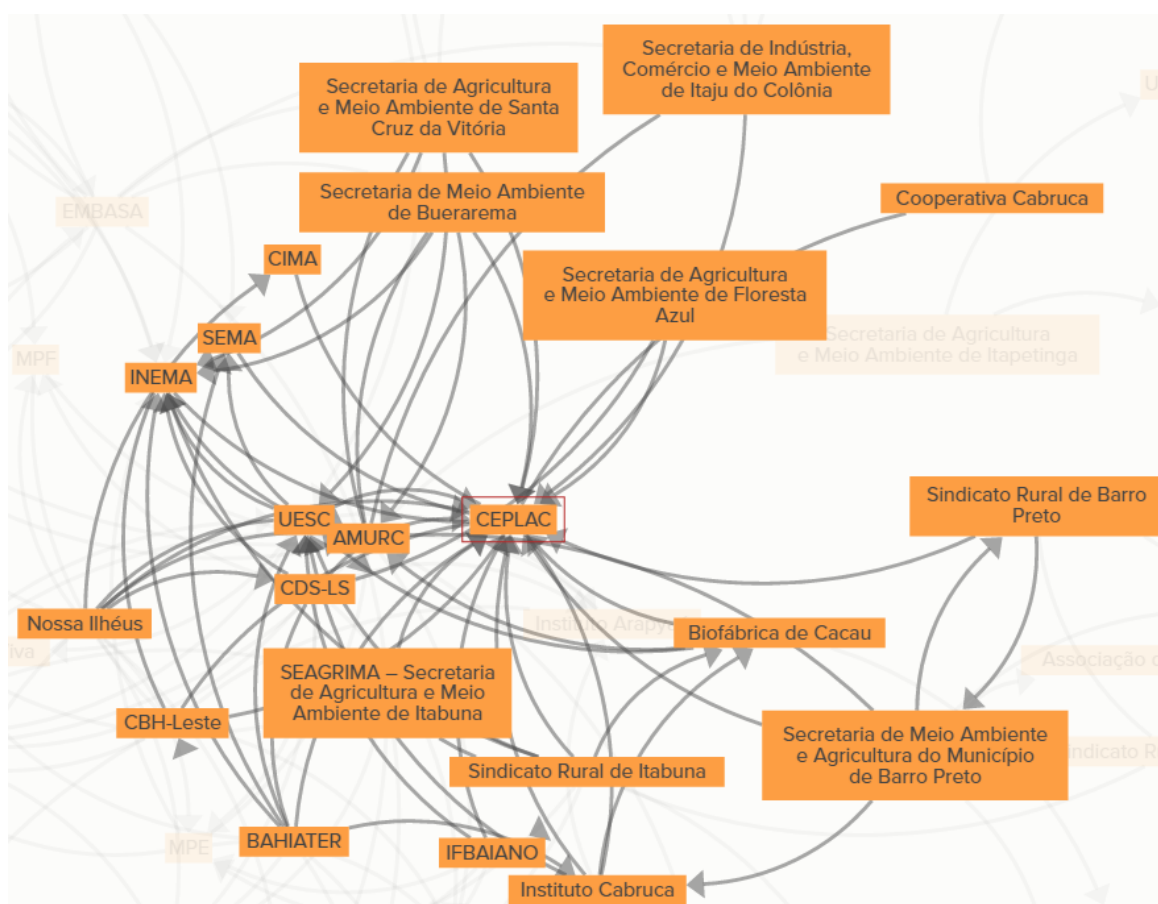


Figura 18 – A CEPLAC no mapeamento das relações interinstitucionais na BHRC

Um dos exemplos da atuação da CEPLAC na BHRC é no **Projeto Barro Preto**, no município com o mesmo nome. Este projeto tem como objetivo apoiar produtores rurais e incentivar a agrossilvicultura e tem como proponente a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Barro Preto, com o apoio da Mars Cacau e da CEPLAC (cf. Figura 19).

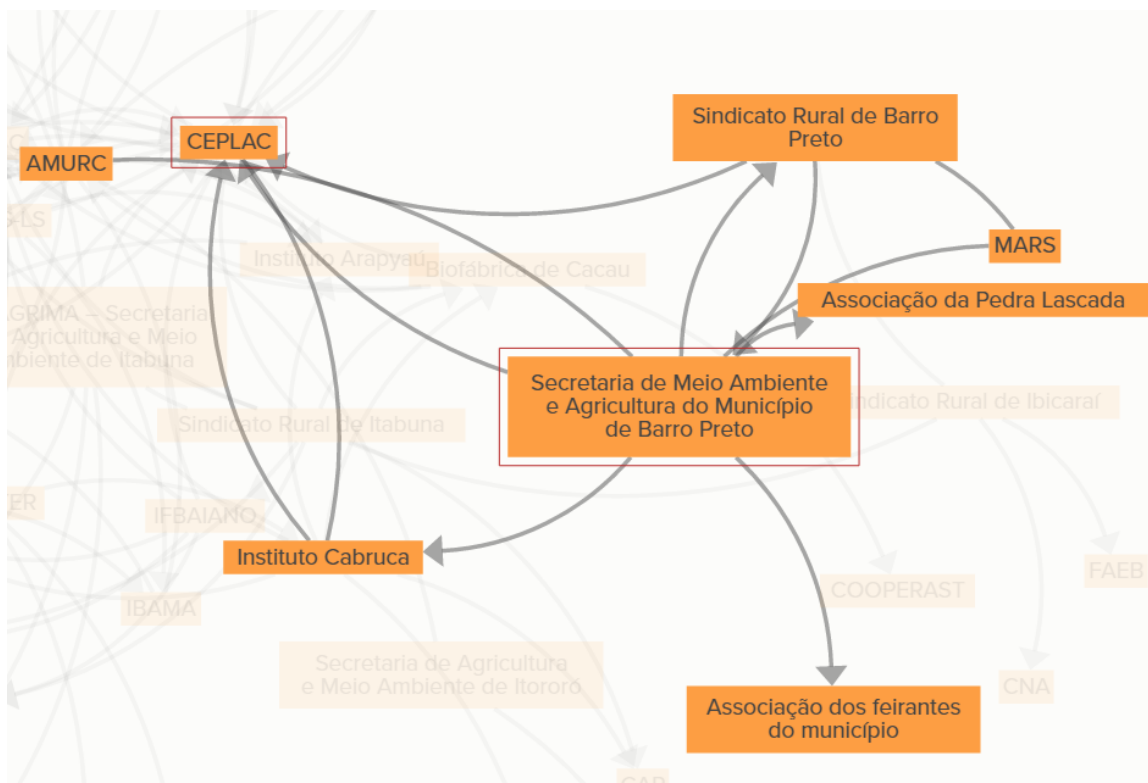


Figura 19 – Relações interinstitucionais no Projeto Barro Preto

Outra entidade relativamente central na BHRC é o INEMA. A sua centralidade na área da conservação/ recuperação ambiental na BHRC explica-se pelas suas competências na área da fiscalização ambiental, recursos hídricos e biodiversidade (cf. seção 4.1.4.1).

Duas instituições de ensino são também consideradas centrais de acordo com a análise realizada (Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal do Sul da Bahia). A Universidade Estadual de Santa Cruz destaca-se devido às suas relações institucionais com diversas ONGs, com a CEPLAC e com a Associação de Municípios da Região Cacaueira (AMURC).

Destaca-se a relação institucional entre a UESC e a AMURC para a realização de Planos Municipais de Saneamento Básico em vários municípios da BHRC (em Barro Preto, Itapé, Ibicarai e Floresta Azul, por exemplo).

A própria Associação de Municípios da Região Cacaueira (AMURC) é uma entidade central na BHRC, o que se explica por ser uma associação de municípios que inclui todos os que integram a bacia do rio Cachoeira (cf. Figura 20).

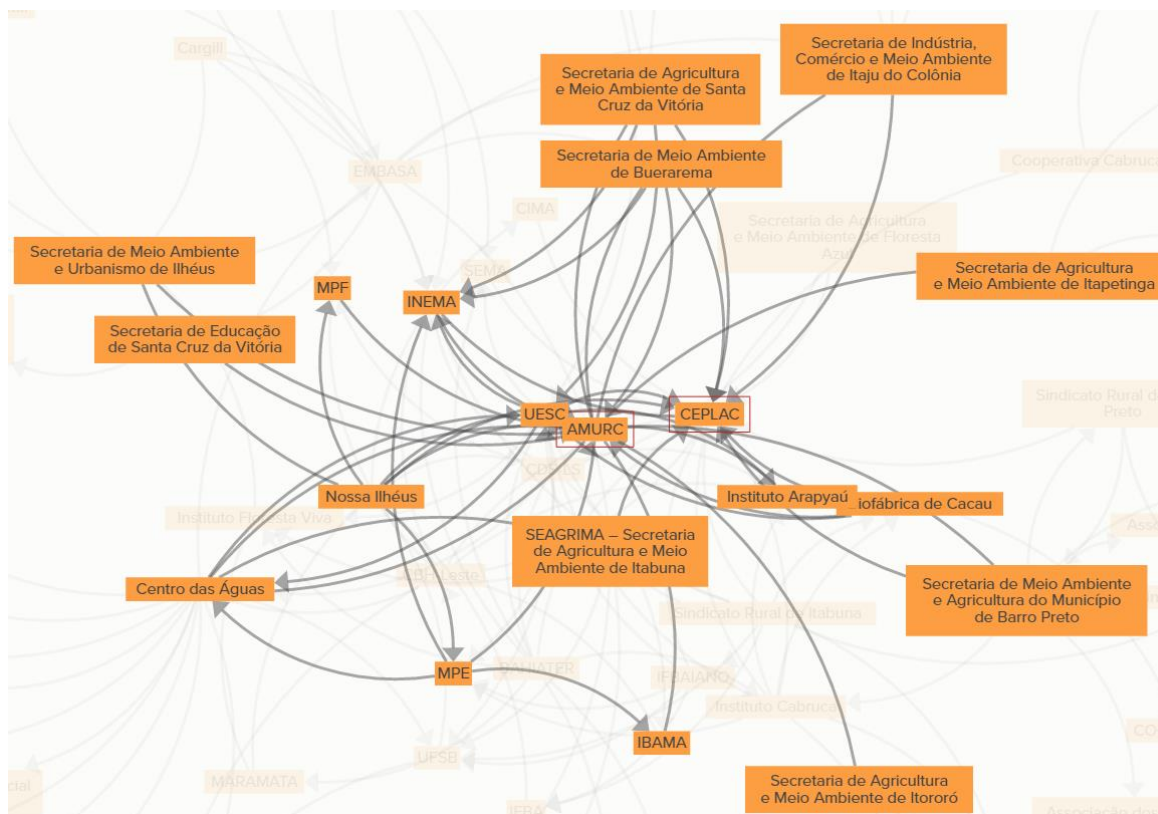


Figura 20 – A AMURC no mapeamento das relações interinstitucionais na BHRC

Apenas três ONGs possuem mais de quatro citações nas entrevistas institucionais realizadas (Centro das Águas, Instituto Arapyáú e Instituto Floresta Viva). O Centro de Águas destaca-se pela capacidade de integrar outras instituições da sociedade civil no debate público sobre os recursos hídricos na cidade de Itabuna (*cf.* Figura 21).

O mapeamento institucional realizado permite, assim, descortinar as entidades centrais no âmbito da revitalização da BHRC e suas principais cooperações. Desta forma destacam-se:

- A CEPLAC, que atua junto dos municípios no âmbito das suas competências (defesa da lavoura cacaueteira), possuindo relações diretas com várias secretarias municipais de ambiente e de agricultura na BHRC, participando de vários projetos socioambientais;
- A AMURC e o CDS-LS, que apoiam os municípios no desenvolvimento de planos de saneamento básico, entre outros temas;

- As instituições de ensino e investigação (Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal do Sul da Bahia) que, em conjunto com outras entidades, apoiam diversos projetos no âmbito das suas competências;
- ONGs de carácter supramunicipal como o Centro das Águas, o Instituto Arapyaú e o Instituto Floresta Viva.

Apesar desta análise, a delineação e execução de programas de revitalização da bacia do rio Cachoeira não deve deixar de integrar e apoiar entidades de menor âmbito geográfico como as cooperativas e associações de agricultura familiar, as associações indígenas e outras organizações locais (cf. capítulo 6).

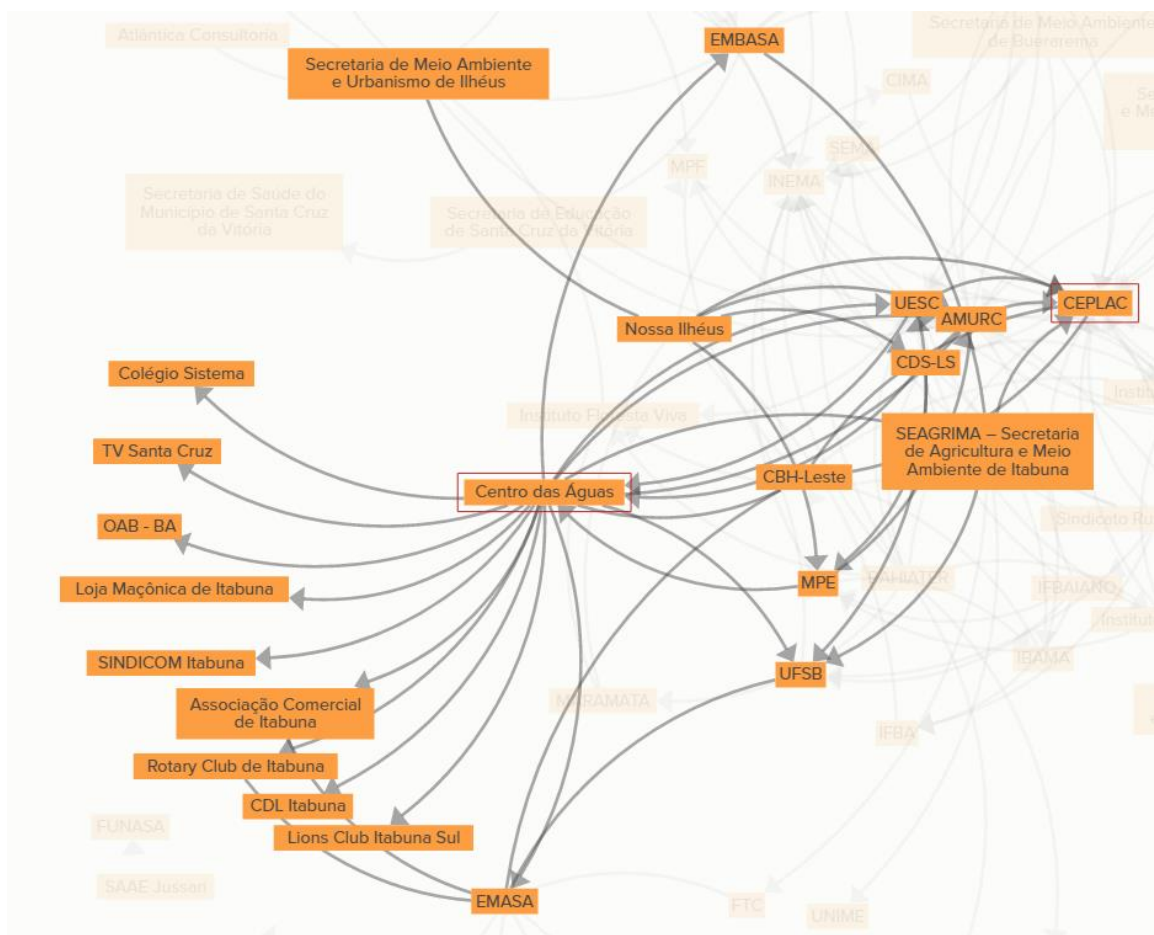


Figura 21 – O Centro das Águas no mapeamento das relações interinstitucionais na BHRC

9. PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

O levantamento e caracterização dos projetos e experiências socioambientais executados ou em andamento na bacia do rio Cachoeira foram realizados a partir de dados recolhidos no terreno. Cada experiência socioambiental possui uma ficha individual (cf. Apêndice A).

Um total de 13 experiências socioambientais foram recolhidas. No que se refere ao âmbito geográfico, uma experiência é de abrangência nacional, outra envolve todo o Estado da Bahia, duas são de âmbito regional/intermunicipal e as restantes nove experiências são de abrangência municipal.

O Programa Florestal, promovido pelo Instituto Biofábrica do Cacau com sede em Itabuna, iniciou em 2016 com eventos e parcerias que abrangem toda a União. Tem como finalidade a educação ambiental de proprietários rurais (principalmente agricultores familiares), a criação de um banco de sementes, o fomento da recomposição da mata ciliar e a criação de corredores ecológicos.

O Programa Pau-brasil da FUNPAB (também com sede em Itabuna) foi estabelecido em 2003 e visa a promoção, entre a população baiana, da conservação produtiva e uso sustentável da árvore pau-brasil e inclui a distribuição de sementes nas escolas públicas para fomentar o seu plantio.

A Associação de Produtores de Chocolate do Sul da Bahia criou em 2016 a Certificação “*Tree to Bar*” Sul da Bahia para os produtores rurais em todos os 54 municípios que estão dentro da Indicação Geográfica Sul da Bahia.

A certificação de produto de origem sustentável de chocolates artesanais estabelece índices de sustentabilidade em todo o processo da cacauicultura e parâmetros sociais e ambientais como a boa qualidade de vida do produtor rural e o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos oriundos dessas atividades agroindustriais. Encontra-se atualmente em fase de busca de financiamentos e escolha de uma instituição certificadora.

A AMURC criou em 2016 o Comitê Produtores de Água, abrangendo toda a Sociedade Civil dos 26 municípios do Litoral Sul da Bahia. O objetivo é promover programas e projetos estruturantes voltados à gestão de recursos hídricos e meio ambiente, sobretudo para incentivar e assistir os produtores rurais a adotarem boas práticas de proteção e conservação da água e do solo.

A MARAMATA tem, no município de Ilhéus, três projetos socioambientais em andamento. Desde 2012 que decorre o Projeto Meninos Guerreiros em parceria com as escolas públicas da região para promover a sensibilização ambiental de menores através de ações esportivas, educacionais e culturais.

A Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata mantém na sua sede e desde 2012, o Museu do Mar e da Capitania, que possui um foco em educação ambiental e cultural para jovens estudantes. O terceiro projeto, Retalhos Criativos, aberto em 2014, tem por objetivo capacitar as mulheres residentes no município na execução de atividades artesanais com recurso a materiais reciclados, estimulando a integração social e a sustentabilidade ambiental ao mesmo tempo que cria mais uma fonte de renda para as participantes.

O Centro das Águas possui quatro projetos socioambientais no município de Itabuna que são relevantes para a bacia do rio Cachoeira, sendo que três deles ainda estão a decorrer. Os projetos são os seguintes:

- Espaço Cidadão: iniciado em 2010 e atualmente já concluído, é um local de convivência para educação e sensibilização ambiental de todos residentes no município, tendo a BHRC como foco principal;
- Criação do Fórum Permanente das Águas: este evento anual que começou em 2014 é realizado a partir da união de entidades governamentais e civis com o objetivo de debater propostas e ideias para a revitalização ambiental e hídrica, especialmente a degradação acentuada do rio Cachoeira em Itabuna;
- Projeto paisagístico do rio Cachoeira – perímetro urbano de Itabuna: lançado em 2014 é um projeto de regualificação de área urbana das margens do rio Cachoeira em Itabuna sendo uma das metas a melhoria da paisagem ao longo do leito do rio que corta a cidade envolvendo, além do plantio de árvores, a sensibilização e educação ambiental de alunos de escolas do município;

- Biblioteca das Águas – Salas Verdes: aberto a todo o público interessado desde 2014, se constitui como um espaço de educação e formação ambiental onde se partilha informação e bibliografia pertinentes sobre o meio ambiente.

Outro projeto socioambiental na bacia do rio Cachoeira é da responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Floresta Azul. O projeto de educação ambiental “Consumir com Consciência” foi criado em 2014 e ainda se encontra em andamento. Este projeto busca consciencializar alunos das escolas públicas do município sobre os problemas ambientais causados pelo excesso de geração de resíduos, especificamente o uso de copos descartáveis no consumo diário de água.

Por fim, o Projeto Barro Preto, no município com o mesmo nome, tem como objetivo apoiar produtores rurais e incentivar a agrossilvicultura. Esta iniciativa tem como proponente a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Barro Preto e tem contado com o apoio da Mars Cacau e da CEPLAC.

Página deixada intencionalmente em branco

10. CONCLUSÕES

O presente Relatório de Progresso 2 corresponde à análise das potencialidades/capacidades e limites dos atores e instituições para o Plano Estratégico de Revitalização da bacia do Rio Cachoeira. Este possui, ainda, um levantamento de projetos socioambientais presentes nos municípios da bacia do rio Cachoeira.

Para a realização do presente relatório, foram realizadas diversas entrevistas institucionais (*cf.* Apêndice B), o que resultou na identificação de várias iniciativas socioambientais (*cf.* Apêndice A).

Após a análise realizada, constatou-se que a Sociedade Civil dos municípios que integram a bacia do rio Cachoeira se tem multiplicado na defesa de diversas causas e é hoje um dos maiores potencializadores da conservação e recuperação ambiental. O enquadramento institucional Federal e Estadual, bem como o Municipal, têm também evoluído para poderem dar uma maior relevância às questões ambientais.

Contudo, várias limitações ainda persistem. Foram identificadas as seguintes necessidades:

- Crescimento da importância da área ambiental no contexto dos executivos municipais (através de criação de secretarias próprias e não integradas com a agricultura ou indústria; e com o aumento do orçamento para as suas atividades);
- Colocação em prática dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente em todos os municípios da BHRC (em alguns municípios o sistema não tem ainda aprovação legal e em outros, apesar de estar legislado, não está plenamente em prática);
- Maiores investimentos na área ambiental, sobretudo para a implementação de projetos e ações nos municípios e microrregiões;
- Melhoria na fiscalização e monitoramento ambiental;
- Compartilhamento de informações entre as diferentes entidades da bacia de modo a promover melhor integração institucional;
- Maiores investimentos em educação ambiental.

Para o sucesso da revitalização da bacia haverá que contornar estas limitações, notadamente através da promoção da articulação institucional e do envolvimento de atores.

O presente relatório é, assim, um passo importante para a construção do Plano de Governança, contribuindo também para a elaboração do portfólio de projetos (etapas 2 e 3) do Plano Estratégico para Revitalização Ambiental da Bacia do Rio Cachoeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABARÁ, Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais. Página Inicial. Disponível em: <<http://www.abara.org.br/>>. Acessado em: dezembro de 2016.

Ação Tupinambá. **Serviços**. Disponível em: <<http://acaotupinamba.wixsite.com/acaotupinamba/services>>. Acessado em: janeiro de 2017.

ADAB, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia. **Coordenadorias Regionais**. Disponível em: <<http://www.adab.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15/>>. Acessado em: novembro de 2016.

AMURC, Associação de Municípios da Região Cacaueira. **Conselho Executivo Inicia Debate sobre o PMSB em Barro Preto**. 2015. Disponível em: <<http://www.amurc.com/noticias/2408-conselho-executivo-inicia-debate-sobre-o-pmsb-em-barro-preto.html>>. Acessado em: janeiro de 2017.

APAITO, Associação Beneficente de Cultura Sustentável e Promotora da Pesca e do Artesanato dos Índios Tupinambá de Olivença. Página Inicial. Disponível em: <<http://seminariocaboclomarcelino.blogspot.pt/>>. Acessado em: janeiro de 2017.

ASSEMAE, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento. **Itabuna Conclui Elaboração do PMSB**. 2016. Disponível em: <<http://www.assemae.org.br/noticias/item/1164-itabuna-conclui-elaboracao-do-pmsb>>. Acessado em: dezembro de 2016.

Bahia, Governo do Estado da Bahia. **Catálogo Cooperativas do Estado da Bahia**. SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. SICM - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Salvador, 2012.

Bahia, Governo do Estado da Bahia. **Portal do Governo do Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

Bahia, Governo do Estado da Bahia. **Governador autoriza Embasa a assumir gestão de água em Itabuna**. Disponível em:

<<http://www.ba.gov.br/2016/09/2408/Governador-autoriza-Embasa-a-assumir-gestao-de-agua-em-Itabuna-.html/>>. Acessado em: novembro de 2016b.

Banco Mundial, SEDIR – Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional e CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado Da Bahia - Anexo 3 - Plano de Desenvolvimento Sustentável para Populações Indígenas.** 2013. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/ANEXO_03_-_PLANO_INDIGENA.pdf>. Acessado em: janeiro de 2017.

Brasil, Governo Federal do Brasil. **Convênios por Estado/Município.** Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/ConveniosLista.asp?UF=ba&TipoConsulta=0&CodOrgao=&Orgao=&CodMunicipio=3643&Municipio=&Periodo=>>>. Acessado em: janeiro de 2017.

Buerarema, Prefeitura Municipal de Buerarema. **Blog da Prefeitura Municipal de Buerarema.** Disponível em: <<http://blogprefeituradebuerarema.blogspot.com.br/search/label/Agricultura>>. Acessado em: janeiro de 2017.

Cabruca, Cooperativa Cabruca. **Quem Somos.** Disponível em: <<http://www.cabruca.com.br/a-cooperativa>>. Acessado em: novembro de 2016.

CAR, Companhia de Desenvolvimento e Ação Rural. **A CAR.** Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/institucional/a-car/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

CAR, Companhia de Desenvolvimento e Ação Rural. **Projeto Bahia Produtiva.** Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/Apresentacao_Bahia_Produtiva.pdf>. Acessado em: novembro de 2016b.

CAR, Companhia de Desenvolvimento e Ação Rural. **Editais.** Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/editais/>>. Acessado em: novembro de 2016c.

Cargill. **Sobre a Cargill.** Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/pt/sobre-cargill-brasil/index.jsp>>. Acessado em: dezembro de 2016a.

Cargill. **Relatório Anual 2015**. Disponível em:

<<http://projetos.riccari.com.br/clientes/cargill/2015/pt/destaques>>. Acessado em: dezembro de 2016b.

CBHL, Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste. **Regimento Interno do Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste**. Itororó, 2010.

CDA, Coordenação de Desenvolvimento Agrário. **Missão**. Disponível em:

<<http://www.cda.ba.gov.br/cda/missao.php/>>. Acessado em: novembro de 2016.

CDS-LS, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul. **Planejamento Estratégico 2017-2020**. Disponível em:

<<http://www.amurc.com/apresentacoes.html?download=20:plano-de-trabalho-cds-ls-luciano-veiga&start=20>>. Acessado em: dezembro de 2016.

Centro das Águas. **Centro das Águas – Espaço Cidadão**. Disponível em:

<<http://www.centrodasaguas.com.br/index2.php?pg=conteudo&id=1>>. Acessado em: novembro de 2016.

CEPLAC, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Premiados no Dia Internacional do Cacau destacam suporte técnico da Ceplac**. 2013. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=2095>>. Acessado em: janeiro de 2017.

CEPLAC, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Portal da CEPLAC**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

CEPLAC, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Quem é Quem**. Disponível em:

<<http://www.ceplac.gov.br/paginas/quem/quem.asp?localidade=SUEBA/>>. Acessado em: novembro de 2016b.

CEPLAC, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Ceplac, Mars Cacau e Prefeitura recuperam lavoura de Barro Preto**. Disponível em:

<<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1605>>. Acessado em: novembro de 2016c.

CIMA, Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica. **Nosso Histórico**. Disponível em: <<http://cima.ba.gov.br/article.php?category=historico/>>. Acessado em: novembro de 2016.

CMCC, Centro Mars de Ciência do Cacau. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.marscacau.com.br/web/sobre-o-mccs/quem-somos/>>. Acessado em: novembro de 2016.

CODETER, Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável. **Regimento Interno Território Litoral Sul**. Bahia, 2010.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública do Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>>. Acessado em: janeiro de 2017.

CONDER, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.conder.ba.gov.br/index.php?menu=institucional/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

CONDER, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Obras**. Disponível em: <<http://www.conder.ba.gov.br/obras/>>. Acessado em: novembro de 2016b.

COSTA, T.; MELLO, D.; VIANA, T.; SANTOS, S.; GROSS, E. **Manejo Agroecológico de Cacaueiros em Áreas de Cabruca**. Instituto Cabruca. Ilhéus, 2013.

EGUIAS, Guia de Serviços e Empresas. **Página Inicial**. Disponível em: <<http://eguias.net/>>. Acessado em: janeiro de 2017.

EMBASA, Empresa Baiana de Águas e Saneamento. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.embasa.ba.gov.br/institucional/embasa/apresentacao/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

EMBASA, Empresa Baiana de Águas e Saneamento. **Áreas de Atuação**. Disponível em: <http://www.embasa.ba.gov.br/institucional/embasa/area_atuacao/>. Acessado em: novembro de 2016b.

FAEB, na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia. **Sindicatos**. Disponível em: <<http://faeb.org.br/index.php?id=173>>. Acessado em: janeiro de 2017.

FEPESBA, Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia. **Colônias de Pescadores**. Disponível em: <<http://www.fepesba.com.br/colonias-de-pescadores/>>. Acessado em: janeiro de 2017.

Floresta Viva, Instituto. **Página Inicial**. Disponível em: <<http://www.florestaviva.org.br/>>. Acessado em: novembro de 2016.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Terras Indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acessado em: janeiro de 2017a.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Terra Indígena Caramuru/Paraguassu**. Disponível em: <<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/experiencias-em-gestao/terra-indigena-ca/>>. Acessado em: janeiro de 2017b.

Fuquim, S. **O papel do sindicato dos trabalhadores rurais**. Viajus. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1304>>. Acessado em: novembro de 2016.

Geohidro e Sondotécnica. **Zoneamento Ecológico-Econômico – Montagem Final dos Cenários – Vol. 8**. Salvador, 2013.

GOMES, A. **Estrutura do mercado de camarão pescado em Ilhéus, Bahia, Brasil: características e peculiaridades**. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara. 2007.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Identidade Organizacional**. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/acesso-a-informacao/identidade-organizacional/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Atribuições**. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/acesso-a-informacao/atribuicoes/>>. Acessado em: novembro de 2016b.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **O Instituto**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstitut/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Nossas Competências**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/nossascompetencias/>>. Acessado em: novembro de 2016b.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. Disponível em: <<http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/>>. Acessado em: janeiro de 2017.

IESB, Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia; Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Universidade Federal Fluminense. **Levantamento da Cobertura Vegetal Nativa do Bioma Mata Atlântica**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://ambienteduran.eng.br/system/files/publicador/PUBLICACOES/MATA%20ATLANTICA%20relatorio_final.pdf>. Acessado em: janeiro de 2017.

IF Baiano, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Salvador, 2014.

Ilhéus, Município de Ilhéus. **Universidade Livre do Mar e da Mata**. Disponível em: <http://www.ilheus.ba.gov.br/Materia_especifica/6509/>. Acessado em: novembro de 2016.

INEMA, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Unidades Regionais**. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/quem-somos-2/casas-do-meio-ambiente/>>. Acessado em: novembro de 2016.

Instituto Arapyaú. **Relatório de Atividades 2015**. São Paulo, 2016.

Instituto Cabruca. **Institucional – Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.cabruca.org.br/institucional.php>>. Acessado em: novembro de 2016.

Instituto Nossa Ilhéus. **3ª Edição do Fórum das Águas apresentará ações sustentáveis**. Disponível em: <<http://nossailheus.org.br/3a-edicao-do-forum-das-aguas-apresentara-acoes-sustentaveis/>>. Acessado em: novembro de 2016b.

Instituto Nossa Ilhéus. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://nossailheus.org.br/quem-somos/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

Itabuna, Prefeitura Municipal de Itabuna. Extrato do Convênio Nº 008/2014. 2014.

Disponível em:

<<http://itabuna.ba.io.org.br/contasPublicas/download/641518/353/2014/4/publicacoes/0D210390-F7F6-5CC2-EC6AF4C47A035ABC.pdf>>. Acessado em: janeiro de 2017.

Itapetinga, Prefeitura Municipal de Itapetinga. **Plano Municipal de Saneamento**

Básico Tem Início em Itapetinga. 2016. Disponível em:

<<http://www.itapetinga.ba.gov.br/?p=430>>. Acessado em: janeiro de 2017.

Lobão, D. **Agroecossistema Cacaueiro da Bahia: Cacau-Cabruca e Fragmentos Florestais na Conservação de Espécies Arbóreas**. Tese de Doutorado em Agronomia/Produção Vegetal – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2007.

Marteletto, R.M. **Análise de Redes Sociais – Aplicação nos Estudos de Transferência da Informação**. Revista Ciência da Informação, Brasília. V. 30, n.º 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Nedets**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23/Nedets.pdf>.

Acessado em: novembro de 2016.

MMA, Ministério do Meio Ambiente e ME, Ministério da Educação. **Educação Ambiental. Por um Brasil Sustentável**. Brasília, 2014.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Programas do MMA**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/programas-mma/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/>>. Acessado em: novembro de 2016b.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Convênios FNMA 1990 a 2014**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80124/Convenios%20FNMA%201990%20A%202014-SITE1.pdf>>. Acessado em: novembro de 2016c.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/juventude/>>. Acessado em: novembro de 2016d.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Programa Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/>>. Acessado em: novembro de 2016e.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Estratégia do Programa Nacional de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros**. Brasília, 2016f.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Bacias Hidrográficas**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/agua/bacias-hidrograficas/>>. Acessado em: novembro de 2016g.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Florestas**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/florestas/programa-nacional-de-florestas/>>. Acessado em: novembro de 2016h.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Corredores Ecológicos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projeto-corredores-ecologicos/>>. Acessado em: novembro de 2016i.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Recuperação de Áreas Degradadas**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/8705-recupera%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%A1reas-degradadas/>>. Acessado em: novembro de 2016j.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/>>. Acessado em: novembro de 2016k.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/conselhos/conselhos.cfm>>. Acessado em: novembro de 2016l.

MOURA, Gustavo. **Problemática Ambiental e Estrutura de Gestão em Palmas (TO)**. Faculdade Alves Faria – Dissertação de Mestrado. Goiânia, 2011.

MPBA, Ministério Público do Estado da Bahia. **Núcleo Mata Atlântica – NUMA**. Disponível em: <<https://www.mpba.mp.br/area/ceama/numa/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

MPBA, Ministério Público do Estado da Bahia. **Promotorias Regionais do NUMA**. Disponível em: <<https://www.mpba.mp.br/area/ceama/promotorias-regionais-do-numa/>>. Acessado em: novembro de 2016b.

NEDET, Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. **NEDET**. Disponível em: <<http://portaldosdados.info/wordpress/nedet-2/>>. Acessado em: novembro de 2016.

OCA, Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica. **Página Inicial**. Disponível em: <<http://ocamataatlantica.blogspot.pt/>>. Acessado em: novembro de 2016.

PBH, Prefeitura de Belo Horizonte. **Portal da Prefeitura de Belo Horizonte/MG**. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=salaestudante&lang=pt_BR&pg=5341&tax=14662>. Acessado em: novembro de 2016.

SAAE Ibicaraí, Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Ibicaraí. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://saaeibicarai.com.br/quem-somos/>>. Acessado em: novembro de 2016.

SAAE Itapetinga, Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Itapetinga. **Portal do SAAE Itapetinga**. Disponível em: <<http://www.saaeitapetinga.com.br/>>. Acessado em: novembro de 2016.

SDR, Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Portal da Secretaria de Desenvolvimento Rural**. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br>>. Acessado em: novembro de 2016a.

SDR, Secretaria de Desenvolvimento Rural. **A BAHATER - Apresentação**. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br>>. Acessado em: novembro de 2016b.

SDR, Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Cacau e chocolate da agricultura familiar da Bahia vão brilhar em Paris.** 2016c. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/2016/10/1183/Cacau-e-chocolate-da-agricultura-familiar-da-Bahia-vaio-brilhar-em-Paris.html>>. Acessado em: janeiro de 2017.

SEAD, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Linhas de Financiamento do Plano Nacional de Crédito Fundiário.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/linhas-de-financiamento-do-pncf/>>. Acessado em: novembro de 2016.

SEAGRI, Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Buerarema e Ilhéus ganham fábrica de farinha de mandioca.** 2008. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2008/06/11/buerarema-e-ilh%C3%A9us-ganham-f%C3%A1brica-de-farinha-de-mandioca>>. Acessado em: janeiro de 2017.

SEAGRI, Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Cozinha agroindustrial é inaugurada em assentamento de Ibicaraí.** 2012. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2012/02/01/cozinha-agroindustrial-%C3%A9-inaugurada-em-assentamento-de-ibicara%C3%AD>>. Acessado em: janeiro de 2017.

SEAGRI, Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Missão.** Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/content/miss%C3%A3o-0/>>. Acessado em: novembro de 2016a.

SEAGRI, Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Regimento.** Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/regimento>>. Acessado em: novembro de 2016b.

SEAGRI, Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Catálogo de Produtos da Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/content/catalogo-dos-produtos-da-agrifam>>. Acessado em: janeiro de 2017.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cooperativa do Sul da Bahia Ganha Plano de Marketing**. 2013. Disponível em:

<<http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/cooperativa-do-sul-da-bahia-ganha-plano-de-marketing,297bb59616206410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>.

Acessado em: janeiro de 2017.

SEC, Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Portal da Secretaria de Educação do Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://www.educacao.ba.gov.br>>.

Acesso em: dezembro de 2016.

SECOM, Secretaria de Comunicação Social. **Fábrica de chocolates da agricultura familiar recebe novos investimentos do Estado**. 2015. Disponível em:

<<http://www.secom.ba.gov.br/2015/10/128470/Fabrica-de-chocolates-da-agricultura-familiar-recebe-novos-investimentos-do-Estado.html>>. Acesso em: janeiro de 2017.

SEDUR, Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia**. Salvador, 2014.

SEDUR, Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **Regimento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano**. Salvador, 2016.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Histórico**.

Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=471>. Acesso em: novembro de 2016.

SEIA, Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos. **Projeto SEIA**. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/institucional/projeto-seia/>>. Acesso em: novembro de 2016.

SEMA, Secretaria do Meio Ambiente. **Portal da Secretaria do Meio Ambiente**.

Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br>>. Acesso em: novembro de 2016.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento e SEMA, Secretaria do Meio Ambiente.

Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar. Disponível em:

<<http://www.zee.ba.gov.br/zee/>>. Acesso em: novembro de 2016.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento. **Organograma**. Disponível em:
<<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11/>>.
Acessado em: novembro de 2016a.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento. **Política Territorial**. Disponível em:
<<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51/>>.
Acessado em: novembro de 2016b.

Setenta, W. e Lobão, D. **Conservação Produtiva. Cacao por mais 250 anos**.
Itabuna, Bahia, 2012.

SFB, Serviço Florestal Brasileiro. **Portal do Serviço Florestal Brasileiro**. Disponível
em: <<http://www.florestal.gov.br/>>. Acessado em: novembro de 2016.

SICAR, Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. **O que é o Cadastro
Ambiental Rural**. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/#!/sobre/>>. Acessado em:
novembro de 2016.

SIHS, Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. **Regimento da Secretaria
de Infraestrutura Hídrica e Saneamento**. Disponível em:
<<http://www.sihb.ba.gov.br/arquivos/File/DECRETO16656RegimentoSIHS.pdf/>>.
Acessado em: novembro de 2016a.

SIHS, Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. **Organograma**. Disponível
em: <<http://www.sihb.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16/>>.
Acessado em: novembro de 2016b.

SUEBA, Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da
Bahia. **Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da
Bahia**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/paginas/SUEBA/SUEBA.asp/>>.
Acessado em: novembro de 2016.

UESC, Universidade Estadual de Santa Cruz. **Nossa História**. Disponível em:
<http://www.uesc.br/a_uesc/index.php?item=conteudo_historia.php/>. Acessado em:
novembro de 2016.

UFSB, Universidade Federal do Sul da Bahia. **Página Inicial**. Disponível em:
<<http://www.ufsb.edu.br/>>. Acessado em: novembro de 2016.

UPB, União dos Municípios da Bahia. **Lenildo Santana destacou a ideia de inclusão e desenvolvimento do Setaf para o Litoral Sul.** Disponível em:

<<http://upb.org.br/noticias/lenildo-santana-destacou-a-ideia-de-inclusao-e-desenvolvimento-do-setaf-para-o-litoral-sul/>>. Acessado em: novembro de 2016.

WWF, *Word Wide Fund*. **O que é uma RPPN?** Disponível em:

<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/o_que_rppn/>. Acessado em: janeiro de 2017.

Legislação

BAHIA, Decreto Estadual nº 16.656, de 22 de março de 2016. **Aprova o Regimento da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2016.

BAHIA, Decreto Estadual nº 8.877, de 19 de janeiro de 2004. **Aprova o Regimento da Secretaria da Educação.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2004.

BAHIA, Decreto Estadual nº 9.935, de 22 de março de 2006. **Cria o Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste - CBHL e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2006.

BAHIA, Lei Delegada nº 08, de 09 de julho de 1974. **Reorganiza a Secretaria do Planejamento, Ciência e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 1974.

BAHIA, Lei Delegada nº 30, de 03 de março de 1983. **Autoriza a instituição de empresa pública, sob a denominação de Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 1983.

BAHIA, Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2006.

BAHIA, Lei Estadual nº 11.612, de 08 de outubro de 2009. **Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2009.

BAHIA, Lei Estadual nº 12.056, de 07 de janeiro de 2011. **Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2011.

BAHIA, Lei Estadual nº 12.212, de 04 de maio de 2011. **Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2011.

BAHIA, Lei Estadual nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014. **Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2014.

BAHIA, Lei Estadual nº 2.929, de 11 de maio de 1971. **Cria a Secretaria do Saneamento e Recursos Hídricos do Estado e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 1971.

BAHIA, Lei Estadual nº 3.163, de 04 de outubro de 1973. **Cria, na Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, o Conselho Estadual de Proteção Ambiental, CEPRAM e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 1973.

BAHIA, Lei Estadual nº 6.344, de 05 de dezembro de 1991. **Institui a Universidade Estadual de Santa Cruz e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 1991.

BAHIA, Lei Estadual nº 6.812, de 18 de janeiro de 1995. **Cria a Secretaria da Cultura e Turismo, introduz modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 1995.

BAHIA, Lei Estadual nº 7.439, de 18 de janeiro de 1999. **Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 1999.

BAHIA, Lei Estadual nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002. **Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2002.

BAHIA, Lei Estadual nº 8.631, de 12 de junho de 2003. **Altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Universidade do Estado da Bahia, determina o remanejamento dos cargos de provimento efetivo da extinta Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CEPED, e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 2003.

BARRO PRETO. Decreto Municipal n.º 213, de 05 de novembro de 2014. **Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Barro Preto, BA, 2014.

BARRO PRETO. Decreto Municipal n.º 250, de 02 de junho de 2015. **Dispõe sobre a criação e constituição do Grupo de Trabalho Local para subsidiar a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Barro Preto, BA, 2015.

BARRO PRETO. Decreto Municipal n.º 262, de 17 de agosto de 2015. **Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDMRS e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Barro Preto, BA, 2015.

BARRO PRETO. Lei Municipal n.º 454, de 01 de julho de 2013. **Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDMRS e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Barro Preto, BA, 2013.

BARRO PRETO. Lei Municipal n.º 464, de 07 de maio de 2014. **Dispõe sobre a regulamentação, estrutura administrativa e organizacional do Conselho Municipal de Educação de Barro Preto, e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Barro Preto, BA, 2014.

BARRO PRETO. Lei Municipal n.º 482/2015, 18 de dezembro de 2015. **Institui o Código Municipal de Meio Ambiente, dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA, do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUMMA, estabelece os instrumentos para gestão ambiental municipal e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Barro Preto, BA, 2015.

BRASIL, Decreto n.º 3.420, de 20 de abril de 2000. **Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas – PNF, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2000.

BRASIL, Decreto n.º 4.297, de 10 de julho de 2002. **Regulamenta o artigo 9º, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2002.

BRASIL, Decreto n.º 8.852, de 20 de setembro de 2016. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2016.

BRASIL, Lei Federal 11.284, de 02 de março de 2006. **Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2006.

BRASIL, Lei Federal n.º 7.797, de 10 de julho de 1989. **Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1989.

BRASIL, Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005. **Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2005.

BRASIL, Lei Federal nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. **Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2007.

BRASIL, Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de**

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2008.

BRASIL, Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2009.

BRASIL, Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Estabelece normas gerais sobre a Proteção da Vegetação Nativa, incluindo Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais, o controle e prevenção dos incêndios florestais, e a previsão de instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2012.

BRASIL, Lei Federal nº 12.818, de 05 de junho de 2013. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2013.

BRASIL, Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1981.

BRASIL, Lei Federal nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. **Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1989.

BRASIL, Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1997.

BRASIL, Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1999.

BRASIL, Portaria do Ministério do Meio Ambiente n.º 365, de 27 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2015.

BRASIL, Portaria Interministerial nº 390, de 18 de novembro de 2015. **Institui o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente – PNJMA.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Brasília. Distrito Federal, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. **Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2011.

BUERAREMA. Decreto Municipal n.º 211, de 15 de dezembro de 2016. **Nomeia os membros titulares e suplentes indicados pelos Órgãos e Entidades Representativas do Sistema Municipal do Meio Ambiente – SISMUMA, nele representado, para comporem o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMUMA.** Diário Oficial do Município. Buerarema, BA, 2016.

BUERAREMA. Lei Municipal n.º 720, de 05 de julho de 2016. **Dispõe sobre a instituição/reformulação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS - e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Buerarema, BA, 2016.

BUERAREMA. Lei Municipal n.º 723, de 12 de dezembro de 2016. **Institui o Código Municipal de Meio Ambiente, dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA, do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMA, estabelece os instrumentos para gestão ambiental municipal e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Buerarema, BA, 2016.

BUERAREMA. Lei Municipal n.º 726, de 28 de dezembro de 2016. **Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do município de Buerarema para o exercício financeiro de 2017.** Diário Oficial do Município. Buerarema, BA, 2016.

FIRMINO ALVES. Lei Municipal n.º 426, de 06 de maio de 2015. **Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico.** Diário Oficial do Município. Firmino Alves, BA, 2015.

FIRMINO ALVES. Lei Municipal n.º 435, de 26 de dezembro de 2016. **Estima a receita e fixa despesa do orçamento anual do Município de Firmino Alves para o exercício financeiro de 2017.** Diário Oficial do Município. Firmino Alves, BA, 2016.

FLORESTA AZUL. Decreto Municipal n.º 067, de 27 de novembro de 2014. **Nomeia os Membros do Conselho Municipal das Cidades – CMC e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Floresta Azul, BA, 2014.

FLORESTA AZUL. Lei Municipal n.º 427, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Código Municipal em Defesa do Meio Ambiente, dispõe sobre o sistema Municipal do Meio Ambiente de Floresta Azul estado da Bahia, e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Floresta Azul, BA, 2011.

FLORESTA AZUL. Lei Municipal n.º. 456, de 19 de novembro de 2014. **“Cria o Conselho Municipal das Cidades-ConCidades do Município de Floresta Azul – BA e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Floresta Azul, BA, 2014.

FLORESTA AZUL. Lei Municipal n.º. 474, de 12 de dezembro de 2016. **Estima a receita e fixa despesa do orçamento anual do Município de Floresta Azul para o exercício financeiro de 2017.** Diário Oficial do Município. Floresta Azul, BA, 2016.

IBICARAÍ. Decreto Municipal n.º 163, de 02 de dezembro de 2013. **Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Ibicaraí, BA, 2013.

IBICARAÍ. Lei Municipal n.º 920, de 18 de outubro de 2013. **Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Ibicaraí, BA, 2013.

IBICARAÍ. Lei Municipal n.º 978, de 14 de dezembro de 2015. **Institui o Código Municipal de Meio Ambiente, dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA, do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMA, estabelece os instrumentos para gestão ambiental municipal e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Ibicaraí, BA, 2015.

IBICARAÍ. Lei Municipal n.º 474, de 12 de dezembro de 2016. **Estima a receita e fixa despesa do orçamento anual do Município de Ibicaraí para o exercício financeiro de 2017.** Diário Oficial do Município. Ibicaraí, BA, 2016.

ILHÉUS. Decreto Municipal n.º 5/2015, de 10 de fevereiro de 2015. **Nomeia os conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Ilhéus.** Diário Oficial do Município. Ilhéus, BA, 2015.

ILHÉUS. Decreto Municipal n.º 53/2016, de 22 de julho de 2016. **Nomeia os conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal da Boa Esperança.** Diário Oficial do Município. Ilhéus, BA, 2016.

ILHÉUS. Lei Municipal n.º 3.510, de 13 de dezembro de 2010. **Institui o Código Ambiental do Município de Ilhéus, dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Ilhéus, BA, 2010.

ILHÉUS. Lei Municipal n.º 3.855, de 29 de dezembro de 2016. **Estima a receita e fixa despesa do orçamento anual do Município de Ilhéus para o exercício financeiro de 2017.** Diário Oficial do Município. Ilhéus, BA, 2016.

ITABUNA, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Itabuna. **Resolução Normativa n.º 001/2011.** Diário Oficial do Município. Itabuna, BA, 2011.

ITABUNA, Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itabuna. **Resolução Normativa n.º 001/2011.** Diário Oficial do Município. Itabuna, BA, 2011.

ITABUNA. Lei Municipal n.º 2.376, de 02 de janeiro de 2017. **Estima a receita e fixa despesa do orçamento anual do Município de Itabuna para o exercício financeiro de 2017.** Diário Oficial do Município. Itabuna, BA, 2017.

ITAJU DO COLÔNIA. Decreto Municipal n.º 27B/2016, de 09 de maio de 2016. **Dispõe sobre nomeação dos membros do Conselho municipal de Desenvolvimento Sustentável-CMDS e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Itaju do Colônia, BA, 2016.

ITAJU DO COLÔNIA. Decreto Municipal n.º.26B/2015, de 18 maio de 2015. **Nomeia membros do Comitê de Coordenação e o Comitê do Município de Itaju do Colônia para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras Providências.** Diário Oficial do Município. Itaju do Colônia, BA, 2015.

ITAJU DO COLÔNIA. Lei Municipal n.º 546, de 8 de outubro de 2013. **Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS no âmbito do Município de Itaju do Colônia e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Itaju do Colônia, BA, 2013.

ITAJU DO COLÔNIA. Lei Municipal n.º 550, de 02 de fevereiro de 2014. **Institui o Código Municipal em Defesa do Meio Ambiente, dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente de Itaju do Colônia Estado da Bahia e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Itaju do Colônia, BA, 2014.

ITAJU DO COLÔNIA. Lei Municipal n.º 575, de 30 de novembro 2016. **Estima a receita e fixa despesa do orçamento anual do Município de Itaju do Colônia para o exercício financeiro de 2017.** Diário Oficial do Município. Itaju do Colônia, BA, 2016.

ITAJU DO COLÔNIA. Lei Municipal n.º 576, de 14 de dezembro de 2016. **Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Itaju do Colônia e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Itaju do Colônia, BA, 2016.

ITAPÉ. Decreto Municipal n.º 927, de 01 de março de 2016. **Nomeia os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e, dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Itapé, BA, 2016.

ITAPÉ. Lei Municipal n.º 539, de 26 de dezembro de 2016. **Institui o Código Municipal de Meio Ambiente, dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA, do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMA, estabelece os instrumentos para gestão ambiental municipal, e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Itapé, BA, 2016.

ITAPÉ. Lei Municipal n.º 541, de 29 de dezembro de 2016. **Estima a receita e fixa despesa do orçamento anual do Município de Itapé para o exercício financeiro de 2017.** Diário Oficial do Município. Itapé, BA, 2016.

ITAPETINGA. **Lei Orgânica do Município de Itapetinga**. Itapetinga, BA, 1990.

ITORORÓ. Decreto Municipal n.º 049/2016, de 30 de junho de 2016. **Nomeia Secretário de Urbanismo e Infraestrutura do Município de Itororó – Bahia, e dá outras providências**. Diário Oficial do Município. Itororó, BA, 2016.

ITORORÓ. Decreto Municipal n.º 144/2013, de 02 de setembro de 2013. **Nomeia membros do Comitê de Coordenação e o Comitê do Município de Itororó para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras Providências**. Diário Oficial do Município. Itororó, BA, 2013.

ITORORÓ. Lei Municipal n.º 872, de 16 de setembro de 2013. **Dá nova redação ao artigo 4º da Lei Municipal 589/2000 e dá outras providências**. Diário Oficial do Município. Itororó, BA, 2013.

ITORORÓ. Lei Municipal n.º 907, de 15 de dezembro de 2016. **Estima a receita e fixa despesa do orçamento anual do Município de Itororó para o exercício financeiro de 2017**. Diário Oficial do Município. Itororó, BA, 2016.

ITORORÓ. **Lei Orgânica do Município de Itororó**. Itororó, BA, 2000.

JUSSARI. Decreto Municipal n.º 174/2013, de 22 de março de 2013. **Membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente**. Diário Oficial do Município. Jussari, BA, 2013.

JUSSARI. Lei Municipal n.º 319, de 30 de janeiro de 2013. **Dispõe sobre a Reforma Administrativa, define a estrutura organizacional básica do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Jussari e dá outras providências**. Diário Oficial do Município. Jussari, BA, 2013.

JUSSARI. Lei Municipal n.º 334, de 09 de outubro de 2013. **Dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS e dá outras providências**. Diário Oficial do Município. Jussari, BA, 2013.

SANTA CRUZ DA VITÓRIA. Decreto Municipal n.º 017/2016, de 28 de abril de 2016. **Altera o Decreto nº 019/2010, que constitui o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente COMDEMA**. Diário Oficial do Município. Santa Cruz da Vitória, BA, 2016.

SANTA CRUZ DA VITÓRIA. Decreto Municipal n.º 029/2016, de 25 de julho de 2016. **Nomeia os membros para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Santa Cruz da Vitória, BA, 2016.

SANTA CRUZ DA VITÓRIA. Decreto n.º 035/2016, de 14 de outubro de 2016. **Nomeia os membros para compor o Conselho Municipal das Cidades (Concidades) e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Santa Cruz da Vitória, BA, 2016.

SANTA CRUZ DA VITÓRIA. Lei Municipal n.º 545, de 04 de junho de 2013. **Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDs e dá outras providências.** Diário Oficial do Município. Santa Cruz da Vitória, BA, 2013.

SANTA CRUZ DA VITÓRIA. Lei Municipal n.º 590, de 02 de junho de 2016. **Dispõe Sobre a Criação do Conselho Municipal da Cidade de Santa Cruz da Vitória/Ba e Dá Outras Providências.** Diário Oficial do Município. Santa Cruz da Vitória, BA, 2016.

SANTA CRUZ DA VITÓRIA. Lei Municipal n.º 573, de 30 de janeiro de 2015. **Altera os Anexos I e III da Lei de Estrutura Nº 570/2014 e Dá Outras Providências.** Diário Oficial do Município. Santa Cruz da Vitória, BA, 2015.

SANTA CRUZ DA VITÓRIA. Lei Municipal n.º 598, de 16 de dezembro de 2016. **Estima a receita e fixa despesa do orçamento anual do Município de Santa Cruz da Vitória para o exercício financeiro de 2017.** Diário Oficial do Município. Santa Cruz da Vitória, BA, 2016.

APÊNDICES

Página deixada intencionalmente em branco

APÊNDICE A – Fichas de experiências socioambientais

Página deixada intencionalmente em branco

Experiência nº 01			
Projeto Meninos Guerreiros			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
20/10/2016	Andamento	2012	-
Tema Geral/ Tema Específico			
AMBIENTAL / SOCIAL / Educação ambiental			
Abrangência		Município	
Municipal		Ilhéus	
Latitude		Longitude	
14°48'32.2"S		39°01'31.2"W	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Jovens / Urbano e Rural / Estudantes			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
MARAMATA – Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata			
Recursos			
Material reciclável, livros sobre as questões ambientais e salas para realizar as atividades			
Parcerias			
Escolas públicas do município			
Fonte de Financiamento			
Pública (Municipal)			
Breve Descrição da Experiência			
Através de parceria com escolas públicas da região, crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social são selecionadas para participar do Projeto Meninos Guerreiros. Esse programa possui como principal objetivo promover a sensibilização de menores sobre a necessidade de cuidar e preservar o meio ambiente, através do estímulo à leitura sobre questões ambientais e oficinas de confecção de brinquedos com material reciclável. Nesse programa também são ministrados minicursos sobre educação ambiental e áreas afins.			

Experiência nº 02			
Museu do Mar e da Capitania			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
20/10/2016	Andamento	2012	-
Tema Geral/ Tema Específico			
AMBIENTAL / SOCIAL / Educação Ambiental			
Abrangência		Município	
Municipal		Ilhéus	
Latitude		Longitude	
14°48'32.2"S		39°01'31.2"W	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Jovens / Urbano e Rural / Estudantes			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
MARAMATA – Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata			
Recursos			
Material de exposição e espaço físico para exposição do material			
Parcerias			
Escolas públicas da região			
Fonte de Financiamento			
Pública (Municipal)			
Breve Descrição da Experiência			
A MARAMATA mantém na sua sede, desde o ano 2012, o Museu do Mar e da Capitania, que possui um cunho cultural e ambiental. O material em exposição é dividido em dois setores: o biológico, que dispõe de espécies animais marinhos conservados, como peixes, aves, répteis e diversos outros; e a parte da capitania que conta a história de Ilhéus através de fotografias e antiguidades. Esse museu é aberto ao público de todas as idades, porém a grande maioria das visitas que recebe é de excursões com escolas reunindo crianças e adolescentes.			

Experiência nº 03			
Projeto Retalhos Criativos			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
20/10/2016	Andamento	2014	-
Tema Geral/ Tema Específico			
AMBIENTAL / SOCIAL / Reciclagem			
Abrangência		Município	
Municipal		Ilhéus	
Latitude		Longitude	
14°48'32.2"S		39°01'31.2"W	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Mulheres / Adultos e Idosos / Urbano e Rural / Todos			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
MARAMATA – Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata			
Recursos			
Objetos domésticos e demais utensílios que perderam sua utilidade, material de costura e local para realizar as atividades			
Parcerias			
-			
Fonte de Financiamento			
Pública (Municipal)			
Breve Descrição da Experiência			
O Projeto Retalhos Criativos, aberto em 2014 pela MARAMATA, tem por objetivo capacitar mulheres que residem no município, através de oficinas, na execução de atividades artesanais. Essas atividades são realizadas por meio do reaproveitamento de materiais que seriam descartados e acabam se transformando em panos de prato, de chão, colchas, bolsas, roupas, porta-chaves, peças de decoração, entre outros. Após conferida nova utilidade para esses materiais, eles são vendidos e convertidos em mais uma fonte de renda para as participantes, e por se tratar de produtos confeccionados manualmente utilizando materiais reciclados também são agregados valores ecológicos.			

Experiência nº 04			
Certificação "Tree to Bar" Sul da Bahia			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
22/10/2016	Andamento	2016	-
Tema Geral/ Tema Específico			
AMBIENTAL / ECONÔMICO / SOCIAL / Certificação de produto de origem sustentável			
Abrangência		Município	
Regional		Todos os 54 municípios que estão dentro da Indicação Geográfica Sul da Bahia	
Latitude		Longitude	
14°47'04.8"S		39°13'25.8"W	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Adultos / Rural / Produtores rurais			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior da região)			
Proponente			
Associação de Produtores de Chocolate do Sul da Bahia			
Recursos			
Recursos humanos (técnicos, cientistas e agricultores), recursos logísticos (veículos) e recursos informáticos (computadores)			
Parcerias			
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			
Fonte de Financiamento			
Pública e Privada			
Breve Descrição da Experiência			
A Certificação "Tree to Bar" Sul da Bahia se constitui no processo de certificação de chocolates artesanais produzidos no sul da Bahia a partir do estabelecimento de parâmetros e índices de sustentabilidade, que vão desde a forma de condução das lavouras cacaueiras, colheita, pós-colheita e industrialização, além de parâmetros sociais e ambientais como a qualidade de vida do produtor rural (moradia, educação e acesso aos meios de comunicação) e o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos das atividades produtivas relacionadas. Esta Certificação ainda se encontra em fase de busca por financiamentos para implementação e escolha de uma instituição que tenha condições de possuir papel certificador.			

Experiência nº 05			
Centro das Águas – Espaço Cidadão			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
23/10/2016	Concluído	2010	-
Tema Geral/ Tema Específico			
AMBIENTAL / SOCIAL / Educação e sensibilização ambiental			
Abrangência		Município	
Municipal		Itabuna	
Latitude		Longitude	
14°47'25.0"S		39°16'17.5"W	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Todos / Urbano e Rural / Sociedade Civil			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
Prof. ^a MSc. Maria Luzia de Mello			
Recursos			
Materiais de consumo (pendrive, materiais de papelaria, mídias, etc.)			
Parcerias			
Rotary Club de Itabuna TV Santa Cruz UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira ACI – Associação Comercial de Itabuna OAB – BA (Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia) AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Itabuna EMASA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento Loja Maçônica de Itabuna Prefeitura de Itabuna UNIME – União Metropolitana de Educação e Cultura			
Fonte de Financiamento			
Pública e Privada			

Experiência nº 05
Centro das Águas – Espaço Cidadão
Breve Descrição da Experiência
O Centro das Águas – Espaço Cidadão é um espaço de convivência e sensibilização para com as questões ambientais do município, bem como a atual situação do Rio Cachoeira, além de socialização de informações, através de leituras, pesquisas e diálogos. O espaço tem à disposição livros, revistas e publicações temáticas sobre o Meio Ambiente, tendo como foco principal, a Bacia do Rio Cachoeira, constituindo-se em uma ferramenta para levar consciência, aprendizado e respeito ao Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O Centro possui como principais metas: • A sensibilização da comunidade para as questões ambientais; • A criação de um espaço de apoio para a educação não formal e formal no município; • A divulgação e socialização de informações atualizadas; • Debater a profundidade de pesquisa e conhecimento acerca dos Recursos Hídricos do município e região. A metodologia de trabalho do Centro assenta no estímulo ao pensamento crítico e inovador, de maneira formal e não formal, com vistas a envolver as comunidades de moradores e outros usuários nas discussões de seus problemas socioeconômicos e ambientais de forma a capacitá-los na compreensão e busca de alternativas para solucioná-los. Ainda, confere-se ao Centro as seguintes atribuições: • Acompanhamento das ações através de relatórios, instrumentos de avaliação, reuniões e seminários; • Desenvolvimento de atividades especiais, com ações práticas, que garantam a mobilização permanente dos diversos seguimentos; • Desenvolvimento de dinâmicas cognitivas (mini oficinas) para construção do conhecimento ambiental e da integração entre os participantes; • Realização de seminários itinerantes e participativos.
Material Complementar
http://www.centrodasaguas.com.br/index.php?pg=principal

Experiência nº 06			
Fórum Permanente das Águas			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
23/10/2016	Andamento	2014	-
Tema Geral/ Tema Específico			
AMBIENTAL / SOCIAL / Debate de propostas para revitalização ambiental e hídrica			
Abrangência		Município	
Municipal		Itabuna	
Latitude		Longitude	
Não definido (itinerante)		Não definido (itinerante)	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Todos / Urbano e Rural / Sociedade Civil			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
Centro das Águas – Espaço Cidadão			
Recursos			
Recursos informáticos e gráficos (computadores, projetores, mídias, painéis, cartazes, <i>folders</i> , etc.)			
Parcerias			
-			
Fonte de Financiamento			
Pública (Municipal) e Privada			
Breve Descrição da Experiência			
O Fórum Permanente das Águas é um evento anual realizado a partir da união de entidades governamentais e civis sensibilizadas com a degradação acentuada do rio Cachoeira em Itabuna. Se constitui num evento para o debate e diálogo interinstitucional e apresentação de projetos e ideias que baseiem ações concretas de revitalização do rio Cachoeira.			

Experiência nº 07			
Comitê Produtores de Água			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
24/10/2016	Andamento	2016	-
Tema Geral/ Tema Específico			
AMBIENTAL / Gestão de recursos hídricos e meio ambiente			
Abrangência		Município	
Regional		Municípios do Litoral Sul da Bahia	
Latitude		Longitude	
14°47'42.1"S		39°16'43.9"W	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Adultos / Urbano e Rural / Sociedade Civil, gestores, agricultores e outros usuários de água			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior dos municípios)			
Proponente			
AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia			
Recursos			
Recursos humanos (gestores e técnicos), materiais de consumo (pendrive, materiais de papelaria, mídias, etc.) e material permanente (computador, mobiliário, etc.)			
Parcerias			
Centro das Águas – Espaço Cidadão UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira Prefeituras municipais			
Fonte de Financiamento			
Pública e Privada			

Experiência nº 07
Comitê Produtores de Água
Breve Descrição da Experiência
O principal objetivo da criação do Comitê Produtores de Água é a promoção de programas e projetos estruturantes voltados à produção de água no sul da Bahia, constituindo-se em um núcleo de gestão e diálogo, composto por células de ação e execução. A ideia central é incentivar os produtores rurais a adotarem boas práticas de proteção e conservação da água e do solo, em contrapartida de incentivos financeiros, não financeiros e assistência técnica gratuita. Como objetivos específicos, busca: I) Apresentar o marco legal da participação dos municípios neste contexto; II) Criar as bases para elaboração e políticas de Pagamento por Serviços Ambientais municipal; III) Criação de um comitê gestor de criação de água dos municípios; IV) Incentivar parcerias e desenvolvimento de gestão compartilhada e participativa; V) Reunir subsídios para o planejamento e gestão das propriedades rurais (como o CEFIR, ZEE, e outras ações focais).

Experiência nº 08			
Projeto Paisagístico do Rio Cachoeira – perímetro urbano			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
24/10/2016	Andamento	2014	-
Tema Geral/ Tema Específico			
AMBIENTAL / SOCIAL / Requalificação de área urbana			
Abrangência		Município	
Municipal		Itabuna	
Latitude		Longitude	
14°47'25.0"S		39°16'17.5"W	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Todos / Urbano / Sociedade Civil			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
Centro das Águas – Espaço Cidadão			
Recursos			
Recurso Humanos (paisagistas e voluntários) e materiais de consumo (adubo, pás, tesouras, etc.)			
Parcerias			
Prefeitura Municipal de Itabuna FICC – Fundação de Cultura e Cidadania – FICC OAB – BA (Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia) ACEI – Associação Comercial e Empresarial de Itabuna CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Itabuna – CDL Rotary Clube Itabuna FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências Empresa DPA Nestlé			
Fonte de Financiamento			
Pública e Privada			

Experiência nº 08
Projeto Paisagístico do Rio Cachoeira – perímetro urbano
Breve Descrição da Experiência
Projeto Paisagístico na Praça do Rio Cachoeira (às margens do rio de mesmo nome) no perímetro urbano de Itabuna faz parte do projeto de recuperação da bacia do Rio Cachoeira que, entre outras metas, pretende melhorar a paisagem ao longo do leito do rio que corta a cidade. O plantio das árvores envolveu alunos de escolas do município, que além de terem ajudado a plantar as mudas, receberam informações sobre a importância das árvores para o equilíbrio ecológico. A pretensão do projeto é envolver mais crianças, doando mudas para que elas mesmas possam plantar – fortalecendo a percepção dos mais jovens sobre a problemática socioambiental no município e sensibilizando os usuários dos espaços públicos no que se refere à importância de ambientes arborizados. No âmbito do projeto, está previsto o plantio de cerca de 360 mudas, entre árvores e arbustos.
Material Complementar
http://centrodasaguas.com.br/docs/Projeto_Paisagistico_do_Rio_Cachoeira-Perimetro_Urbano.pdf http://www.centrodasaguas.com.br/docs/planta.jpg

Experiência nº 09			
Biblioteca das Águas – Sala Verde			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
24/10/2016	Andamento	2014	-
Tema Geral/ Tema Específico			
SOCIAL / Educação ambiental			
Abrangência		Município	
Municipal		Itabuna	
Latitude		Longitude	
14°47'25.0"S		39°16'17.5"W	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Todos / Urbano e Rural / Estudantes			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
Centro das Águas – Espaço Cidadão			
Recursos			
Material bibliográfico (livros, cartilhas, etc.)			
Parcerias			
MMA – Ministério do Meio Ambiente			
Fonte de Financiamento			
Pública (Federal)			
Breve Descrição da Experiência			
A Biblioteca das Águas se constitui num espaço de socialização de bibliografia pertinente sobre meio ambiente e educação ambiental, aberta ao público interessado, nomeadamente estudantes. A viabilidade da Biblioteca das Águas está ligada ao Projeto Sala Verde, coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais centros de informação e formação ambiental, através da doação de livros, cartilhas, manuais, <i>folders</i>, etc.			
Material Complementar			
http://www.centrodasaguas.com.br/index2.php?pg=conteudo&id=4 http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes			

Experiência nº 10			
Projeto "Consumir com Consciência"			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
26/10/2016	Andamento	2014	-
Tema Geral/ Tema Específico			
AMBIENTAL / SOCIAL / Educação ambiental			
Abrangência		Município	
Municipal		Floresta Azul	
Latitude		Longitude	
14°51'34.6"S		39°39'16.6"W	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Jovem / Urbano / Estudantes			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Floresta Azul			
Recursos			
Recursos humanos (professores / pedagogos)			
Parcerias			
Paviservice – Serviço de pavimentação LTDA.			
Fonte de Financiamento			
Pública (Municipal)			
Breve Descrição da Experiência			
O projeto "Consumir com Consciência" foi uma iniciativa da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Floresta Azul em parceria com a Paviservice – serviço de pavimentação LTDA. Este projeto buscou conscientizar alunos de escolas públicas do município de Floresta Azul sobre os problemas ambientais causados pelo excesso de geração de resíduos, nomeadamente o uso de copos descartáveis no consumo diário de água – incentivando-os, assim, a substituir o uso de copos descartáveis por copos individuais, não descartáveis.			

Experiência nº 11			
Programa Pau-brasil (PPb)			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
25/10/2016	Andamento	2003	-
Tema Geral/ Tema Específico			
Ambiental e Econômico / Conservação produtiva			
Abrangência		Município	
Estadual		Itabuna (sede)	
Latitude		Longitude	
Do local sede da experiência 14°47'30.19"S		Do local sede da experiência 39°16'35.90"O	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Todos / Todos / Urbano e rural / Todos			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior da região)			
Proponente			
FUNPAB – Fundação Pau Brasil			
Recursos			
Recursos técnicos; Sementes e mudas do Pau-brasil; Logística			
Parcerias			
Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) International Pernambuco Conservation <i>Initiative Germany</i> (IPCI-DEUTSCHLAND) International Pernambuco Conservation Initiative USA (IPCI-USA) <i>Confederation of Craftsman and Users of Natural Resources</i> (COMURNAT) Associação Brasileira de <i>Archetários</i> (ABA) Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) Escolas públicas da região			
Fonte de Financiamento			
Pública (Municipal) e Privada			

Experiência nº 11
Programa Pau-brasil (PPb)
Breve Descrição da Experiência
Programa Pau-brasil, estabelecido em 2003, possui como finalidade a promoção da conservação produtiva e uso sustentável da árvore pau-brasil (<i>Caesalpinia echinata</i>). Para concretizar os seus objetivos são realizadas diversas atividades como: pesquisa; mobilização; extensão; ensino e; fomento ao plantio. Dentre essas atividades realizadas é possível citar a distribuição de sementes do pau-brasil nas escolas regionais para que os estudantes possam plantar essas sementes e aprender mais da história da árvore e a sua importância para o país.

Experiência nº 12			
Programa Florestal			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
25/10/2016	Andamento	2016	-
Tema Geral/ Tema Específico			
Ambiental e Social / Reflorestamento			
Abrangência		Município	
Nacional		Itabuna (sede)	
Latitude		Longitude	
14°47'36.39"S		39°16'23.12"O	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Ambos gêneros / Todos / Rural / Todos			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
Instituto Biofábrica de Cacau			
Recursos			
Técnico; material biológico (Mudas e sementes); Logístico			
Parcerias			
Governo do Estado da Bahia CEPLAC UESC UFSB EMBRAPA Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA)			
Fonte de Financiamento			
Pública (Estadual)			
Breve Descrição da Experiência			
O Programa Florestal da Biofábrica tem como principais finalidades promover a educação ambiental de proprietários rurais, fomentar a recomposição da mata ciliar e a criação de corredores ecológicos. Para isso, foram realizadas marcações de árvores matrizes e coletas de sementes, com o objetivo de criar um banco de sementes com qualidade garantida. Através de eventos e parcerias será promovida educação ambiental no público em geral e principalmente com agricultores familiares para que sejam utilizadas as sementes e mudas produzidas para a revegetação das nascentes e das margens dos rios.			

Experiência nº 13			
Projeto Barro Preto			
Data da Pesquisa	Situação Atual	Ano de início	Ano de Término
21/11/2016	Andamento	2010	-
Tema Geral/ Tema Específico			
Econômico / Conservação Produtiva			
Abrangência		Município	
Municipal		Barro Preto (sede)	
Latitude		Longitude	
14°48'27.2"S		39°28'22.2"O	
Público-alvo - Gênero / Idade / Localidade / Público Foco			
Ambos gêneros / Todos / Rural / Trabalhadores			
Natureza da Iniciativa			
Endógena (iniciativa parte de interior do município)			
Proponente			
Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Barro Preto			
Recursos			
Sem informação			
Parcerias			
CEPLAC			
Mars Cacau			
Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Barro Preto			
Fonte de Financiamento			
Privado/ Público (Federal)			
Breve Descrição da Experiência			
O Projeto Barro Preto tem como objetivo, por meio da orientação e educação dos produtores rurais, resgatar a agrossilvicultura (a prática de cultivo de árvores em conjunto com culturas agrícolas ou com a criação de animais), por meio do uso racional da terra, promovendo o fortalecimento do solo, além da preservação das nascentes dos rios e de toda a biodiversidade.			

Página deixada intencionalmente em branco

APÊNDICE B – Entrevistas institucionais realizadas

Página deixada intencionalmente em branco

Entrevista n.º	001/2016
Data/Hora:	17/10/2016 10:31
Entidade:	Prefeitura Municipal de Ilhéus
Presentes:	
Alex Assis Coutinho – Gerente ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Fiscalização e licenciamento ambiental.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Condicionar em processos de licenciamento ambiental a necessidade de programas de recuperação de área degradadas para atividades de potencial poluidor como: lavra de substâncias minerais, supressão de vegetação; – Fiscalizar o atendimento dos Programas de Recuperação de Área Degradadas vinculados ao licenciamento ambiental ou de compensações ambientais provenientes de termo de ajuste de conduta e infrações ambientais; – Atendimento de denúncias referente a supressão de vegetação sem a devida autorização ambiental.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
Produção de cartilha, programas de recuperação de áreas degradadas, recuperação de praças, qualificação técnica dos analistas de licenciamento e fiscais ambientais, apoio a eventos de cunho ambiental: audiência pública do parque estadual da Ponta da Tulha e avaliação de encerramento do projeto Corredores Ecológicos. Para autorização de corte de árvores em áreas públicas ou privadas o requerente era obrigado a fornecer 10 mudas nativas para cada exótica suprimida ou nativa que estava proporcionando risco a população.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
Instituto Floresta Viva.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
Atlântica Consultoria, Folius Consultoria, AF Ambiental e o Instituto Floresta Viva.	

Entrevista n.º	001/2016
Data/Hora:	17/10/2016 10:31
Entidade:	Prefeitura Municipal de Ilhéus
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Conservação: fiscalização ambiental; – Recuperação: financiamento a fundo perdido.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Realizar uma fiscalização integrada com todos os entes federativos competentes; – Melhorar a política estadual junto aos agentes financiadores.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Qualificar os órgãos de extensão rural, tornar efetivo a política de pagamento por serviços ambientais no estado.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Instituto Floresta Viva.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
Recuperação em alta escala, uso de pastagem ecológica, implantação do programa de pagamento de serviços ambientais: serviços hidrológicos e sequestro de carbono. Produção de mudas em alta escala, formação de banco e rede de sementes. Qualificação de associações de agricultura familiar para identificação de matrizes; coleta, armazenamento, quebra de dormência e produção de mudas seminais e por estaquia e enxertia.	

Entrevista n.º	002/2016
Data/Hora:	19/10/2016 16:50
Entidade:	Instituto Nossa Ilhéus – Ilhéus
Presentes:	
Maria do Socorro Mendonça – Diretora do Instituto Nossa Ilhéus	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Território Litoral Sul, com ações a partir de Ilhéus.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Incentivo ao fortalecimento da democracia, através do apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de cunho socioambiental; – Incentivo a ações ligadas à cidadania e participação pública em ações do governo; – Apoio no desenvolvimento de programas e projetos socioambientais; – Monitoramento social no que tange o acompanhamento de programas e projetos socioambientais; – Acompanhamento e incentivo ao comprometimento dos órgãos públicos, principalmente as prefeituras municipais, em implementar programas e projetos socioambientais (com ênfase no Pagamento por Serviços Ambientais).	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Participação no Programa Cidades Sustentáveis e de metas ambientais dos municípios; – Participação direta na construção do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) de Ilhéus; – Mobilização social e institucional para construção do programa Produtores de Água (projeto estagnado); – Elaboração da Lei e formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, do qual a diretoria do Instituto Nossa Ilhéus é presidente; – Participação no Conselho da Cidade; – Participação no Conselho do meio ambiente de Ilhéus; – Participação em eventos e conferências ligadas a ações de cunho socioambiental; – Mediação na atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Solidário Sustentável; – Participação no Conselho da Câmara de turismo da costa do cacau; – Elaboração da Lei de resíduos sólidos do município de Ilhéus.	

Entrevista n.º	002/2016
Data/Hora:	19/10/2016 16:50
Entidade:	Instituto Nossa Ilhéus – Ilhéus
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– Centro das Águas; – Instituto Floresta Viva; – CEPLAC; – UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz; – UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia; – Instituto Pensar Cacau (IPC); – Associação dos Produtores de Cacau (APC); – Prefeitura Municipal de Ilhéus.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Prefeituras municipais do Território Litoral Sul (principalmente do município de Ilhéus); – Secretarias municipais; – AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira; – Consórcio Território Litoral Sul; – CIMA – Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica; – UESC; – UFSB; – IFBA; – Ministério Público Estadual e Federal; – CEPLAC.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Limitações financeiras, no sentido de escassez de recursos para a área socioambiental, sobretudo proveniente de entidades financiadoras não governamentais; – Acreditação e estímulo às entidades financiadoras, no que se refere à sensibilização para a importância de projetos e programas socioambientais; – Interferências políticas / corrupção.	

Entrevista n.º	002/2016
Data/Hora:	19/10/2016 16:50
Entidade:	Instituto Nossa Ilhéus – Ilhéus
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
O principal desafio assenta na carência de conhecimento em sua ampla concepção, sobretudo no sentido de conhecimento como ferramenta transformadora e preparatória para formação do indivíduo como cidadão, o que confere por consequência à falta de comprometimento e discernimento sobre as questões socioambientais e o pertencimento ao “todo” (visão ecossistêmica de participação de um conjunto social e ambiental compartilhado).	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Melhoria na qualidade da educação em sua ampla concepção, incluindo a exploração das potencialidades individuais dos cidadãos, conferindo-lhes melhor discernimento e concepção de vida e de entendimento do ambiente ao seu redor; – Melhoria na divulgação de ações socioambientais, na tentativa de sensibilizar as pessoas para as questões relacionadas a este tema; – Incentivo ao empreendedorismo e aos programas de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais).	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Teatro Popular de Ilhéus (através de críticas às condições de degradação ambiental e da importância da recuperação ambiental); – Comunidade Tia Marita (Organização Cultural); – Associação de Turismo de Ilhéus; – Terreiro Matamba Tombeci Neto (atuante na preservação das matas); – Fundação Pau Brasil; – AMURC; – Fazenda Yrerê (atuante na educação ambiental e turismo de preservação).	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Educação de qualidade, através da formação de cidadãos comprometidos com o meio socioambiental onde estão inseridos; – Investimentos em programas de PSAs e respectivas indicações de fontes de financiamento; – Melhoria na transparência dos órgãos públicos, através da disponibilização de informação à sociedade sobre como funciona o sistema de governo, proporcionando à mesma confiabilidade em cobrar dos gestores ações, programas, projetos e investimentos.	

Entrevista n.º	002/2016
Data/Hora:	19/10/2016 16:50
Entidade:	Instituto Nossa Ilhéus – Ilhéus
Observações:	
– Comenta que existe, em Ilhéus, o Parque Municipal da Boa Esperança, o qual possui um plano de manejo (desatualizado). São 437 hectares de mata primária, formando inclusive um mini-corredor ecológico até o Parque Serra do Conduru, e a APA Lagoa Encantada (que liga os dois parques). Comenta ainda que a EMBASA, emergencialmente, vem captando água no Parque devido à crise hídrica pela qual a região tem passado nos últimos meses. – Comenta que, uma vez que o município de Itabuna lança mais de 90% de seus efluentes domésticos <i>in natura</i> diretamente no rio Cachoeira, a prefeitura local capta água de Ubaitaba e da APA do Pratigi, localizados a grandes distâncias se comparados aos corpos hídricos locais (os quais poderiam suprir a demanda para abastecimento, não fosse a poluição); – Fala sobre o projeto “Perguntação”, uma parceria entre a UESC e o Instituto Nossa Ilhéus, planejamento para 2017, que visará à criação do Observatório do Litoral Sul Mais Sustentável, a formação de gestores e a formação de professores.	

Entrevista n.º	003/2016
Data/Hora:	20/10/2016 8:30
Entidade:	MARAMATA – Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata (Ilhéus)
Presentes:	
Luís Frederico – Presidente da MARAMATA	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Litoral Sul e Baixo Sul do Estado da Bahia.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Educação ambiental; – Apoio a programas de gestão de resíduos sólidos no município de Ilhéus, através do projeto “Retalhos Criativos” (projeto itinerante, onde ocorrem palestras sobre microplásticos e seus impactos na biologia marinha).	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Projeto Meninos Guerreiros - estímulo à leitura sobre questões ambientais e oficinas de confecção de brinquedos com material reciclável para crianças em situação de risco; – Projeto MARAMATA nas escolas (estímulo à leitura sobre questões ambientais e reciclagem) – Execução de minicursos sobre educação ambiental e áreas afins; – Expedição Rumo ao Mato Virgem – expedição de canoagem que subiu o rio Cachoeira mostrando os problemas socioambientais existentes.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– IESB (atualmente a instituição está estagnada); – Instituto Floresta Viva; – Instituto Nossa Ilhéus.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
Instituto Floresta Viva e o Instituto Nossa Ilhéus.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Espaço físico.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Reintegrar as pessoas envolvidas nos programas e projetos socioambientais de maneira digna na sociedade; – Alcance de resultados efetivos.	

Entrevista n.º	003/2016
Data/Hora:	20/10/2016 8:30
Entidade:	MARAMATA – Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata (Ilhéus)
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Melhoria na educação ambiental.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Instituto Nossa Ilhéus.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
Trabalhar no combate à poluição.	

Entrevista n.º	004/2016
Data/Hora:	20/10/2016 10:30
Entidade:	Cooperativa Cabruca (fundada em 2001)
Presentes:	
Mark Nuscheler – Presidente e produtor da Cooperativa Cabruca	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Com sede em Ilhéus, a Cooperativa possui 31 cooperados nos municípios de Ilhéus, Una, Uruçuca, Itacaré, Buerarema, Barro Preto e Pau Brasil.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Conservação de fragmentos de mata atlântica através do cultivo orgânico de cacau cabruca.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
Apoia produtores agrícolas na obtenção de certificação para produção orgânica de cacau cabruca.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
Instituto Floresta Viva.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
Instituto Mahle (no setor de agricultura orgânica e biodinâmica).	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Recursos financeiros; – Burocracia para emissão de licenças de funcionamento e operação das entidades.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Legado negativo de cooperativismo negativo na região; – Falta de apoio em ações socioambientais, principalmente referente à agricultura orgânica.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Tratamento de efluentes domésticos, principalmente em Itabuna; – Reflorestamento das margens ciliares e de outras áreas prioritárias para conservação; – Educação ambiental.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
O entrevistado não tem conhecimento de entidades mais atuantes/dinâmicas na região.	

Entrevista n.º	004/2016
Data/Hora:	20/10/2016 10:30
Entidade:	Cooperativa Cabruca (fundada em 2001)
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Reflorestamento; – Preservação de nascentes; – Educação ambiental; – Saneamento.	

Entrevista n.º	005/2016
Data/Hora:	21/10/2016 10:15
Entidade:	Ministério Público Estadual (MPE) – sediado na UESC, Rodovia Ilhéus-Itabuna
Presentes:	
Yuri Lopes de Melo – Promotor de justiça regional do meio ambiente e Coordenador do Núcleo da Mata Atlântica no MPE	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Estadual, e neste caso, nas promotorias que abrangem as regiões da Costa das Baleias, Costa do Descobrimento, Costa do Cacau, Costa do Dendê e o Litoral Norte. Esta promotoria [do Rio Cachoeira] vai de Itabuna até Ibicaraí.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Fiscalização; – Ideia de que se tenha uma ação mais ativa, em termos de fazer convênio; – Tem convênio pra recuperação de nascentes e vem apoiando outras iniciativas neste sentido; – Há cobrança pela formação e regularização do CBH Leste.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Encontro das águas; – Projeto de nascentes do Rio Almada e RPPN (municípios de Almadina e Itajuípe).	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; – Centro das Águas e seus participantes.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
Atua em todas as vertentes da Sociedade Civil: – Polícia; – INEMA; – IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; – Organizações Não Governamentais; – Cooperativas – Indústrias produtoras.	

Entrevista n.º	005/2016
Data/Hora:	21/10/2016 10:15
Entidade:	Ministério Público Estadual (MPE) – sediado na UESC, Rodovia Ilhéus-Itabuna
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Falta de políticas públicas adequadas; – Má gestão e falta de foco dos órgãos públicos; – Fiscalização precária; – Falta de comprometimento dos gestores públicos; – É preciso uma reformatação no sistema público, sobretudo dos órgãos ambientais, que são muito burocráticos.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Burocracia; – O Rio Cachoeira pega uma parte muito grande desmatada de pasto (Itapé, Floresta Azul e Ibicaraí) e isso dificulta as ações de recuperação; – Esgoto de Itabuna em estado crítico.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– PSA não financeiros (proteção de nascentes em vez, cuja moeda de troca é a documentação – PRAD, CEFIR, regularização da propriedade etc.) – Sugere melhoria nos sistemas de cobrança e repasse de verba para programas e projetos de revitalização, sobretudo de nascentes;	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Centro das Águas.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Políticas públicas efetivas, com orçamentos adequados, bem definidas, de longo prazo e de apoio ao ator rural que deverá executar a revitalização efetiva; – Fiscalização; – Disponibilização de verbas e fontes de financiamento; – Outorgas para usar essa verba na revitalização.	

Entrevista n.º	005/2016
Data/Hora:	21/10/2016 10:15
Entidade:	Ministério Público Estadual (MPE) – sediado na UESC, Rodovia Ilhéus-Itabuna
Observações:	
– Existe um problema de areia, que é um bem da União, e não existe fiscalização, principalmente no município de Salgado. É um problema recorrente (Ibicaraí, Floresta Azul, Itapé e outros municípios do Oeste Baiano); – Há um tópico específico no código florestal que fala de PSA (cf. Art. 41, Inciso 2, D).	

Entrevista n.º	006/2016
Data/Hora:	21/10/2016 14:00
Entidade:	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Itabuna)
Presentes:	
1	António César Zugaib – Assessor de Planejamento da CEPLAC
2	Demóstenes Lordello de Carvalho – Fiscal Agropecuário da CEPLAC
3	Flávio Leopoldino – Engenheiro Florestal, Coordenador de cursos em engenharia civil e engenharia ambiental da Faculdade de Tecnologias e Ciências (FTC) em Itabuna
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
A CEPLAN atua nos Estados da Bahia, Rondônia, Pará, Espírito Santo, Amazonas e Mato Grosso. No Estado da Bahia possui escritórios regionais em Ilhéus, Itabuna, Ibicaraí, Floresta Azul, Itororó e Jussari.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Apoio à produção de cacau no sistema Cabruca, existente há mais de 250 anos, sendo considerado um modelo de agricultura mais sustentável no mundo inteiro, fomentando a conservação das florestas e gerando renda ao mesmo tempo; – Pesquisa e extensão rural visando o aumento da produtividade dos cacauais no sistema de cabruca, incentivando os produtores a manter esse sistema em detrimento de outros mais produtivos; – Cooperação técnica interinstitucional, no sentido de manter e melhorar a qualidade da produção cacaueira.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Realização de pesquisa em parceria com a Fundação Pau Brasil e o Ministério da Agricultura: Busca de material resistente e tolerante a vassoura de bruxa; – Projeto do Pau-brasil: Criação de banco de sementes da árvore Pau-brasil e distribuição das sementes às escolas para que os estudantes as possam plantar e aprender mais da sua história.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– SEMA-BA; – CIMA (Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica); – AMURC.	

Entrevista n.º	006/2016
Data/Hora:	21/10/2016 14:00
Entidade:	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Itabuna)
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Cooperativa Cabruca; – Instituto Cabruca; – CIMA; – SEMA-BA; – INEMA; – AMURC; – CBH Leste.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– O Projeto Técnico de Manejo da Cabruca (PTMC) desenvolvido pela SEMA precisa ser simplificado para facilitar sua utilização pelos cacauicultores regionais; – Baixa produtividade do sistema cabruca quando comparado com outros sistemas; – O relevo acidentado da região dificulta o manejo do cacau cabruca, refletindo na eficiência do sistema; – Carência de mão-de-obra na zona rural, causada principalmente pela falta de incentivos à permanência do homem no campo, dada a má qualidade de vida nessas zonas; – Falta de políticas públicas efetivas, voltadas para a população rural, sobretudo aquelas relacionadas ao empreendedorismo.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Desconhecimento geral das prerrogativas e conceitos dos processos de gestão; – Carência de estruturas de telecomunicações (nomeadamente informática) no meio rural, dificultando o acesso à informação por parte dos produtores e o monitoramento/fiscalização por parte dos órgãos públicos.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Realizar diagnóstico ambiental completo do estado atual da Bacia hidrográfica, como premissa para tomada de decisões e eixos de atuação futuros no âmbito da revitalização e conservação ambiental; – Preservar as nascentes da bacia; – Implantar sistemas de PSA; – Créditos de carbono.	

Entrevista n.º	006/2016
Data/Hora:	21/10/2016 14:00
Entidade:	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Itabuna)
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– INEMA; – CIMA; – Instituto Cabruca; – Instituto Nossa Ilhéus; – Fundação Pau Brasil; – Instituto Floresta Viva.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Conservação das margens dos rios e recuperação da mata ciliar; – Conservação das nascentes; – Despoluição/saneamento; – Sistema de coleta de lixo eficiente e reciclagem; – Educação ambiental.	
Observações:	
– Verificar o documento “Valoração ambiental do sistema cacau cabruca para efeito de crédito rural em Barro Preto”, escrito por António César Zugaib em 2016; – Verificar o Projeto Técnico de Manejo da Cabruca; – Verificar no <i>website</i> da CEPLAC a nota técnica sobre a seca, que foi utilizada pela AMURC para justificar os municípios que decretaram estado de calamidade pública.	

Entrevista n.º	007/2016
Data/Hora:	24/10/2016 08:40
Entidade:	AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia (Itabuna)
Presentes:	
Luciano Veiga – Secretário Executivo da AMURC	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Atua nos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano, contemplando um total de 42 municípios associados.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Desenvolvimento de parcerias com universidades para fomentar discussões sobre os recursos hídricos; – Apoio na captação de recursos para implantação de saneamento básico nos municípios; – Apoio aos municípios na forma de consultoria com a elaboração de decretos de emergência na crise hídrica para estarem aptos a solicitar recursos federais; – Elaboração de melhorias para as formas de captação de água; – Analisar os temas pelo viés político; – Promover a conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Leste, através da sua cadeira como membro no CBH Leste.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Criação do Comitê Produtores de Água do Sul da Bahia; – Participação nas discussões relacionadas aos planos de saneamento básico dos municípios.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– Centro das Águas; – UESC; – UFSB; – Projeto Pau d'água.	

Entrevista n.º	007/2016
Data/Hora:	24/10/2016 08:40
Entidade:	AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia (Itabuna)
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Universidades; – CEPLAC; – MPE; – MPF; – Secretarias de Meio Ambiente e de Agricultura dos municípios associados; – Prefeituras dos municípios associados; – IBAMA; – INEMA; – Instituto Arapyaú; – Centro das Águas e demais entidades ligadas a ele.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Falta de diagnósticos e planos de bacia; – Entidades e Instituições trabalhando de forma isolada; – Necessidade de programas “guarda-chuva” nos campos de saneamento e resíduos sólidos; – Inexistência de marco legal instituindo o PSA; – Desconhecimento da sociedade com a real necessidade de medidas para conservação e recuperação ambiental.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Desenvolver uma cultura cooperativista entre as muitas instituições de pesquisa e tecnologia deste setor, de forma que compartilhem as suas <i>expertises</i> e informações, sincronizando esses agentes em prol de uma política única de desenvolvimento sustentável; – Tornar o desafio comum para todos.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– PSA (Valoração de ativos ambientais) proporcionando incentivos para a preservação do meio ambiente, das APPs dos rios e evitando o desmatamento; – Fomentar a produção do cacau através do sistema cabruca; – Implementação do Observatório de Recursos Hídricos: ação voltada para centralização e disponibilização de todas as informações relacionadas com os recursos hídricos da região, fomentando programas e projetos palpáveis.	

Entrevista n.º	007/2016
Data/Hora:	24/10/2016 08:40
Entidade:	AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia (Itabuna)
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Centro das Águas; – Fundação Abará; – Instituto Floresta viva; – Fundação Pau Brasil; – Instituto Arapyaú; – Organização de Conservação da Terra (OCT) da Fundação Odebrecht.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Criação de políticas do ponto de vista do marco legal; – Políticas de preservação municipais: lei municipal que se faz somar à estadual e federal no sentido de evitar o crescimento urbano nas APPs; – Resolver o problema dos resíduos sólidos (chorume, lixões e contaminação dos leitos); – Educação ambiental (sustentabilidade, importância da preservação de recursos limitados e escassez futura prevista).	
Observações:	
– Projeto “Produtores de Água” (núcleo de ação em água): primeiro observatório de recursos hídricos da Bahia com o objetivo de buscar atores que atuam nos recursos hídricos para formar uma base de dados; – Um problema é a falta de disseminação dos projetos, porque as pessoas não sabem; – Outro problema é o alto custo do diagnóstico não sobrando verbas para outras ações efetivas; – Descontinuidade dos estudos, projetos e programas na região no âmbito socioambiental; – Falta de articulação entre os atores, dificultando as trocas de informações socioambientais – isso remete ao problema do gasto da verba; – Faltam estudos de vazão de qualidade da água; – Recuperação de APPs, quase 100% das margens sem proteção – outro problema é o uso de espécies menos robustas de árvores para o reflorestamento dada a perigosidade das margens; – Crítica: o projeto não passou por uma discussão com o CBH Leste, é um absurdo não passar pelo CBH essa discussão; – Projeto Comitê Produtores de Água do Sul da Bahia, com finalidade de fazer um núcleo de diálogo composto por células de ação e execução; isso quer dizer que puxa as instituições e atividades com <i>expertise</i> em diagnóstico e execução (células), discutindo a produção de água.	

Entrevista n.º	008/2016
Data/Hora:	24/10/2016 08:40
Entidade:	CHB Leste (Itabuna)
Presentes:	
Luciano Veiga – Presidente da CBH Leste	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Atua em 24 municípios do Estado da Bahia: Una, Santa Cruz da Vitória, Barro Preto, Buerarema, Jussari, São José da Vitória, Arataca, Itapé, Ibicarai, Itajuípe, Itabuna, Floresta Azul, Itaju do Colônia, Firmino Alves, Almadina, Uruçuca, Ilhéus, Itororó, Santa Luzia, Coaraci, Caatiba, Itambé, Itapetinga e Canavieiras	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Responsável pela discussão de todos os assuntos relativos ao uso de serviços hídricos na bacia; – Fomentar discussões inerentes a bacia desde o planejamento estratégico até a utilização de seus recursos, primando pela utilização democrática, ecologicamente correta e sustentável.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Criação do Observatório dos Recursos Hídricos da Bacia do Leste (falta fazer a constituição); – Inclusão da Câmara do Comitê Produtores de Água (que especificamente fala da produção de água).	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– Centro das Águas; – UESC; – UFSB; – Projeto Pau d'água.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Universidades; – CEPLAC; – MPE; – MPF; – Prefeituras e Secretarias de Meio Ambiente e de Agricultura dos municípios associados; – IBAMA; – INEMA; – Instituto Arapyaú; – Centro das Águas e demais entidades ligadas a ele.	

Entrevista n.º	008/2016
Data/Hora:	24/10/2016 08:40
Entidade:	CHB Leste (Itabuna)
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Falta de diagnósticos e planos de bacia; – Impossibilidade de captação de recursos provenientes das outorgas de água. Esses recursos não podem ser arrecadados por falta de uma premissa burocrática: o plano de bacias; – Entidades e Instituições trabalhando de forma isolada – Necessidade de programas “guarda-chuva” nos campos de saneamento e resíduos sólidos; – Inexistência de marco legal instituindo o PSA; – Desconhecimento da sociedade com a real necessidade de medidas para conservação e recuperação ambiental.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Desenvolver uma cultura cooperativista entre as muitas instituições de pesquisa e tecnologia deste setor, de forma que compartilhem as suas <i>expertises</i> e informações, sincronizando esses agentes em prol de uma política única de desenvolvimento sustentável; – Tornar o desafio comum para todos.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– PSA (Valoração de ativos ambientais) proporcionando incentivos para a preservação do meio ambiente, das APPs dos rios e evitando o desmatamento; – Fomentar a produção do cacau através do sistema cabruca; – Implementação do Observatório de Recursos Hídricos: ação voltada para centralização e disponibilização de todas as informações relacionadas com os recursos hídricos da região, fomentando programas e projetos palpáveis.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Centro das Águas; – Fundação Abará; – Instituto Floresta viva; – Fundação Pau Brasil; – Instituto Arapyáú; – Organização de Conservação da Terra (OCT) da Fundação Odebrecht.	

Entrevista n.º	008/2016
Data/Hora:	24/10/2016 08:40
Entidade:	CHB Leste (Itabuna)
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Criação de políticas do ponto de vista do marco legal; – Políticas de preservação municipais: lei municipal que se faz somar à estadual e federal no sentido de evitar o crescimento urbano nas APPs; – Resolver o problema dos resíduos sólidos (chorume, lixões e contaminação dos leitos); – Educação ambiental (sustentabilidade, importância da preservação de recursos limitados e escassez futura prevista).	

Entrevista n.º	009/2016
Data/Hora:	24/10/2016 08:40
Entidade:	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul (CDS-LS)
Presentes:	
Luciano Veiga – Coordenador do CDS-LS	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Atua em 26 municípios do Litoral Sul: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Desempenha papel político de discussão sobre desenvolvimento sustentável; – Elabora planos de trabalho para execução de Planos de Saneamento.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Elaboração de Plano de Trabalho para execução de Planos de Saneamento em 21 municípios; – Possui equipe ligada a SEMA que apoia licenciamentos ambientais, evitando poluição direta.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– Centro das Águas; – UESC; – UFSB; – Projeto Pau d'água.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Universidades; – CEPLAC; – MPE; – MPF; – Secretarias de Meio Ambiente e de Agricultura dos municípios associados; – Prefeituras dos municípios associados; – IBAMA; – INEMA; – Instituto Arapyaú; – Centro das Águas e demais entidades ligadas a ele.	

Entrevista n.º	009/2016
Data/Hora:	24/10/2016 08:40
Entidade:	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul (CDS-LS)
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Falta de diagnósticos e planos de bacia; – Entidades e Instituições trabalhando de forma isolada; – Necessidade de programas “guarda-chuva” nos campos de saneamento e resíduos sólidos; – Inexistência de marco legal instituindo o PSA; – Desconhecimento da sociedade com a real necessidade de medidas para conservação e recuperação ambiental.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Desenvolver uma cultura cooperativista entre as muitas instituições de pesquisa e tecnologia deste setor, de forma que compartilhem as suas expertises e informações, sincronizando esses agentes em prol de uma política única de desenvolvimento sustentável; – Tornar o desafio comum para todos.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– PSA (Valoração de ativos ambientais) proporcionando incentivos para a preservação do meio ambiente, das APPs dos rios e evitando o desmatamento; – Fomentar a produção do cacau através do sistema cabruca; – Implementação do Observatório de Recursos Hídricos: ação voltada para centralização e disponibilização de todas as informações relacionadas com os recursos hídricos da região, fomentando programas e projetos palpáveis.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Centro das águas; – Fundação Abará; – Instituto Floresta viva; – Fundação Pau Brasil; – Instituto Arapyaú; – Organização de Conservação da Terra (OCT) da Fundação Odebrecht.	

Entrevista n.º	009/2016
Data/Hora:	24/10/2016 08:40
Entidade:	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul (CDS-LS)
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Criação de políticas do ponto de vista do marco legal; – Políticas de preservação municipais: lei municipal que se faz somar à estadual e federal no sentido de evitar o crescimento urbano nas APPs; – Resolver o problema dos resíduos sólidos (chorume, lixões e contaminação dos leitos); – Educação ambiental (sustentabilidade, importância da preservação de recursos limitados e escassez futura prevista).	

Entrevista n.º	010/2016
Data/Hora:	24/10/2016 12:00
Entidade:	Centro das Águas (ou Associação dos Usuários de Água do Rio Cachoeira)
Presentes:	
Maria Luzia De Mello – Presidente do Centro das Águas	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Criação, execução, e acompanhamento de programas, projetos e ações individuais e coletivas (institucionais privadas) que visem à conservação e preservação dos recursos hídricos na BHRC.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira (ou Programa de Humanização do Rio Cachoeira); – Programa de Revitalização do Riacho Água Branca (afluente do rio Cachoeira em Itabuna); – Projeto paisagístico do Rio Cachoeira – perímetro urbano de Itabuna; – Projeto Bairros Verdes Sustentáveis; – Criação do Fórum Permanente das Águas; – Criação da Conferência das Águas da Bahia; – Criação do <i>website</i> do Centro das Águas – Espaço Cidadão; – Implantação de viveiros de mudas ao longo do rio Cachoeira; – Criação da Biblioteca das Águas – Salas Verdes.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– Instituto Cabruca; – CEPLAC; – UESC; – UFSB.	

Entrevista n.º	010/2016
Data/Hora:	24/10/2016 12:00
Entidade:	Centro das Águas (ou Associação dos Usuários de Água do Rio Cachoeira)
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Associação Comercial de Itabuna; – CDL Itabuna (Câmara de Dirigentes Lojistas de Itabuna); – SINDICOM Itabuna (Sindicato do Comércio Varejista do Município de Itabuna); – Rotary Club de Itabuna; – TV Santa Cruz; – UESC; – Loja Maçônica de Itabuna; – UFSB – OAB – BA (Ordem dos Advogados do Brasil - Bahia) – Lions Club Itabuna Sul – Colégio Sistema; – AMURC; – Prefeitura de Itabuna; – EMASA; – EMBASA.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Falta de apoio governamental para aplicação de programas e projetos; – Pouca atuação do poder público e dos órgãos ambientais.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Aumento da participação e atuação do poder público e dos órgãos ambientais.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Formação do Consórcio Interinstitucional da BHRC, possibilitando a oferta de instrumentos de gestão – e com isso elaborar projetos de revitalização; – Implementação de programas de educação ambiental e práticas sustentáveis em todas as esferas da Educação.	

Entrevista n.º	010/2016
Data/Hora:	24/10/2016 12:00
Entidade:	Centro das Águas (ou Associação dos Usuários de Água do Rio Cachoeira)
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Associação Comercial de Itabuna; – CDL Itabuna (Câmara de Dirigentes Lojistas de Itabuna); – SINDICOM Itabuna (Sindicato do Comércio Varejista do Município de Itabuna); – UESC.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Elaboração do Plano de Bacia de Rio Cachoeira / Plano de Bacia do Leste; – Maior mobilização interinstitucional pela conservação e recuperação da BHRC; – Saneamento básico; – Abolição dos lixões; – Incentivo à criação de cooperativas de reciclagem.	

Entrevista n.º	011/2016
Data/Hora:	25/10/2016 09:45
Entidade:	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Barro Preto
Presentes:	
Professor José Reis Martins – Secretário do Meio Ambiente e Agricultura do Município de Barro Preto	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Barro Preto.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Apoio aos produtores agrícolas do município através de parcerias e estímulo às práticas rurais sustentáveis, como a manutenção do sistema de cacau cabruca, predominante no município.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
Projeto Barro Preto, onde a Secretaria busca apoio das instituições ligadas à preservação da produção de cacau no sistema cabruca no sentido de prestar assistência técnica e extensão rural aos produtores. Este projeto ainda está em fase de desenvolvimento, nunca tendo sido de fato implementado ou avançado.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
CDS-LS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul, que planeja a criação de um aterro sanitário consorciado, com o objetivo de atender os municípios de Itapé, Barro Preto, Ibicaraí, Floresta Azul e Santa Cruz da Vitória.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– CEPLAC; – MARS Cacau; – Instituto Cabruca; – Sindicato Rural de Produtores de Cacau de Barro Preto; – Associação da Pedra Lascada (pequenos produtores de cacau do município); – Associação dos feirantes do município.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Recursos financeiros; – Problemas políticos / vontade política.	

Entrevista n.º	011/2016
Data/Hora:	25/10/2016 09:45
Entidade:	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Barro Preto
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Falta de apoio logístico por parte do município; – Falta de diálogo entre as instituições e entre as próprias secretarias do município.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Melhoria no diálogo interinstitucional, fomentando por sua vez a melhoria da gestão; – Melhor distribuição de recursos entre as secretarias; – Compartilhamento de informações ambientais entre os municípios.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Associação da Pedra Lascada; – MCCA (Centro Mars de Ciência do Cacau).	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
Educação, em todos os seus significados (básica, ambiental e comportamental).	

Entrevista n.º	012/2012
Data/Hora:	25/10/2016 13:50
Entidade:	Sindicato Rural de Itabuna
Presentes:	
Walace Setenta – Presidente do Sindicato Rural de Itabuna	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Itabuna.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Representa os interesses da categoria (produtores rurais) do ponto de vista econômico, social e ambiental. Recentemente, o Meio Ambiente foi inserido no estatuto do Sindicato como prerrogativa fundamental de suas ações; – Busca do desenvolvimento sustentável sob o ponto de vista econômico, ambiental e de cidadania, preservando recursos naturais, paisagísticos, culturais e éticos da lavoura cacaueteira, sobretudo no sistema de cabruca, preservando a mata atlântica.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
O Sindicato ofereceu à região cacaueteira (através de autoria do Presidente) uma proposta de reconstrução da cacauicultura com bases sustentáveis e a reestruturação da base agrária tendo por base o conceito e o método de produção sustentável (cf. “Conservação Produtiva – Cacau por mais 250 anos” publicado por Walace Setenta e Dan Érico Lobão em 2012)	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– Fundação Pau Brasil; – Instituto Viver da Mata.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– UFSB; – UESC; – IFBA; – IFBAIANO; – CEPLAC; – INEMA; – CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional); – Biofábrica de Cacau; – Prefeituras municipais e Secretarias municipais de meio ambiente.	

Entrevista n.º	012/2012
Data/Hora:	25/10/2016 13:50
Entidade:	Sindicato Rural de Itabuna
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Falta de espaço para diálogo com as esferas estadual e federal.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Mudança de paradigmas, conceitos e métodos, tanto no meio rural como na esfera governamental, no que tange as questões ambientais; – Lidar com os interesses políticos que interferem nas tomadas de decisão; – Construção ideológica da base política e cooperativista, que vislumbre o desenvolvimento sustentável.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Implementação de programas e projetos que visem a “conservação produtiva”, despertando interesse econômico e agregação de valores aos produtos rurais da região, sobretudo o cacau; – Reestruturar a base política e educacional sob a ótica ambiental; – Abrir a discussão sobre as problemáticas ambientais.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Não tem nenhuma em específico.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Fortalecimento das bases das cooperativas; – Criação de indústria processadora para o pequeno produtor de base cooperativista (agricultura familiar) para produção de chocolate de qualidade, visando o mercado interno, fortalecendo-o, e oferecendo-o identidade; – Reestruturação da CEPLAC e do governo sob novas bases ambientais; – Saneamento dos municípios; – Incentivo ao cooperativismo na agricultura, ferramenta emancipadora do produtor rural; – Inclusão da educação ambiental nas esferas da educação.	
Observações:	
Curiosidade: a “ferrugem-do-café”, doença devastadora que afeta os cafezais, foi descoberta na região cacaueira, onde os cafés eram plantados em consórcio com cacau (usado para separar as roças).	

Entrevista n.º	013/2016
Data/Hora:	25/10/2016 15:30
Entidade:	Biofábrica de Cacau
Presentes:	
Valdemir José dos Santos – Diretor administrativo-financeiro da Biofábrica de Cacau	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Âmbito nacional. Além do contrato com o Governo do Estado da Bahia, a Biofábrica de Cacau vende mudas para outros estados do Brasil.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Fomentar a utilização de Sistemas Agroflorestais na região; – Fomentar o plantio de árvores para recomposição de matas e formação de corredores ecológicos.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
Programa Florestal	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– UESC; – CEPLAC; – AMURC; – COOPERAST (Cooperativa de Desenvolvimento Territorial).	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– CEPLAC; – UESC; – CDAC; – Sindicato Rural de Itabuna.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Atraso do Governo do Estado da Bahia no repasse de recurso, gerando diversos problemas financeiros, como encargos sociais.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
O principal desafio é a falta de foco em projetos que verdadeiramente podem ser executados, em detrimento daqueles onde se gasta muita verba para realização de diagnósticos, muitas vezes em projetos de grande escala, porém sem ações efetivas de execução e acompanhamento.	

Entrevista n.º	013/2016
Data/Hora:	25/10/2016 15:30
Entidade:	Biofábrica de Cacau
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Sensibilização da população, dos gestores e do governo com a problemática ambiental.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– AMURC; – Fundação Pau Brasil; – Centro das Águas; – “Civilização do cacau” (apesar de não configurar entidade, o entrevistado denomina de “civilização do cacau” todos os atores e agricultores que ajudaram a conservar as matas da região através da manutenção do sistema de produção de cacau cabruca, incluindo aspectos históricos e culturais da cacaicultura).	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Preservação e recuperação das nascentes da BHRC; – Sensibilização da população, dos gestores e do governo com a problemática ambiental.	

Entrevista n.º	014/2016
Data/Hora:	25/10/2016 15:30
Entidade:	CDAC – Centro de Desenvolvimento Agroambiental e Cidadania
Presentes:	
Valdemir José dos Santos – Diretor financeiro do CDAC	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Região cacauzeira do Território Litoral Sul do Estado da Bahia.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Apoio na construção de bases agroambientais sustentáveis e incentivo à aplicação de conceitos correlatos para os protagonistas da agricultura familiar na região, sobretudo relacionados à cultura cacauzeira; – Atua no âmbito filosófico e técnico sobre as questões agroambientais e de conservação produtiva, disseminando esses conhecimentos.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Apoio na recuperação do rio Santa Inês, afluente do rio Cachoeira em Itabuna; – Apoio em ações de cunho socioambiental da prefeitura municipal de Itabuna (na esfera conceitual da conservação produtiva).	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– UESC; – CEPLAC; – AMURC; – COOPERAST.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– CEPLAC; – UESC; – Fundação Pau Brasil; – Sindicato Rural de Itabuna; – ONG Francesa; – CNPC – órgão consultivo, braço Ministério da Agricultura; pensando para atender aos grandes produtores inicialmente, posteriormente transformado em associação.	

Entrevista n.º	014/2016
Data/Hora:	25/10/2016 15:30
Entidade:	CDAC – Centro de Desenvolvimento Agroambiental e Cidadania
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Carência ou inexistência de recursos financeiros para execução de programas e projetos, bem como para o pagamento de mão-de-obra; – Limitações de tempo hábil para execução de programas e projetos.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
O principal desafio é a falta de foco em projetos que verdadeiramente podem ser executados, em detrimento daqueles onde se gasta muita verba para realização de diagnósticos, muitas vezes em projetos de grande escala, porém sem ações efetivas de execução e acompanhamento.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Sensibilização da população, dos gestores e do governo com a problemática ambiental.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– AMURC; – Fundação Pau Brasil; – Centro das Águas; – “Civilização do cacau” (apesar de não configurar entidade, o entrevistado denomina de “civilização do cacau” todos os atores e agricultores que ajudaram a conservar as matas da região através da manutenção do sistema de produção de cacau cabruca, incluindo aspectos históricos e culturais da cacauicultura).	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Preservação e recuperação das nascentes da BHRC; – Sensibilização da população, dos gestores e do governo com a problemática ambiental.	

Entrevista n.º	015/2016
Data/Hora:	25/10/2016 15:30
Entidade:	Fundação Pau Brasil
Presentes:	
Valdemir José dos Santos – Presidente da Fundação Pau Brasil	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
– Atua na Bahia, com foco no Litoral Sul, mas tem potencial para atuar em todo o território nacional; – Houve citação de um trabalho internacional.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Promove a defesa do meio ambiente; – Auxilia agricultores na elaboração de Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e orienta na sua execução; – Executa pesquisas científicas para desenvolvimento de novas tecnologias.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Realização de pesquisa em parceria com a CEPLAC e o Ministério da Agricultura – Busca de material resistente e tolerante a vassoura de bruxa; – Projeto do Pau-brasil: criação de banco de sementes da árvore Pau-brasil, e distribuição das sementes às escolas para que os estudantes possam plantar essas sementes e aprender mais da sua história.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– UESC; – CEPLAC; – AMURC; – COOPERAST.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– CEPLAC; – UESC; – CDAC; – Sindicato Rural de Itabuna.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Disponibilidade de tempo limitada para trabalhar na ONG, causada por limitações financeiras.	

Entrevista n.º	015/2016
Data/Hora:	25/10/2016 15:30
Entidade:	Fundação Pau Brasil
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
O principal desafio é a falta de foco em projetos que verdadeiramente podem ser executados, em detrimento daqueles onde se gasta muita verba para realização de diagnósticos, muitas vezes em projetos de grande escala, porém sem ações efetivas de execução e acompanhamento.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Sensibilização da população, dos gestores e do governo com a problemática ambiental.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– AMURC; – Fundação Pau Brasil; – Centro das Águas; – “Civilização do cacau” (apesar de não configurar entidade, o entrevistado denomina de “civilização do cacau” todos os atores e agricultores que ajudaram a conservar as matas da região através da manutenção do sistema de produção de cacau cabruca, incluindo aspectos históricos e culturais da cacaucultura).	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Preservação e recuperação das nascentes da BHRC; – Sensibilização da população, dos gestores e do governo com a problemática ambiental.	

Entrevista n.º	016/2016
Data/Hora:	26/10/2016 10:00
Entidade:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Floresta Azul
Presentes:	
Valter Rubens Alcântara Santos – Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Floresta Azul	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Floresta Azul.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Fiscalização ambiental; – Orientação ao produtor para aplicação de práticas rurais sustentáveis.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
Projeto “Consumir com Consciência”: projeto de educação ambiental com as escolas do município, em parceria com a Paviservice – Serviço de pavimentação LTDA, iniciado em 2014, onde foi incentivado o uso de copos individuais de vidro ou plástico em detrimento ao uso de copos descartáveis, evitando a geração de resíduos. Além disso, foram implantados microssistemas de horticultura nas escolas.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
CDS-LS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul).	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– CDS-LS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul; – CEPLAC.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Baixo efetivo de pessoal para fiscalização ambiental; – Falta de educação ambiental em todas as esferas da educação.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Gerenciamento de conflitos políticos; – Atuar com pouco número de funcionários e poucos investimentos.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Aumento de corpo técnico-científico nas instituições que atuam na área de conservação/recuperação ambiental.	

Entrevista n.º	016/2016
Data/Hora:	26/10/2016 10:00
Entidade:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Floresta Azul
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Não identificado pelo entrevistado.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Despoluição; – Saneamento; – Educação ambiental.	
Observações:	
Projeto “Consumir com Consciência” (projeto de educação ambiental com as escolas do município, em parceria e financiamento da Paviservice – Serviço de pavimentação LTDA).	

Entrevista n.º	017/2016
Data/Hora:	26/10/2016 11:30
Entidade:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Cruz da Vitória
Presentes:	
José Antônio Sobrinho – Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Cruz da Vitória	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Santa Cruz da Vitória.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Orientar e formar parceiras no desenvolvimento de projetos junto aos produtores rurais; – Sensibilizar a população com causa ambiental, através da promoção da educação ambiental nos colégios e associações.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Recuperação da mata ciliar (ver ação do Centro das Águas); – Implantação de viveiro de mudas em parceria com CEPLAC, SENAR, SEMA e INEMA: criado em 1997 e atualmente desativado, porém pensando em reativar através de apoio das associações.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– INEMA; – CEPLAC.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– INEMA; – CEPLAC; – SEBRAE (através de programas que ensinam o que é reserva legal, proteção de nascentes <i>etc.</i>); – Universidade Estadual do Sudoeste em Itapetinga (através de cursos e exposições agropecuárias); – UESC (curso para pequenos produtores rurais).	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Fiscalização, compromisso da população e a crise hídrica: são necessários poços artesianos e eletricidade; – Falta de educação ambiental.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	

Entrevista n.º	017/2016
Data/Hora:	26/10/2016 11:30
Entidade:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Cruz da Vitória
– Conscientização; – Buscar sustentabilidade do homem do campo e ele tirar proveito disso.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Realizar esclarecimentos, educação ambiental, palestras e apoiar os pequenos produtores para que eles se fixem no campo de forma sustentável.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Nenhuma.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
Realizar esclarecimentos, educação ambiental, palestras e apoiar os pequenos produtores para que eles se fixem no campo de forma sustentável.	

Entrevista n.º	018/2016
Data/Hora:	27/10/2016 08:05
Entidade:	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente de Itororó
Presentes:	
Joel Correia Souza – Assessor técnico de agricultura da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Itororó	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
– Município de Itororó – Municípios de Caatiba e Nova Canaã (a Secretaria atua nestes municípios vizinhos porque há nascentes que contribuem com o rio Colônia neles, nas proximidades da sede de município de Itororó).	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Conscientização da população pela melhoria da qualidade ambiental e hídrica, através da disseminação de práticas sustentáveis; – Fiscalização ambiental.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
– Produção de mudas de essências nativas para doação a proprietários rurais e escolas; – Educação ambiental, através da demonstração de técnicas de reflorestamento em APPs em campo para alunos de escolas municipais.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
A SEMA/BA, através da empresa Suçuarana Ambiental, que realiza o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) no Município de Itororó.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
Suçuarana Ambiental.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Falta de Recursos financeiros, que proporcionariam aumento da capacidade operacional e abrangência das ações, programas e projetos da Secretaria.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Aumento e melhoria na fiscalização ambiental; – Promoção da sensibilização da população para as problemáticas socioambientais.	

Entrevista n.º	018/2016
Data/Hora:	27/10/2016 08:05
Entidade:	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente de Itororó
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Investimentos pesados em ações de reflorestamento de APPs; – Aumento do número de CEFIR; – Promover reuniões/encontros regulares com os proprietários de terra instalados nas zonas com maior número de nascentes, no intuito de conscientizá-los sobre a importância destas zonas, bem como demonstrar os benefícios socioambientais de um ambiente natural saudável (produção de água, por exemplo).	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Não identificado pelo entrevistado.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Realizar CEFIR nos municípios vizinhos à Itororó, sobretudo nas propriedades rurais onde há nascentes que alimentam o Rio Colônia; – Melhoria na quantidade e efetividade de ações de fiscalização ambiental; – Conscientização e educação ambientais, sobretudo no meio rural; – Saneamento.	

Entrevista n.º	019/2016
Data/Hora:	27/10/2016 9:45
Entidade:	Secretaria de Meio Ambiente de Itapetinga
Presentes:	
Rogério Silveira – Secretário de Meio Ambiente de Itapetinga	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Itapetinga.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Fiscalização ambiental; – Produção de mudas em viveiro municipal para doação aos proprietários rurais, visando reflorestamento de APPs; – Aplicação de multas sobre infrações ambientais; – Difusão de práticas rurais sustentáveis.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
Através de convênios com Universidades, a Secretaria oferece palestras e seminários em escolas municipais sobre a importância da preservação do meio ambiente	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– ADAB (Agência de Defesa Agropecuária da Bahia); – Cooleite (Cooperativa de Produtores de Leite de Itapetinga); – Coopardo (Cooperativa Mista do Médio Rio Pardo); – UESB.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– ADAB; – UESB.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Limitações orçamentárias.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Suprir a demanda por fiscalização ambiental, onde o município não dispõe de efetivo suficiente para realizar operações como deveria.	

Entrevista n.º	019/2016
Data/Hora:	27/10/2016 9:45
Entidade:	Secretaria de Meio Ambiente de Itapetinga
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Inserir a educação ambiental em todas as esferas da educação; – Aumento na produção de mudas de essências nativas para replantio em APPs; – Aumento de repasse de recursos por parte da união e do Estado.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Não identificado pelo entrevistado.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Educação ambiental; – Proteção e revitalização de nascentes e matas ciliares; – Aumento de verba pública para elaboração e execução de programas e projetos ambientais, nomeadamente aqueles de revitalização e proteção de APPs.	

Entrevista n.º	020/2016
Data/Hora:	27/10/2016 11:47
Entidade:	Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de Itaju do Colônia
Presentes:	
Rejane Mendes dos Anjos – Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de Itaju do Colônia	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Itaju do Colônia.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Apoio em projetos de licenciamento ambiental, para correta intervenção e atendimento às condicionantes; – Promover educação ambiental; – Incentivar e propor a recuperação de APPs e áreas de reserva legal para proprietários de terra.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
Atividades de educação ambiental nas escolas municipais, através do plantio de árvores nas margens dos rios do município e arborização de áreas urbanas com participação dos alunos.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
CODEMA (Conselho de Meio Ambiente).	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– CODEMA; – Câmara de vereadores de Itaju do Colônia; – Mineração Badin; – CEPLAC.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Limitações orçamentárias; – Resistência, por parte dos proprietários de terra, em cooperar com a recuperação de APPs (apesar de ser lei).	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Conscientizar proprietários de terra de que a revitalização de APPs é um bem para toda a população.	

Entrevista n.º	020/2016
Data/Hora:	27/10/2016 11:47
Entidade:	Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de Itaju do Colônia
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Educação ambiental em todas as esferas da educação; – Ações de sensibilização da população e dos proprietários de terra para as questões ambientais.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Associação de agricultores de Itaju do Colônia; – Associação de moradores de Itaju do Colônia;	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Recuperação de APPs; – Aplicação de recursos (investimento); – Educação ambiental.	

Entrevista n.º	021/2016
Data/Hora:	31/10/2016 11:23
Entidade:	SEAGRIMA – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Itabuna
Presentes:	
Sandro José Costa Lopes – Secretário da SEAGRIMA	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Itabuna.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Elaboração de projetos; – Fiscalização ambiental; – Apoio logístico para subsidiar ações e projetos.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/executou/apoiou)?	
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): apoia pequenos produtores rurais através da doação de alimentos. Existe um paralelo entre a qualidade da alimentação do meio rural e sua qualidade de vida, que interfere diretamente na qualidade do meio urbano. O PAA também atende as escolas, humanizando as pessoas.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/região) na esfera ambiental?	
– UESC; – UFSB; – FTC; – UNIME (União Metropolitana de Educação e Cultura); – AMURC; – CEPLAC.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– UESC; – UFSB; – FTC; – UNIME; – AMURC; – CEPLAC; – Instituto Floresta Viva.	

Entrevista n.º	021/2016
Data/Hora:	31/10/2016 11:23
Entidade:	SEAGRIMA – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Itabuna
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Falta de recurso (verba); – Capacitação técnica; – Aparelhos e materiais de consumo; – Transporte/logística.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Conseguir implementar ações e projetos com poucos recursos e, ao mesmo tempo, dar continuidade a estes processos; – Vencer a barreira política, que despreza as iniciativas socioambientais tomadas em gestões anteriores.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Limpeza dos rios; – Saneamento; – Investimentos em saúde pública; – Investimentos em educação ambiental; – Sensibilização e conscientização ambiental, demonstrando as potencialidades do Rio Cachoeira; – Melhoria na fiscalização ambiental; – Continuidade dos projetos e programas.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Instituto Floresta Viva; – Fundação Marimbeta; – Fundação Grupo Boticário.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Saneamento; – Limpeza dos rios; – Saúde pública.	

Entrevista n.º	022/2016
Data/ Hora:	05/12/2016 09:15
Entidade:	Secretaria de Meio Ambiente de Buerarema
Presentes:	
João Bosco Martins dos Santos – Secretário de Meio Ambiente de Buerarema	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Buerarema	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Incentivo a ações de recuperação de Áreas de Proteção Permanente; – Limpeza dos rios e córregos que cortam o município.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
(nenhum)	
Q4: Existem outros projetos neste território (município/ região) na área ambiental?	
(não identificado pelo entrevistado)	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– AMURC; – INEMA; – CEPLAC.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Falta de verbas para implementação de projetos; – Falta de um Código Ambiental Municipal consolidado; – Pouca ou nenhuma habilitação técnica de servidores municipais para exercer atividades ligadas ao meio ambiente.	
Q7: Quais são os principais desafios de governança neste setor?	
Captação de recursos.	

Entrevista n.º	022/2016
Data/ Hora:	05/12/2016 09:15
Entidade:	Secretaria de Meio Ambiente de Buerarema
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Treinamentos / habilitação de técnicos e servidores municipais para exercer atividades relacionadas a revitalização ambiental; – Consolidação dos Códigos Ambientais Municipais; – Investimentos em educação ambiental; – Repasse de verbas para o fomento a programas ambientais;	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais dinâmicas neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
<i>(não identificado pelo entrevistado)</i>	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Treinamentos / habilitação de técnicos e servidores municipais para exercer atividades relacionadas à revitalização ambiental; – Investimentos em educação ambiental; – Verbas para implementação de programas ambientais;	

Entrevista n.º	023/2016
Data/ Hora:	06/12/2016 14:20
Entidade:	BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
Presentes:	
Francisco Augusto Dias Ramos – Engenheiro Agrônomo	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Litoral Sul da Bahia.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Ações de fomento e incentivo à agricultura com base agroecológica através de implantação de sistemas agroflorestais, recuperação de nascentes e mananciais, recomposição de matas ciliares, realização de CAR e CEFIR e políticas públicas voltadas ao meio ambiente.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
– Programa Produtores de Água (ANA); – CBH-Leste; – Programa Mais Alimentos;	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
– CBH-Leste; – SEMA; – INEMA.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– CBH-Leste; – SEMA; – INEMA; – Instituto Floresta Viva; – Consórcio de Desenvolvimento do Litoral Sul; – Instituto Marambaia; – MARAMATA; – CARE Brasil; – Instituto Cabruca; – UESC; – CEPLAC.	

Entrevista n.º	023/2016
Data/ Hora:	06/12/2016 14:20
Entidade:	BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Compromisso dos atores envolvidos nos processos de revitalização e conservação, além de parcerias e ações entre Estado, municípios e terceiro setor, que vão da captação e gestão de recursos à execução de projetos.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Articular e afinar as ações em conjunto para que as mesmas não se tornem isoladas com os atores envolvidos nos processos e percam sua eficácia diante do objetivo proposto.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Ações e educação ambiental que envolvam o setor público e a população inserindo-as de forma a abranger todo processo e sejam agentes multiplicadores. Em outras palavras, educação contínua e proativa.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– CDS-LS; – CIMA; – BAHATER; – CEPLAC; – UESC.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Saneamento Básico, incluindo criação e ampliação de ETE's para tratamento de esgotos domésticos e industriais; – Recomposição da mata ciliar do terço médio da bacia até sua foz; – Conservação dos corpos d'água e nascentes; – Política territorial de Pagamento por Serviços Ambientais aos "produtores de água".	

Entrevista n.º	024/2016
Data/ Hora:	06/12/2016 13:45
Entidade:	EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Escritório regional de Itabuna
Presentes:	
Daiane Barbosa – Analista de saneamento	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
A entidade atua em toda a Bahia. Na BHRC, atua nos municípios de Itaju do colônia e Itapé.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
<i>(a entrevistada preferiu não responder a esta questão, julgando que a diretoria seria a melhor indicada para responde-la)</i>	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
Possui atividades de educação ambiental junto às prefeituras de Itaju do Colônia e Itapé, organizada anualmente com as escolas municipais.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
<i>(desconhece)</i>	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
Secretarias Municipais de Meio Ambiente	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Resistência, por parte dos proprietários de terras, em aceitar e receber programas de recuperação ambiental, como a proteção e replantio de árvores em APPs.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Conscientização da população e proprietários de terras na preservação e recuperação de APPs; – Implantação de sistemas de esgotamento sanitário; – Regularização das captações de águas; – Implementação de sistemas de cobrança pelo uso das águas.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Implantação de sistemas de esgotamento sanitário; – Regularização das captações de águas; – Implementação de sistemas de cobrança pelo uso das águas;	

Entrevista n.º	024/2016
Data/ Hora:	06/12/2016 13:45
Entidade:	EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Escritório regional de Itabuna
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
(desconhece)	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Eliminar os pastos e recompor as matas ciliares; – Eliminar os lixões das margens dos rios.	

Entrevista n.º	025/2016
Data/ Hora:	06/12/2016 11:15
Entidade:	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Barro Preto
Presentes:	
Libarino Oliveira – Gerente Administrativo	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Barro Preto	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
O SAAE de Barro Preto apenas opera na captação e distribuição de água. Neste sentido, a entidade busca parcerias que venham a promover a recuperação do entorno das nascentes que abastecem os corpos d'água de onde a água é captada.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
(nenhum)	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
– Instituto Abará; – INEMA.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Instituto Abará – INEMA.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Limitações orçamentárias.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Alinhamento de ações de recuperação entre os diferentes organismos que atuam ou podem atuar na revitalização ambiental.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Reflorestamento das matas ciliares próximas das áreas de captação de água; – Melhoria na fiscalização ambiental; – Disponibilização de recursos financeiros para implementação de projetos de revitalização.	

Entrevista n.º	025/2016
Data/ Hora:	06/12/2016 11:15
Entidade:	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Barro Preto
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Instituto Abará	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Reflorestamento das Áreas de Proteção Permanente; – Melhoria na fiscalização ambiental; – Recursos financeiros para implementação de projetos de revitalização.	

Entrevista n.º	026/2016
Data/ Hora:	06/12/2016 09:20
Entidade:	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Jussari
Presentes:	
Edson Alves Santos – Diretor da SAAE de Jussari	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Jussari	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
A entidade não realiza serviços de esgotamento sanitário; apenas captação e distribuição de água. Sendo assim, aceita firmar parcerias (através de projetos) de recuperação de nascentes de onde SAAE capta água.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
(nenhum)	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
– FUNASA; – Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jussari.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
Prefeitura de Jussari.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Falta de fiscalização ambiental por parte dos órgãos competentes, possibilitando o desmatamento de Áreas Prioritárias para Conservação por parte dos pecuaristas.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Fiscalização para combater desmatamento.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Melhorias na fiscalização ambiental; – Educação ambiental nas escolas; – Estatização de APPs.	

Entrevista n.º	026/2016
Data/ Hora:	06/12/2016 09:20
Entidade:	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Jussari
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
FUNASA	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Melhorias na fiscalização ambiental; – Educação ambiental nas escolas.	

Entrevista n.º	027/2016
Data/ Hora:	07/12/2016 08:00
Entidade:	EMASA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Itabuna
Presentes:	
Anderson Alves Santos – Assessor Técnico. Obs: o entrevistado também é vice-presidente do CBH-Leste	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Itabuna	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Basicamente a EMASA capta água para distribuição, sendo o tratamento dos efluentes considerado incipiente (11%).	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
Participa de projetos de educação ambiental, incentivando-os.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
UFSB	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itabuna; – FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências; – CBH-Leste (EMASA tem a vice-presidência); – Fórum Baiano de Comitês de Bacia; – Assento no Conselho de Desenvolvimento Urbano; – ASSEMAE (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento); – UFSB (iniciando parceria); – Rotary Club de Itabuna; – Associação Comercial de Itabuna;	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Limitações financeiras.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Existência de um marco regulatório para o Plano Municipal de Saneamento o plano de Bacia.	

Entrevista n.º	027/2016
Data/ Hora:	07/12/2016 08:00
Entidade:	EMASA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Itabuna
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Cumprimento integral aos 5 instrumentos de gestão hídrica previstos na lei 4933.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
GRAMA (Grupo de Resistência às agressões ao Meio Ambiente).	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
Melhoria e severidade na fiscalização ambiental, sobretudo para a captação de água e controle no lançamento de efluentes, os quais demandam por políticas específicas.	
Observações:	
O entrevistado comenta sobre a dinâmica fluvial do rio Cachoeira, o qual possui satisfatória capacidade de depuração.	

Entrevista n.º	028/2016
Data/ Hora:	20 /12 /2016 11:00
Entidade:	SETAF Litoral Sul
Presentes:	
Marcos Oliveira de Souza – Coordenador da SETAF Litoral Sul	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Região Litoral Sul da Bahia.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
O SETAF é um instrumento novo, com pouco mais de 1 ano de existência. Sendo assim, a forma de atuação da nas áreas de conservação e recuperação ambiental encontram-se no campo das ideias e propostas. Uma destas propostas é capacitação dos agricultores familiares para recuperação de nascentes e matas ciliares, através de oficinas, fomentadas pelos técnicos de assistência técnica e extensão rural que conhecem bem a realidade ambiental local.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
Existe por parte do SETAF Litoral Sul interesse e vontade em apoiar projetos “produtores de água”, ligados à recuperação de nascentes.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
– Associação Abará; – Instituto cabruca; – Instituto Floresta Viva; – Instituto Nossa Ilhéus.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
Associação Abará	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Recursos financeiros.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Articulação e comunicação interinstitucional entre as entidades ligadas à conservação e recuperação ambiental.	

Entrevista n.º	028/2016
Data/ Hora:	20 /12 /2016 11:00
Entidade:	SETAF Litoral Sul
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Criação de uma agenda comum entre as entidades ligadas à conservação, recuperação, fiscalização e educação; – maior atuação dos órgãos ambientais estaduais (no âmbito da comunicação e fiscalização), incluindo a oferta de insumos e equipamentos para melhoria e ampliação desta atuação; – Investimentos em educação ambiental.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Associação Abará; – Instituto cabruca; – Instituto Floresta Viva; – Instituto Nossa Ilhéus.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Investimentos em educação ambiental; – Comunicação interinstitucional; – Recomposição das matas ciliares principalmente nas microbacias e micronascentes; – Saneamento básico e implantação de Estações de Tratamento de Esgoto; – Tratamento de resíduos sólidos; – Investimentos em fiscalização.	

Entrevista n.º	029/2016
Data/ Hora:	20/12/ 2016 14:30
Entidade:	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS
Presentes:	
José Olímpio Moraes – Diretoria de Revitalização das Bacias	
Cássio Luiz da Silva Discarde – Coordenador de obras de conservação	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Todo território do estado Bahia, prioritariamente nos rios estaduais.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Ações integradas e permanentes para promover o uso sustentável dos recursos naturais, em especial recursos de água e solo.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
Amigos da água – Consiste na realização de palestras nos municípios e elaboração de cartilhas sobre sustentabilidade com foco na problemática do município, teve início em 2015. Dentro do contexto da BHRC foi realizado nos municípios de Ilhéus e Itabuna.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
– EMBASA; – SERB.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– SEMA; – INEMA; – SEDUR.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Recursos financeiros.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Integrar a comunidade nos desafios da revitalização através da educação ambiental, sensibilização dos produtores rurais, desenvolvimento de ações de revitalização em conjunto com a comunidade e, dessa forma, promovendo a redução do individualismo.	

Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?

- Interação e integração entre os órgãos responsáveis;
- Implantar os Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA.

Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?

- CEPLAC;
- As prefeituras inseridas no contexto;
- Organizações de prefeituras e consórcios intermunicipais;
- AMURC.

Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?

Saneamento básico bem estruturado.

Entrevista n.º	030/2016
Data/ Hora:	20/12/2016 18:00
Entidade:	UESC
Presentes:	
Mauricio Moreau – Diretor do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais.	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
A Universidade Estadual de Santa Cruz tem atuado nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão em diferentes áreas do conhecimento, destacando a conservação/recuperação ambiental.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
A Universidade Estadual de Santa Cruz tem desenvolvido através de seus Professores/Pesquisadores trabalhos que tem ajudado na conservação/recuperação ambiental dentre os quais destacamos o Núcleo de Bacias Hidrográficas que desenvolveu diagnóstico e implantações da Agenda 21 em diferentes municípios, cujo território ou parte dele está contido na Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
A UESC tem financiado e apoiado diversos projetos a área ambiental. No site da UESC, na parte da PROPP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (link: http://propp.uesc.br/pdb/buscas_avancadas/projetos_de_pesquisa/financiamentos02.php) é possível acessar informações dos diferentes projetos na área ambiental. Segue abaixo alguns projetos ligados diretamente ao Rio Cachoeira, financiado com recursos da própria universidade. – A Modelagem Hidrológica da bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira (BA); – Avaliação da qualidade ambiental do Rio Cachoeira através da utilização de diferentes metodologias de análise aplicadas em peixes e camarões; – Seleção de espécies aquáticas bioindicadoras de poluição por metais pesados e de arbóreas, potencialmente tolerantes, para a recomposição de uma parte da mata ciliar da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira; – Parasitos de peixes como indicadores de qualidade ambiental do Rio Cachoeira; – Biologia Reprodutiva do Pitú, <i>Macrobrachium acanthurus</i> (Wiegmann, 1836) (<i>Crustacea: Palaemonidae</i>), do Rio Cachoeira, Região de Ilhéus, Bahia; – Histologia e Histoquímica do aparelho reprodutor de camarões (<i>crustacea:caridea</i>) do Rio Cachoeira, Sul da Bahia; – Composição e distribuição macrofauna bêntica com ênfase em moluscos- de faixar entremarés da região estuarina da Bacia do Rio Cachoeira, Ilhéus-Ba; – CT-Hidro: Consolidação do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Aquáticos tropicais da UESC: Capacidade suporte da Bacia do rio Cachoeira áreas costeiras adjacentes frente a sustentabilidade ambiental dos recursos hídricos;	

Entrevista n.º	030/2016
Data/ Hora:	20/12/2016 18:00
Entidade:	UESC
– Monitoramento da qualidade ambiental do rio Cachoeira através da análise de anomalias morfológicas, histopatológica das brânquias e fígado de peixes e de parâmetros físico-químicos da água; – Compartimentalização e alterações ultraestruturais em macrófitas aquáticas do Rio Cachoeira; – Avaliação da qualidade ambiental do Rio Cachoeira, Bahia;	
Q4: Existem outros projetos neste território (município/ região) na área ambiental?	
Existem as instituições parceiras tem desenvolvido projetos na área ambiental. Não tenho com pontuar os projetos desenvolvidos.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; – Universidade Federal do Sul da Bahia; – SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; – INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; – AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia; – Centros das Águas – Itabuna – BA; – Instituto Arapyaú; – Instituto Floresta Viva; – e outros.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– A Universidade Estadual de Santa Cruz é uma instituição que prioriza o ensino. A Pesquisa e Extensão são relevantes (e tem produzido resultados e produtos que tem contribuído para a ciência e comunidades) no contexto universitário, principalmente para o envolvimento de discentes em seu treinamento profissional, entretanto, não dispomos de mão-de-obra técnica para desenvolver atividades de rotina que poderiam atender as demandas da comunidade regional; – Avanços tem ocorrido neste sentido com as parcerias com é o caso do Parque Tecnológico.	
Q7: Quais são os principais desafios de governança neste setor?	
Concordando com o Ministério do Meio Ambiente, “o desafio é a construção de uma política de integração entre o setor produtivo e o meio ambiente, promovendo a adequação do país às novas exigências de competitividade no comércio nacional e internacional.” Na nossa região, principalmente com a Cacaucultura.	

Entrevista n.º	030/2016
Data/ Hora:	20/12/2016 18:00
Entidade:	UESC
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Temos buscado aplicar os conhecimentos adquiridos, buscando contribuir com o desenvolvimento, conservação/recuperação ambiental mudando a realidade de problemas ambientais e da situação de comunidades carentes.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais dinâmicas neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Universidade Estadual de Santa Cruz; – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; – Universidade Federal do Sul da Bahia; – SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; – INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; – AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia; – Instituto Arapyaú; – Instituto Floresta Viva;	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
Há necessidade de preservação de nascentes e recuperação de pastagens degradadas e das áreas de preservação permanente.	

Entrevista n.º	031/2016
Data/ Hora:	21/12 /2016 09:00
Entidade:	Instituto Cabruca
Presentes:	
Alessandro Ribeiro – Secretário Executivo Financeiro Adjunto	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
No passado, a entidade atuou em âmbito nacional, abrangendo os estados da Bahia, Pará e Espírito Santo. Atualmente, restringe-se ao município de Ilhéus e adjacências	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Apoio à produção agroflorestal de cacau, o combate à pobreza e a conservação da biodiversidade, minimizando os efeitos das mudanças climáticas globais; – A instituição também desenvolve programas que contribuem para o combate à pobreza associados à produção de cacau em comunidades vulneráveis e à articulação de políticas públicas que ajudem a manutenção do sistema de cabruca.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
– Projeto Terra Verde, onde por meio de ações de extensão, formação e pesquisa participativa, visa fomentar o desenvolvimento de sistemas agroflorestais biodiversos e enriquecimento e manejo sustentável do sistema cacau-cabruca em comunidades rurais de agricultores familiares, quilombolas, assentamentos e indígenas. Além disso, atua no reflorestamento de áreas degradadas e na formação de viveiros florestais, licenciamento e adequação ambiental. – Projeto Agregando Valores, cujo objetivo é desenvolver ações de certificação, boas práticas e agregação de valor às amêndoas de cacau e da sócio-biodiversidade associada à cabruca e aos biomas Mata Atlântica e Amazônia. Desenvolve ações junto a cooperativas contribuindo para consolidar processos de comercialização de cacau orgânico, fino e gourmet e processos de certificação para os selos Rain Forest Alliance, Orgânico e Fair Trade. – Cabruca Cidadã, projeto de responsabilidade ambiental e social que visa apoiar ações de educação ambiental e de inclusão social de instituições no meio urbano de municípios inseridos nos biomas Mata Atlântica e Amazônia, com economia ligada à cultura do cacau. – Programa Árvores da Cabruca, que tem como objetivo valorizar o Sistema Agroflorestal Cacau Cabruca e a Mata Atlântica, promovendo a sustentabilidade das comunidades por meio de ações que potencializem a conservação de grandes árvores, o incentivo a produção artesanal e o desenvolvimento do turismo rural e de base comunitária.	

Entrevista n.º	031/2016
Data/ Hora:	21/12 /2016 09:00
Entidade:	Instituto Cabruca
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
– UESC; – Instituto Arapyaú; – CEPLAC; – CAR; – MP-BA; – Biofábrica de cacau;	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– UESC; – Mondeléz; – Instituto Arapyaú; – CEPLAC; – CAR; – MP-BA; – Biofábrica de cacau.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Carência de projetos e investimentos.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Vontade política / prioridades de governo invertidas.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Apoio dos governos municipais e estadual; – Saneamento básico; – Investimentos em programas e projetos de revitalização; – Recuperação de nascentes e APPs.	

Entrevista n.º	031/2016
Data/ Hora:	21/12 /2016 09:00
Entidade:	Instituto Cabruca
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Instituto Arapyaú.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Saneamento básico; – Investimentos em programas e projetos de revitalização; – Recuperação de nascentes e APPs; – Educação ambiental.	

Entrevista n.º	032/2016
Data/ Hora:	22/12 /2016 10:20
Entidade:	IFBAIANO
Presentes:	
Daniel Oliveira / Diretor acadêmico / IFBAIANO	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Território Litoral Sul	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
O IFBAIANO está presente faz 6 anos no território Litoral Sul, e por este motivo, atua no apoio à ações de conservação e revitalização, através da inserção institucional nestes âmbitos.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
Apoio a projetos de Pagamento por Serviços Ambientais em microbacias da região <i>(não especificada quais microbacias)</i> .	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
<i>(desconhece)</i>	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– MP-BA; – CEPLAC; – UFSB; – UESC; – IFBA.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Limitação de pessoal.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Conseguir elaborar uma agenda ambiental conjunta entre entidades públicas, sociedade civil e outras entidades relacionadas, incluindo o fomento e articulação para execução de programas ambientais de conservação e revitalização.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Estabelecer uma forte estratégia de governança entre os setores.	

Entrevista n.º	032/2016
Data/ Hora:	22/12 /2016 10:20
Entidade:	IFBAIANO
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
OCT – Organização de Conservação de Terras.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Recuperação e matas ciliares e corpos d'água – Saneamento básico.	

Entrevista n.º	033/2017
Data/ Hora:	03/01/2017 15:05
Entidade:	Sindicato Rural de Barro Preto
Presentes:	
Fernando Botelho Lima – Presidente do Sindicato Rural de Barro Preto	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Atuação focada no município de Barro Preto, mas já ministrou cursos em Itapé, Ibicaraí, floresta azul, Itabuna, Buerarema, Santa Cruz da Vitória.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Fomentar a prática de uma agricultura mais sustentável, através da utilização da conservação produtiva.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
Projeto Barro Preto – Em parceria com a Prefeitura de Barro Preto, a CEPLAC e o Centro Mars de Ciência de Cacau, com o objetivo de patrocinar a plantação de cacau no sistema Cabruca.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
– SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; – Programa Despertar – Implantado pela SENAR/BA com o objetivo de formar cidadãos empenhados na defesa do ambiente e da sociedade.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Prefeitura Municipal de Barro Preto; – CEPLAC; – Mars Chocolate.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Burocracia para caracterizar legalmente um sistema como Cabruca; – Problemas decorrentes de decreto estadual que define o Sistema Agroflorestal Cabruca; – Falta de preocupação da população pelo tema.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
– Desburocratizar o processo de caracterizar legalmente um sistema como Cabruca; – Implantar um sistema de remuneração aos produtores rurais que conservem o meio ambiente.	

Entrevista n.º	033/2017
Data/ Hora:	03/01/2017 15:05
Entidade:	Sindicato Rural de Barro Preto
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Aumentar a fiscalização; – Solucionar problemas de invasões em APPs.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Instituto Floresta Viva; – Cooperativa cabruca; – Instituto Cabruca.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
Criação de uma consciência coletiva do que é preservação, a começar pelos servidores públicos e posteriormente passando para a população.	

Entrevista n.º	034/2017
Data/ Hora:	03/01/2017 16:05
Entidade:	Cargill
Presentes:	
Cristiano Napoleone – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Nacional e internacional.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
- Dentro das suas obrigações legais e em conjunto com outras organizações do setor, auxiliar os municípios da região no desenvolvimento de planos de recuperação ambiental; - Elaborar projetos socioambientais que possuem como público alvo os pequenos agricultores da região; - Fomentar a adoção da Certificação UTZ pelos agricultores.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
Elaborou projeto de auxílio aos agricultores, a partir de ações como a: criação de cooperativa; doação de resíduos orgânicos da unidade para utilização como adubo orgânico para pequenos agricultores; capacitação técnica e; melhoria de infraestrutura. Projeto aguardando aprovação para ser implantado.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
- MPE; - Prefeituras municipais; - EMBASA.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
- MPF; - Prefeituras municipais; - INEMA; - EMBASA.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
- O custo de desenvolver ações na área ambiental; - Assim como o Estado, a empresa também tem a sua função social. Os limites de atuação de uma empresa privada nas questões ambientais são estabelecidos na forma de legislações e condicionantes para sua operação.	

Entrevista n.º	034/2017
Data/ Hora:	03/01/2017 16:05
Entidade:	Cargill
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Disponibilidade na quantidade de recursos hídricos, muito variável por conta da sazonalidade.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
- Melhorar a proteção dos mananciais, envolvendo recuperação de mata ciliar, de nascentes, aumento de fiscalização, etc.; - Fornecer incentivos monetários a pequenos proprietários para desencorajar a derrubada de mata ciliar.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
- OCT – Organização de Conservação de Terras; - Arapyáú.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
Desconhece exatamente a situação da Bacia do Rio Cachoeira, mas por correlação com outras bacias acredita que seja a precariedade na fiscalização e o desmatamento mata ciliar.	

Entrevista n.º	035/2017
Data/ Hora:	04/01/2017 09:35
Entidade:	Sindicato Rural de Ibicaraí
Presentes:	
Sócrates Esteves / Presidente do Sindicato Rural Ibicaraí	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Pelo estatuto somente o município de Ibicaraí, mas atua também em Floresta Azul.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Educação ambiental, no intuito de explicar aos proprietários a importância de preservar a vegetação nas margens dos rios e de recuperar as nascentes; – Instruir agricultores em como conservar a vegetação existente em sua propriedade.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
Nenhum	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
Nenhuma em específico	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária; – FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia; – Sindicatos rurais da região.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Criar a consciência no agricultor da importância da conservação ambiental.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Mudanças nas prefeituras.	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Nenhuma em específico.	

Entrevista n.º	035/2017
Data/ Hora:	04/01/2017 09:35
Entidade:	Sindicato Rural de Ibicaraí
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Replanteio das matas nas margens dos rios; – Conservação das nascentes.	

Entrevista n.º	036/2017
Data/ Hora:	09/01/2017 14:30
Entidade:	Colônia de Pescadores Pontal – Z19
Presentes:	
José Leonardo – Presidente da Colônia Pontal – Z19	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Diversos municípios da região, como: Canavieiras, Itacaré, Camacan, Ilhéus, Unas, entre outros.	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Promoção da educação ambiental dos associados através de reuniões e conversas, ensinando a importância da conservação ambiental e da não realização da pesca em época de defeso.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
Instrução de associados para que não joguem lixo nas praias ou rios, assim como recolher lixo encontrados.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
– Petrologística – Empresa particular que ministrava treinamentos para os pescadores da região em noções básicas de como combater derrames de óleo; – Jubarte – Instituto com foco na conservação da vida marinha; – UESC.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– Petrologística; – Jubarte; – UESC.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Investimentos	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Nenhum em específico	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Melhorar a educação ambiental das marisqueiras e dos pescadores através de mais palestras, para que esses profissionais possam zelar pelo meio ambiente.	

Entrevista n.º	036/2017
Data/ Hora:	09/01/2017 14:30
Entidade:	Colônia de Pescadores Pontal – Z19
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Nenhuma em específico	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Eliminar as baronessas dos rios que aparecem em épocas de grandes chuvas, trazendo mau cheiro e lixo; – Parar de jogar os esgotos das casas nos rios; – Solucionar o problema das invasões nos manguezais; – Assoreamento dos rios; – Recuperar as matas ciliares que foram desmatadas.	

Entrevista n.º	037/2017
Data/ Hora:	09/01/2017 10:45
Entidade:	Secretaria de Educação de Santa Cruz da Vitória
Presentes:	
Renildes Prades – Secretária de Educação de Santa Cruz da Vitória	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Município de Santa Cruz da Vitória	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Educação Ambiental	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
– Realização de programas voltados à educação ambiental nas escolas; – Projetos relacionados aos resíduos sólidos, ensinando os alunos e professores a organizar os resíduos de forma a facilitar o processo de reciclagem.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
Desconhece	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
Secretaria de Saúde do Município de Santa Cruz da Vitória	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Ampliar o acesso a informação sobre esse tema, tanto por parte dos representantes do poder público quanto da população; – Conseguir externalizar as ações aplicadas na escola, grande parte dos alunos somente realizam as ações propostas dentro do ambiente escolar, quando essas mesmas ações podem ser replicadas em casa ou em outros ambientes.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Nenhum em específico	
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Realizar projetos de mobilização social e mais palestras sobre o tema; – Estabelecer metodologias para que exista continuidade nas ações executadas com esse propósito.	

Entrevista n.º	037/2017
Data/ Hora:	09/01/2017 10:45
Entidade:	Secretaria de Educação de Santa Cruz da Vitória
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
Nenhuma	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Conservar as nascentes; – Reflorestar margens dos rios.	

Entrevista n.º	038/2017
Data/ Hora:	09/01/2017 11:00
Entidade:	UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia
Presentes:	
Joana Angélica Guimarães – Vice-reitora	
Q1: Âmbito de atuação da entidade?	
Possui campus em Itabuna, Teixeira de Freitas e Porto Seguro	
Q2: Papel da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Desenvolvimento de pesquisas; – Fornecimento de cursos na área; – Desenvolvimento de projetos ambientais.	
Q3: Principais projetos socioambientais em que participou (financiou/ executou/ apoiou)?	
– Projetos de extensão na área de Educação Ambiental; – Projetos de extensão na área de Gestão de Resíduos Sólidos; – Discussões relacionadas com a Bacia do Rio Cachoeira; – Porto Seguro– Projetos no Rio Buranhém.	
Q4: Existem outros projetos ou instituições que atuam neste território (município/ região) na esfera ambiental?	
– UESC; – IFBA.	
Q5: Quais são as instituições (públicas/privadas) com que se relaciona na área da conservação/recuperação ambiental?	
– IFBA; – CEPLAC.	
Q6: Quais são as principais limitações/obstáculos para uma efetiva atuação da entidade na área de conservação/recuperação ambiental?	
– Recursos financeiros; – Por ser uma Universidade nova possui poucos pesquisadores.	
Q7: Quais são os principais desafios de gestão/governança neste setor?	
Fortalecimento do vínculo entre universidade e órgãos de gestão, proporcionando a repercussão dos resultados das pesquisas nas políticas públicas relacionadas.	

Entrevista n.º	038/2017
Data/ Hora:	09/01/2017 11:00
Entidade:	UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia
Q8: Quais as sugestões/ideias para uma maior efetividade na área de conservação/recuperação ambiental?	
Criação de Comitês de Bacia Hidrográfica, pois são organismos que congrega os usuários, os pesquisadores e os outros setores da sociedade de interesse, resultando em formas de pensar mais eficientes.	
Q9: Quais são as entidades (da sociedade civil) mais atuantes neste território (município ou região) nas áreas de conservação e recuperação ambiental?	
– Centro das águas; – AMURC.	
Q10: Quais são as maiores necessidades nas áreas de conservação e recuperação ambiental da Bacia do Rio Cachoeira?	
– Problemas relacionados à gestão pública dos municípios, como a disposição inadequada dos resíduos sólidos e lançamento de esgoto doméstico nos rios; – Recomposição de matas ciliares, sem utilização de plantio de mudas por ser uma metodologia pouco eficiente; – Barramentos feitos irregularmente pelos donos de terra da região; – Tratar a bacia como um todo e não apenas o curso principal.	

Consultores:



Contratado por:

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

